



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

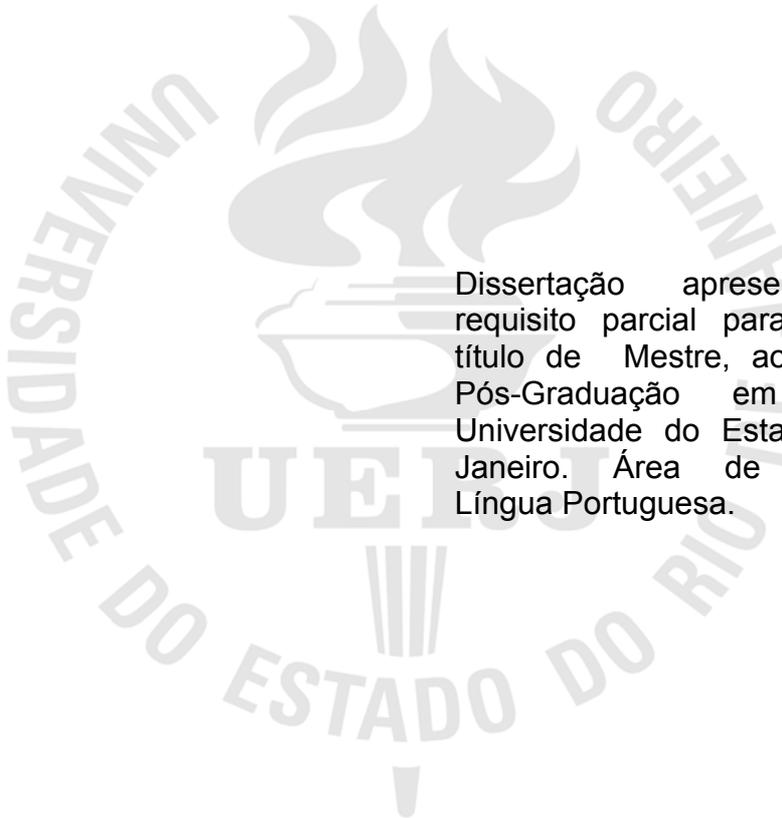
Adriana Cristina Valencio de Campos

Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial

Rio de Janeiro
2008

Adriana Cristina Valencio de Campos

Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C198a	<p>Campos, Adriana Cristina da Silva Valencio. Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial/ Adriana Cristina da Silva Valencio de Campos . – 2008. 179f.</p> <p>Orientador: Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise do discurso- Teses. 2. Editoriais - Teses. 3. O Globo – Teses. I. Abreu, Maria Teresa Tedesco Vilardo, 1963- . II.Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
-------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Adriana Cristina da Silva Valencio de Campos

Análise de estratégias argumentativas no gênero editorial

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 30 de setembro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. André Crim Valente
Instituto de Letras da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Marcia Sampaio de Moraes
Faculdade CCAA

Rio de Janeiro
2008

RESUMO

VALENCIO DE CAMPOS, Adriana C. S. *Análise das estratégias argumentativas no gênero editorial*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Os editoriais são textos argumentativos que expõem a visão do jornal, do qual fazem parte, sobre um determinado acontecimento. Na construção destes textos, o jornalista dispõe de estratégias que o auxiliam na produção de sua argumentação. Este trabalho tem como objetivo analisar quais estratégias são utilizadas nos textos de editoriais. As estratégias estudadas neste trabalho são a citação, o argumento de autoridade, as aspas, a seleção lexical (índices de avaliação e indicadores atitudinais, metáforas, termos semanticamente relacionados, etc), as porcentagens, estatísticas e dados numéricos, as exemplificações, a concessão e os modalizadores. Para tanto, foram selecionados vinte e quatro textos de editoriais do jornal *O Globo*, adquiridos semanalmente, ao longo do primeiro semestre de 2008. Através da análise, foi observado que tais estratégias se mostraram recorrentes e que as mesmas trouxeram contribuição para o propósito comunicativo do argumentador, bem como auxiliaram na busca da persuasão do leitor.

Palavras-chave: Argumentação. Estratégias argumentativas. Gênero. Editorial.

ABSTRACT

The editorials are argumentative texts that show the vision of the periodical in which they are part on one specific event. About texts construction's, the journalist makes use of strategies that help him in the arguments production's. This work has as objective to analyze which strategies are used in the editorial texts. The strategies studied are citation, the authority, the quotations marks, the lexical election (indices of evaluation and attitude indicators, metaphors, terms semantically related etc), the percentages, statistics and numerical data, the exemplifications, the concessive elements and the modality. Thus, twenty and four editorial texts of the "O Globo" periodical had been selected, acquired weekly, throughout the first semester of 2008. Through the analysis, was observed that such strategies had shown recurrent and had brought contribution for the argumentative's communicative intention, as well as had assisted in the search of the persuasion of the reader.

Key Words: Argumentation. Argumentatives strategies. Genre. Editorial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. CAPÍTULO I – O GÊNERO EDITORIAL	10
1.1. Gêneros discursivos.....	10
1.2. Gênero discursivo X Tipo textual e o Domínio discursivo.....	13
1.3. Discurso Jornalístico	14
1.3. O editorial	16
2. CAPÍTULO II – A ARGUMENTAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS	19
2.1. Elementos que compõem uma argumentação	21
2.2. Estratégias argumentativas.....	27
2.2.1. A citação	28
2.2.2. O argumento de autoridade	32
2.2.3. As aspas	35
2.2.4. Seleção lexical	37
2.2.5. Porcentagem , estatísticas e dados numéricos.....	39
2.2.6. A exemplificação	41
2.2.7. A concessão	44
2.2.8. Os modalizadores	46
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

A imprensa exerce um papel considerável na divulgação de informações e opiniões na sociedade e, juntamente com essa divulgação, o discurso jornalístico veicula valores e ideologias que vão sendo disseminados através de textos, como os editoriais.

Os editoriais são textos que expõem a visão do jornal, do qual fazem parte, sobre um determinado acontecimento. Na construção destes textos, o jornalista dispõe de estratégias que o auxiliam na produção de sua argumentação. Para fins deste trabalho, parte-se do pressuposto de que existem estratégias específicas na produção argumentativa de editoriais, escolhidas a partir da intenção comunicativa do produtor do texto.

Tendo em vista o que se está considerando como ponto de partida deste trabalho, o objetivo específico é analisar quais estratégias são utilizadas em editoriais. A escolha da análise a partir de textos pertencentes a este gênero textual se deu por serem textos de caráter argumentativo e por representarem a voz, não só de uma pessoa, como em artigos de opinião, mas de toda uma instituição que tem um destacado papel social: a formação de opinião.

No exercício de análise destas estratégias serão levadas em consideração as seguintes hipóteses:

- a) Há uma contribuição de tais estratégias no propósito comunicativo do argumentador.
- b) O uso das estratégias atua na busca da persuasão do leitor.

Para a realização desta análise, foram selecionados vinte e quatro editoriais do jornal *O Globo*, adquiridos semanalmente, ao longo do primeiro semestre de 2008. A escolha desta periodicidade aconteceu por se considerar que a obtenção de um texto por semana poderia representar, de forma ampla, a

utilização na prática das estratégias analisadas. Porém, ao analisar tais textos, observou-se uma recursividade no que diz respeito ao uso das estratégias argumentativas, portanto, optou-se por inserir no corpo deste trabalho, a análise de apenas doze editoriais, sendo dois de cada mês. Os demais foram colocados em anexo, nesta dissertação.

A escolha por analisar o *corpus* restrito a este jornal se deu devido ao seu grande alcance nos diversos segmentos da sociedade do Rio de Janeiro e, em menor escala, a sua abrangência nacional. É importante ressaltar que não é objetivo deste trabalho traçar um perfil dos textos editoriais do jornal *O Globo*, mas tão somente fazer uma análise qualitativa das estratégias argumentativas que foram escolhidas para este estudo, em textos fornecidos por esta fonte.

No que diz respeito aos temas dos editoriais selecionados, o estudo se fará sobre temas variados, pois deseja se verificar se a atuação das estratégias argumentativas se mantém independente do tema discutido no texto.

Quanto à estruturação, este trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro, por pertencer, aqui, o objeto de estudo ao gênero editorial, tipo de texto argumentativo, proveniente do domínio discursivo jornalístico, serão apresentados os conceitos sobre gêneros discursivos, tipos textuais e domínio discursivo, focalizando as características do discurso jornalístico e do gênero editorial. Para tanto, será usado como base teórica os estudos de Luiz Antônio Marcuschi (2005).

No segundo, trabalhar-se-á a argumentação (característica intrínseca do tipo textual do editorial), levando em conta considerações tais como o que é necessário para se ter uma argumentação? Como se compõe esse tipo textual? Qual a posição do argumentador em relação a uma proposta apresentada? Entre outras.

Serão apresentadas, também, as estratégias argumentativas que irão ser analisadas no *corpus*. São elas: *a citação, o argumento de autoridade, as aspas, a seleção lexical (índices de avaliação e indicadores atitudinais, metáforas, termos semanticamente relacionados etc), as porcentagens, estatísticas e dados*

numéricos, as exemplificações, a concessão e os modalizadores. Dentre as estratégias existentes, estas foram as escolhidas por apresentarem uma grande recorrência nos editoriais analisados. Neste capítulo, serão levados em consideração os estudos realizados por Perelman e Olbrechts (2005), bem como os de Koch (2008).

No terceiro capítulo, a partir do *corpus* selecionado, será feita a análise sobre os doze editoriais. Esta se desenvolverá ancorada no suporte teórico apresentado nos capítulos anteriores.

O estudo que se fará neste trabalho ressalta a importância de atentarmos para a existência e para o valor das marcas argumentativas que estão presentes em editoriais. Saber reconhecer tais marcas poderá proporcionar ao leitor a possibilidade de não se deixar manipular pelo discurso do outro, ou, pelo menos, torná-lo consciente do propósito comunicativo do produtor do texto, sendo capaz de reconhecer as intenções comunicativas.

A consciência lingüística poderá levar o leitor ao uso mais adequado destes recursos disponíveis na língua e, por conseguinte, a saber como utilizá-los em seu próprio discurso, dotando este de um maior poder de persuasão: o sucesso ou fracasso de muitas causas sociais tem relação com a eficácia do discurso argumentativo usado para divulgá-las.

CAPÍTULO I

O GÊNERO EDITORIAL

1.1. GÊNEROS DISCURSIVOS

Tendo em vista que o *Corpus* escolhido, neste trabalho, trata-se de textos pertencentes ao gênero editorial – tipo de texto argumentativo e pertencente ao domínio discursivo jornalístico – julga-se necessário, neste capítulo, fazer uma conceptualização sobre gênero, tipo textual e domínio discursivo, ressaltando características do discurso jornalístico e do gênero editorial.

Diversas pesquisas foram desenvolvidas na área dos gêneros do discurso, oferecendo diferentes abordagens teórico-metodológicas, tais como: a sociossemiótica, cujos gêneros são estudados com base na Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1989) e na Gramática Sistêmico-funcional (Halliday, 1994; Thompson, 1996); a semiodiscursiva, cujos pressupostos teórico-metodológicos estão baseados em Maingueneau (2001) e Charaudeau (2006) entre outros. Dentre estas abordagens, está a sociodialógica, cujos referenciais teóricos e metodológicos de investigação dos gêneros estão sob a perspectiva de Bakhtin (1997). Este busca compreender os gêneros a partir do processo de interação social e das esferas sociais, compreendendo a linguagem por meio de sua dimensão sociointeracional, discursiva e enunciativa.

Este trabalho terá como base teórica a abordagem de Luis Antônio Marcuschi (2005), cujos estudos foram fundamentados a partir dos conceitos de Bakhtin (1997). Dessa forma os gêneros discursivos são entendidos aqui como fenômenos históricos e estariam vinculados à vida cultural e social de um indivíduo.

Em primeiro lugar, é relevante ressaltar como se dá a questão do surgimento dos gêneros discursivos.

Marcuschi (2005) traça uma linha histórica interessante em relação ao surgimento dos gêneros: povos de cultura essencialmente oral desenvolveram um conjunto limitado de gêneros. Com a vinda da escrita, os gêneros multiplicaram-se e com o advento da cultura impressa, a partir do século XV, eles se expandiram ainda mais. Atualmente, com o uso de invenções como o telefone, a televisão, o gravador, o rádio, a internet, na fase chamada por ele de “cultura eletrônica”, há uma explosão de novos gêneros, que se estabelecem tanto na modalidade oral, quanto na modalidade escrita. Diante desse apontamento de Marcuschi (2005), podemos afirmar que os gêneros estão concomitantemente aliados às mudanças sociais e que eles surgem em função da necessidade comunicativa do ser humano.

É importante ressaltar que, da mesma forma que surgem os gêneros, também eles desaparecem. Como exemplo, temos os casos dos textos que se produziam em diários, estes ainda não se extinguiram, mas é muito raro encontrar, atualmente, pessoas que escrevem em diários. Com o tempo, provavelmente, este poderá ser um gênero extinto. Talvez isto tenha acontecido em função do surgimento de um novo gênero semelhante a ele, o *blog*: diário *online*, no qual se publicam histórias, idéias ou imagens.

Ainda sobre o surgimento de novos gêneros, Marcuschi (2005) afirma que esses novos gêneros criados a partir da interferência da tecnologia nas atividades comunicativas diárias não são inovações absolutas, elas se ancoram em outros gêneros já existentes. Como exemplo, ele utiliza o telefonema que é similar a uma conversa, gênero que já existia, e o *email*, através do qual se enviam mensagens eletrônicas que se assemelham a cartas e bilhetes, também gêneros já existentes. E mesmo os *blogs*, relatados anteriormente, pode-se afirmar que tiveram como base os antigos diários. Vale dizer que, ainda que estes gêneros novos tenham se baseado em velhos gêneros, suas características e estratégias são singulares, formando assim uma identidade própria. Bakhtin (1997) já apontava este processo, quando falava sobre a “transmutação” de gêneros e na assimilação de um gênero por um outro que acarretaria em novos gêneros.

A definição de um gênero pode se dar, em muitos casos, tomando como referência a forma em que ele se realiza, em outros a partir de suas funções. Para Marcuschi (2005), a função que o gênero desempenha supera a forma na determinação de um gênero. Porém, o autor admite que em muitos casos é a forma que determinará o gênero e, portanto, ela não deve ser descartada. O próprio Bakhtin (1997) posicionava a “construção composicional” ao lado do “conteúdo temático” e do “estilo” como características de definição dos gêneros.

O que é válido destacar é que os gêneros não estão presos à forma: um texto pode ser configurado na forma de um determinado gênero, como uma *carta*, e pertencer a um outro gênero, como um editorial, isto dependerá de que efeito o editorialista deseja provocar em seu leitor. É o que Marcuschi (2005) chamaria de “inter-gênero”: um gênero na forma de outro.

Uma outra questão em relação ao gênero é que se deve observar a situação de comunicação em que ele será inserido, para que haja um uso adequado do mesmo. Para tanto, há alguns aspectos que devem ser levados em consideração: a natureza da informação ou do conteúdo veiculado; o nível de linguagem (formal, informal, culta etc.); o tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc), a relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc) e a natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas (Marcuschi, 2005). Bakhtin (1997) postula que o querer dizer de um determinado locutor concretiza-se no momento em que escolhe um gênero do discurso. Isso nos autoriza afirmar que, para cada objetivo comunicativo a ser atingido, escolhe-se um gênero que seja peculiar àquela situação. Contar piadas em um velório, por exemplo, seria um caso de inadequação das normas sociais relativas ao gênero discursivo, já que esse não é um discurso propício à situação em questão.

A noção de gênero muito se confunde na literatura especializada com a de tipo textual. Por essa razão, a seguir, faz-se necessário trazer um breve esclarecimento sobre estes dois conceitos. Será inserido, também, o conceito de domínio discursivo, para fins elucidativos.

1.2. GÊNERO DISCURSIVO X TIPO TEXTUAL e o DOMÍNIO DISCURSIVO

A noção de “tipos textuais” está relacionada a uma seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Os textos, a partir deste conceito, dividem-se em cinco categorias: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo. Por se tratar de seqüências, em um mesmo gênero, podem-se realizar dois ou mais tipos, já que um texto é, em geral, heterogêneo. A exemplo, temos o gênero carta que pode apresentar em seu corpo uma seqüência narrativa e uma argumentativa, ou uma descritiva, ou ainda, uma injuntiva. Vale ressaltar que, embora um texto possa se apresentar tipologicamente variado, há sempre a predominância de um tipo textual.

Na noção de gênero discursivo¹, teríamos famílias de textos com uma série de semelhanças e com características sócio-comunicativas definidas pelo conteúdo temático, propriedades funcionais, estilo e composicionalidade. Sua função é contribuir para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. Embora as palavras “ordenar” e “estabilizar” possam transparecer uma idéia de algo estático, os gêneros não são elementos estanques e enrijecedores, mas maleáveis e dinâmicos, conforme afirma Marcuschi (2005).

Os gêneros discursivos, diferentemente dos tipos, são inúmeros, pois apesar de os gêneros serem tipos de enunciados relativamente estáveis, como afirma Bakhtin (1997), não há como se fechar uma lista, já que são fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis. Estudos realizados por lingüistas alemães nomearam mais de 4.000 gêneros (Adamzik, 1997).

Assim, para os gêneros discursivos predominam os critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e

¹ A literatura especializada apresenta distinção entre gêneros discursivos e gêneros textuais. Neste trabalho, será adotado o termo gênero discursivo por abranger não só a idéia do texto e sua materialização (textual), mas também os elementos que compõem o discurso: contexto e enunciadore, por exemplo.

composição característica. Já para o tipo textual, a identificação de seqüências lingüísticas típicas e formais, fundando-se assim o primeiro em critérios externos e o segundo em critério internos.

É importante deixar claro que não há a intenção de estabelecer aqui uma dicotomia entre Gênero e Tipo, já que se trata de uma relação de complementaridade. Ambos coexistem: todos os tipos de textos realizam um gênero e todos os gêneros são organizados em seqüências tipológicas.

Em relação ao conceito de Domínio Discursivo, Marcuschi (2005) postula que constituem práticas discursivas dentro das quais pode-se identificar um conjunto de gêneros discursivos. Não abrangeriam um gênero em particular, mas dariam origem a vários deles. São esferas ou instâncias de produção discursiva ou de atividades humanas, que propiciam o surgimento de discursos específicos. É o caso de discursos religiosos, jurídicos, políticos, etc.

Neste trabalho, serão analisadas as estratégias argumentativas em textos do gênero editorial que, considerando o conceito de domínio discursivo, caracteriza-se como discurso jornalístico. Portanto, será feita a seguir uma explanação sobre o discurso jornalístico, para, em seguida, serem apresentadas as características do gênero editorial.

1.3. DISCURSO JORNALÍSTICO

O discurso do jornal constitui um fenômeno de relações/interações comunicacionais e, como todo ato de comunicação, o jornal enuncia e constitui-se em um fazer social. Ele fala o e ao mundo em que vivemos, reproduzindo-o através de palavras. A força dessas palavras, bem manuseadas, pode influenciar a opinião pública, já que o jornal assume uma postura de conhecedor e transmissor de “verdades” que são consideradas como simulacros da realidade. Por isso, pode-se afirmar que a imprensa jornalística exerce grande influência sobre a

sociedade, desempenhando uma função política, em tom, aparentemente, imparcial.

Sabemos que o jornalismo se propõe a processar informações em escala industrial e para consumo imediato. Para isso, o texto jornalístico busca uma linguagem mais rápida, sucinta e adaptável aos seus objetivos, levando-se em conta o modo e as condições de produção. Há uma preocupação voltada ao registro formal da língua, próprio da modalidade escrita padrão.

Quanto à linguagem jornalística, esta se caracteriza como mais referencial e objetiva, prevalecendo o uso da 3ª pessoa e a impessoalidade, ou seja, em tese, com exceção das matérias opinativas (editoriais, artigos de fundo etc), a imprensa deve colocar-se numa posição neutra e relatar os fatos exatamente como ocorreram, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões.

Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo na área de comunicação, esta “neutralidade discursiva” vem sendo muito discutida, uma vez que a objetividade total é impossível, pois o jornalista carrega consigo toda uma formação cultural e política que, de alguma forma, compõe o seu olhar sobre o fato que relata.

Esta visão vai ao encontro da visão socio-interacionista, em que o sujeito não está descontextualizado e que, portanto, inserido em seu meio social, carrega consigo as marcas ideológicas e sociais. Assim, entende-se que a subjetividade e a ideologia, ainda que implícitas, fazem-se, permanentemente, presentes no texto, tendo em vista a escolha pela organização do material verbal e o conjunto de opções, inclusive estilísticas, utilizados pelo autor do texto. Por esse motivo, veículos de informação impressos, por meio de manuais, procuram regulamentar suas práticas de linguagem em função de uma certa homogeneização lingüística entre os diversos jornalistas de origens sócio-econômica-culturais diferentes.

O jornal impresso funciona como um canal de difusão que assegura a transmissão de informações e opiniões. Estas se configuram em função de interesses e expectativas da instituição jornalística: aquilo que ela quer fazer saber, e, em relação às expectativas da coletividade, aquilo que o jornal pressupõe que o seu público gostaria de conhecer.

Ainda que a subjetividade permeie o campo de atuação do discurso jornalístico, o enunciador-jornalista procura respeitar as normas e regras do gênero ao qual está inserido. Ele assume o contrato implicado pelo gênero de discurso do qual participa para garantir a comunicação com seu leitor. Assim, no âmbito jornalístico, ele busca separar a reprodução do real — observação da realidade e descrição daquilo que é apreensível à instituição jornalística — e a leitura do real — análise da realidade e sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística. É, pois, na articulação desses dois núcleos de interesse — a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que pensa sobre o que passa) — que o discurso jornalístico se estabelece. Entre os textos dessa segunda categoria, encontra-se o editorial - tradicionalmente caracterizado como o espaço destinado à veiculação da opinião do jornal – sobre o qual far-se-á uma explanação a seguir.

1.4. O EDITORIAL

O editorial é um dos textos jornalísticos mais interessantes, pois é através dele que o jornal se posiciona frente aos fatos que noticia. Isso se dá, no entanto, de maneira sutil, para que se possa passar a impressão de equilíbrio e solidez. A credibilidade do leitor no jornal de sua preferência é requisito básico para que ele lhe delegue a incumbência de opinar, e para que haja entre ambos uma relação de cumplicidade.

O editorial lida com idéias, argumentos, crítica, marcando a posição de um jornal², uma revista, um programa de televisão ou de um rádio, sobre os principais fatos do momento, locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Assim, o leitor procurará no editorial assuntos de repercussão momentânea sobre os quais o jornal irá se posicionar.

² No caso deste trabalho, os editoriais estudados foram retirados de jornais.

Na opinião de Bahia (1990), autor do livro *Jornal, História e Técnica*, o editorial é definido como o texto que interpreta e realiza uma espécie de julgamento sobre o que está acontecendo. Além disso, o autor salienta de maneira sistematizada que o editorial é

[...] uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada, porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia exclusiva porque emite uma opinião própria. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e hierarquia ao seu conteúdo. O seu estilo é o da persuasão e sua linguagem a mais direta possível. O editorial trabalha em cima dos fatos e também a propósito deles, o que deixa entrever uma anterioridade, uma antecipação formal que valoriza as possibilidades e as evidências para lastrear o juízo de valor (BAHIA, 1990, p. 99-100).

Se no jornalismo há a preocupação com a neutralidade como base de uma informação segura, no editorial esse fator é descartado. O editorial é o veículo que expressa a opinião do jornal, sendo responsável, em grande parte, pela imagem deste em relação ao leitor, e por ser um texto de cunho opinativo, os editorialistas valem-se de maior liberdade para escrever, sem ter a obrigação de se ater a nenhuma imparcialidade ou objetividade.

O editorial é escrito, em geral, de maneira impessoal e publicado sem assinatura, embora se encontrem alguns editoriais assinados, como é o caso dos editoriais da revista *Carta Capital*. Geralmente possui uma linguagem sutil e leve e organiza-se num modelo simples e de fácil apreensão.

Em relação à estrutura do texto do editorial, em geral, há a apresentação sucinta de uma questão, seu desenvolvimento e discussão, por meio de argumentos e contra-argumentos, bem como a exposição breve e condensada da conclusão e do ponto de vista adotado pelo jornal.

A opção que determina as diferentes fisionomias em textos editoriais está ligada ao espírito do jornal bem como à clareza da sua linha. Partindo de

determinadas escolhas, o editorialista modela o estilo e a natureza do editorial a ser veiculado. Este estilo pode ser equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo. Dessa forma, o jornal idealiza o tipo de relação que almeja estabelecer com seus leitores.

Em relação aos temas, não se deve oscilar demasiadamente em temas diversos em um período curto, mas também não se deve cristalizar em um único assunto, em decorrência das mudanças nos diversos campos sociais. Temas polêmicos, principalmente, raramente se esgotam em um só comentário jornalístico. Em geral, os editoriais acabam ciclicamente, abordando o cenário político, administrativo e econômico do país e instauram uma ponte que o liga ao corpo do jornal, seja com as reportagens, com as manchetes, com as notícias ou mesmo com uma pequena nota.

Enfim, os grandes jornais apresentam cadernos, divisões e subdivisões que procuram atender às demandas mais diversas da vida do homem moderno, tais como economia, política, esportes, agricultura e moda. Para fazê-lo, utilizam-se de textos com traços que se voltam mais diretamente para informar sobre os fatos ou para convencer, persuadir o leitor, levá-lo a aderir a um determinado posicionamento ou idéia. É nesse contexto que se encontram os editoriais: textos que visam à persuasão, através do qual o autor, que é um sujeito argumentador, organiza a matéria numa estrutura argumentativa, na modalidade escrita, sendo participantes desse processo não só o autor do editorial, mas também os leitores, que se ligam por um contrato de comunicação, no qual é esperado ver comentado um fato de certa repercussão social do momento, num dado momento sócio-histórico-cultural.

Por esse gênero possuir, predominantemente, o tipo de seqüência argumentativa no discurso, será feita, no capítulo a seguir, uma explanação sobre a argumentação.

CAPÍTULO II

A ARGUMENTAÇÃO

Boa parte do dia-a-dia é consumida em atividades que lidam com a linguagem: falar ao telefone, escrever memorandos, responder a e-mails, participar de reuniões etc. Uma parte do que se escreve e do que se lê tem caráter meramente informativo, outra parte substancial diz respeito a textos que lidam com argumentações, como é o caso dos editoriais.

Neste capítulo, serão apresentados os conceitos básicos acerca da argumentação pois, como dito anteriormente, esta é uma característica definidora do tipo textual ao qual pertencem os editoriais. Para tanto, serão abordadas aqui, questões como: qual o objetivo da argumentação? O que é necessário para que ela se realize? Como se compõe esse tipo de texto? Qual a posição do argumentador em relação a uma proposta apresentada? Qual a importância do auditório, aquele a quem o argumentador se dirige, e qual a diferença entre convencer e persuadir um interlocutor?

A arte da argumentação e da persuasão era objeto da retórica, que estudava a linguagem em funcionamento. Competia à retórica mostrar como elaborar o discurso de modo a convencer o receptor de determinada idéia, verificando em que medida, como e por que o que estava sendo dito era dito de forma eficaz³.

Tais concepções ainda se mantêm, segundo a perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em o Tratado da Argumentação: a nova retórica. O desenvolvimento dos discursos, segundo os autores, preza pelos efeitos de verdade que buscam persuadir o auditório à adesão da tese apresentada.

³ REALE, Giovanni. *O Saber dos Antigos: Terapia para os Dias Atuais*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 1999.

Argumentar⁴ é defender um ponto de vista de forma que se venha a influenciar, persuadir aquele a quem se dirige. Toda argumentação tem como objetivo provocar ou aumentar a adesão do interlocutor, ainda que a ação que o argumentador deseja provocar no interlocutor não se desencadeie instantaneamente, mas pelo menos crie nele uma disposição para a ação que se manifestará no momento oportuno, conforme afirma Perelman Olbrechts-Tyteca (2005).

Ao tomar a palavra, o argumentador precisa desenvolver habilidades que permitam que seu interlocutor lhe preste alguma atenção. Para tanto, é bom que este conheça previamente seu público, suas crenças, seus juízos, sua categoria sócio-econômica, para que seus argumentos sejam bem desenvolvidos e melhor aceito. Isto se faz necessário porque o argumentador pertence a um horizonte ideológico que pode ser equivalente ou não ao do seu interlocutor.

Para que se possa, porém, realizar uma argumentação, primeiramente, faz-se necessário apontar elementos que são fundamentais em nível estrutural, para que se instaure e se realize uma argumentação. Estes elementos são denominados como proposta, argumentador, tese, argumentos e auditório. Será feita a seguir, a caracterização de cada um deles.

⁴ GARCIA (1983) estabelece uma diferenciação entre dissertação e argumentação que é válido apontar. A primeira tem como propósito principal expor, explicar, explicar ou interpretar idéias, já a segunda visa, sobretudo, convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Na dissertação procura-se expressar o que se sabe ou o que se acredita saber a respeito de um determinado assunto. Na argumentação, além disso, procura-se, principalmente, formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está com o argumentador, de que é este que detém a posse da verdade.

2.1. ELEMENTOS QUE COMPÕEM UMA ARGUMENTAÇÃO

a) A proposta

Para se desencadear uma argumentação é necessário, primeiramente, que se tenha uma proposta: geralmente uma proposição polêmica, a qual é permitido levantar questionamentos sobre a validade de seu conteúdo. Em geral, consiste numa alusão a outro texto ou uma citação deste.

A posição do argumentador para com a proposta pode ser de adesão ou de rejeição, ou ainda, de uma aparente neutralidade.

É imprescindível que a proposta apresente uma espécie de “questionabilidade”⁵, sobre um determinado assunto ou ainda uma dúvida. Ninguém jamais argumenta em defesa de uma verdade consensual ou vista como consensual, ou seja, não se argumenta sobre algo da qual todos estão de acordo. Toda argumentação é índice de uma controvérsia.

b) O argumentador

A partir da proposta, aparecerá alguém que se interesse em argumentar sobre ela, posicionando-se contra ou a favor da proposta: o argumentador. Este deve ser perspicaz e perceber o que faz um discurso se constituir como legítimo para o receptor. Da mesma forma, deve ser capaz de tornar os textos que produz convincentes e sedutores, desenvolvendo habilidades que façam com que

⁵ OLIVEIRA Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard *et alii*, Eds. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt, TFM, 2000. pp. 173-190.

seu interlocutor lhe preste alguma atenção. Para tanto, o argumentador dispõe de algumas estratégias, que o auxiliam a alcançar o efeito argumentativo desejado por ele.

Um mesmo tema, discutido por argumentadores diferentes trará, também, diferentes perspectivas, pois cada um trabalhará os argumentos de acordo com sua ótica. Em editoriais, essa é uma prática bem comum, visto que se trata de um texto de caráter opinativo, o editorialista sempre colocará os fatos a partir de sua tomada de posição.

É importante lembrar que, tanto o argumentador, quanto seu destinatário podem ser uma figura individual ou coletiva, como empresas, um partido político, um sindicato, por exemplo.

c) A tese

Tendo tomado sua posição em relação à proposta, o argumentador irá elaborar a sua tese, a favor ou contra a proposta. A tese é o que se quer provar, é a opinião do argumentador que se mostra ao longo do texto. Ela visa à adesão daquele a quem o argumentador se dirige. Dependendo do texto, ela é revelada abertamente. Outras vezes, o argumentador a expõe de forma mais sutil, perceptível apenas por marcas lingüísticas, como algumas adjetivações, o uso de alguns advérbios, modalizadores etc.

Vale ressaltar que o argumentador ainda pode apresentar diante de uma proposta, uma posição de “neutralidade”⁶, construindo sua argumentação de forma ponderada, ou seja, o argumentador trabalha no sentido de pesar os prós e os contras da proposta. Considerando que o produtor do texto sempre tem uma intencionalidade ao dizer e carrega semanticamente o seu discurso com as

⁶ OLIVEIRA Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard *et alii*, Eds. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt, TFM, 2000. pp. 173-190.

escolhas lexicais que faz, põe-se em dúvida esta posição de neutralidade. Em geral, acredita-se que o produtor do texto acaba pendendo para um dos lados, o que permite concluir que não há a manutenção permanente da neutralidade em um texto argumentativo. Defende-se que, em alguns textos, a opinião do argumentador é revelada mais abertamente por sua opção, e até como estratégia de convencimento. Em outros, seu ponto de vista pode estar apresentado de forma mais velada e mais sutil, também como estratégia de convencimento, no jogo da argumentação, dada as conseqüências, ao se assumir um determinado posicionamento.

No momento da construção textual, os argumentos são essenciais. Estes são as provas que serão apresentadas, com o propósito de defender uma tese. Serão eles apresentados a seguir.

d) Os argumentos

Após a tomada de posição do argumentador, ele lança os argumentos que atuaram em prol da sua tese. Estes poderão se apresentar sob dois tipos: os argumentos pró-tese e as concessões. Os argumentos pró-tese são aqueles a favor da tese, que irão reforçar a opinião do autor e sua validade. A concessão são os argumentos contrários à tese. Seria este um mecanismo através do qual o autor aparenta ceder a uma tese contrária a sua, para logo depois refutá-la, usando argumentos ainda mais fortes. Tanto os argumentos prós como as concessões são elementos que visam ao fortalecimento da argumentação e da persuasão dentro do texto.

É importante lembrar que na elaboração dos argumentos e do próprio texto, o argumentador tem que ter em mente a preocupação com aquele a quem ele está oferecendo o seu texto. Este constitui o alvo da argumentação, o que Perelman e Olbrechts (2005) chamam de auditório. Os autores alertam que “*Uma*

argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito revulsivo sobre um auditório para qual as razões pró são, de fato, razões contra". (Perelman e Olbrechts / 2005).

Por essa razão, o auditório é de suma importância. É o que será caracterizado a seguir.

e) O auditório

O outro elemento que compõe a argumentação é aquele que, interessado no mesmo propósito, no mesmo questionamento, recebe o texto elaborado pelo argumentador. Ele é muito importante já que, como afirma Perelman e Olbrechts (2005), cabe a ele o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos argumentadores.

Em relação à definição do auditório, Perelman e Olbrechts (2005,p.22) definem o auditório como "*o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*". Essa influência não ocorre de maneira fácil. O argumentador deve saber como usar as diversas estratégias argumentativas das quais dispõe para poder tocar a consciência do receptor.

O auditório, segundo Perelman e Olbrechts (2005), pode ser dividido em dois tipos: universal, que é um conjunto de pessoas sobre as quais não se tem controle das variáveis; e o particular, que corresponde a um conjunto de pessoas cujas variáveis pode-se controlar.

Cada auditório exige diferentes tipos de assunto, de discurso e de argumentos; cada um requer do argumentador determinadas estratégias que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), auxiliam na constituição e na compreensão do discurso.

No caso dos editoriais do *corpus* selecionado (do jornal O Globo), este leitor não é íntimo, conhecido, definido. Ao contrário, o produtor tem que abordar

a situação contemporânea para uma audiência genérica. Porém, pode-se afirmar que há traços que permitem uma presunção do público alvo. Pressupõe-se um leitor familiarizado com acontecimentos políticos, econômicos e culturais da atualidade, bem como outros anteriores, um receptor suficientemente culto, com ampla cultura geral em várias áreas de conhecimento e que tenha uma competência lingüístico-discursiva.

Enfim, sempre que uma argumentação se instaura, observa-se a articulação desses elementos, apontados anteriormente, que compõem uma argumentação. É necessário ressaltar que o processo de argumentação nunca se desvincula da intenção de persuasão do argumentador. Sempre é desenvolvido um raciocínio com o fim de defender ou repudiar uma proposta, para conquistar um oponente, um interlocutor circunstancial ou a si próprio.

Quando se fala em argumentação, os termos persuadir e convencer logo vêm à mente. Perelman e Olbrechts (2005) consideram os dois termos muito imprecisos e, segundo eles, devem permanecer assim. Ainda assim, os autores procuram estabelecer algumas diferenciações que serão apontadas a seguir.

O ato de convencer, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), volta-se para a razão, fazendo uso de um raciocínio lógico, de provas objetivas e se dirige a um auditório universal, já o ato de persuadir se volta para a emoção, tem caráter subjetivo e se dirige a um auditório particular. Sobre o ato de persuadir, postula Koch (2008, p.18):

[...] o ato de persuadir [...] procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem carácter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um 'auditório particular': o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo a leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – à adesão aos argumentos.

Os autores, ainda, pontuam que em relação a resultados, persuadir é mais do que convencer, já que a convicção, segundo os autores, não passa da primeira fase que leva à ação.

É claro que existem pessoas mais pré-dispostas à aceitação de um ponto de vista do que outras, assim como há aqueles mais céticos. A argumentação deve tentar atingir esses dois tipos de pessoas. Na obra *Os pensadores* (1991)⁷, há um trecho digno de ser apreciado. Na verdade é uma crítica a respeito daqueles que são facilmente persuadidos:

Não é sem motivo que atribuímos à simplicidade e à ignorância a facilidade com que certas pessoas acreditam e se deixam persuadir, pois penso ter aprendido outrora que acreditar é por assim dizer o resultado de uma espécie de impressão sobre a nossa alma, a qual a recebe tanto melhor quanto mais tenra e de menor resistência: “Assim como o peso faz pender a balança, assim a evidência determina o espírito” (Cícero). Quanto mais a alma é vazia e nada tem como contrapeso, tanto mais ela cede facilmente à carga das primeiras impressões.

(Michel de Montaigne, 1991, p.87)

Na tarefa de apresentar seu ponto de vista e trabalhar a persuasão, o editorialista pode se valer de várias estratégias argumentativas para obter a adesão do leitor/ouvinte a uma tese determinada: a apresentação de dados estatísticos ou o testemunho de especialistas, por exemplo, pode dar credibilidade a uma reportagem. O uso de imperativos, superlativos ou interjeições podem impressionar o receptor, envolvê-lo emocionalmente, o que é uma forma de seduzir e exercer poder por meio da linguagem. Inserir citações para se instaurar um confronto entre vários pontos de vista pode contribuir para quebrar o tom inflexível e autoritário de um texto. Enfim, em uma argumentação, há uma infinidade de estratégias das quais o argumentador pode fazer uso para auxiliá-lo

⁷ Michel de Montaigne (1533-1592) foi pensador francês que teve uma contribuição importante para a construção do pensamento filosófico. Sua filosofia marca a ruptura com a forma de pensar medieval, por essa razão é considerado um dos precursores da modernidade.

na construção do seu propósito comunicativo de modo que ele consiga alcançar a persuasão do leitor. Algumas delas serão estudadas na seção que segue.

2.2. AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

Um jornal é capaz de criar no espírito do público o clima necessário para efeitos que pretende causar. Ele exerce uma forte influência sobre a opinião pública, levando os leitores a tomarem partido, alterarem os rumos de atuação com relação às instâncias políticas, à segurança pública etc.

Os editoriais são gêneros textuais, pertencentes ao discurso jornalístico, que possuem um caráter argumentativo e que, portanto, procuram influenciar um auditório, orientando a leitura que se fará através do ponto de vista do veículo ou da pessoa responsável pela publicação. Com a ajuda de estratégias argumentativas, o editorialista, leva o leitor a ler o texto sob a perspectiva de interesse do jornal. Nem sempre as estratégias são perceptíveis para os leitores. Algumas são mais sutis e por essa razão se prestam com bastante eficiência no uso argumentativo da linguagem. É a maneira como ele “arruma” estas estratégias que irá garantir o sucesso ou não da sua argumentação.

Nesta seção, o estudo será direcionado para as estratégias argumentativas das quais um argumentador, no caso aqui, o editorialista, pode dispor. Como já relatado, anteriormente, há muitas opções estratégicas de que se pode fazer uso. Optou-se, porém, neste trabalho, pelo estudo, apenas de algumas. São elas a citação; o argumento de autoridade; as aspas; a seleção lexical; a apresentação de dados numéricos, porcentagens e estatísticas; a exemplificação; a concessão e os modalizadores. A justificativa por esta escolha é por se observar a recorrência das mesmas nos textos dos editoriais analisados. Assim, a seguir, propõe-se a apresentação de cada uma das estratégias, que serviu de base para a análise do *corpora*, a ser apresentada no capítulo seguinte.

2.2.1. A CITAÇÃO

A citação é entendida, aqui, como o ato de chamar em juízo a voz ou o discurso proferido por alguém. Numerosos trabalhos têm se voltado para a citação, alguns o tratam como polifonia, outros como intertextualidade, como discurso relatado, entre outros. Essas vozes imprimem ao texto o caráter de heterogeneidade, definido por Authier (1998) como heterogeneidade enunciativa. Embora o estudo desta heterogeneidade discursiva seja importante, indicando uma polifonia discursiva, para fins da análise proposta, não nos ateremos à polifonia do discurso, mas à contribuição discursiva que a presença da citação indica na construção da argumentação.

Em se tratando de textos jornalísticos, a citação é de grande importância para um determinado texto argumentativo. Elas podem ser introduzidas em um texto para provocar distanciamento, para instaurar polêmica, como argumento de autoridade, como alvo de crítica ou de adesão. De acordo com Van Dijk (1990), as citações inseridas em um texto, trazem mais confiabilidade ao que o jornalista pretende reportar do que a simples descrição de um fato, além de converterem o texto jornalístico em algo mais vivo.

O que se percebe, em geral, principalmente em textos que veiculam opiniões, como é o caso dos editoriais, é que, na tentativa de se reproduzirem enunciações, o jornalista pode manipular a citação de acordo com a opinião que deseja imprimir no leitor. O contexto em que são inseridas as citações, as supressões que se fazem nas mesmas, o comentário que se faz a partir delas, tudo pode ser direcionado em favor do propósito comunicativo do autor.

Esta também é uma prática comum que se tem no cotidiano: todas as vezes em que se argumenta em prol de uma causa e se faz uso de citações, ainda que em situações corriqueiras, acabam-se produzindo transformações ou reformulações de forma que essa manipulação traga o sucesso desejado.

No exemplo⁸ abaixo, retirado do editorial do jornal *O Globo*, o autor introduz uma citação em que fica evidente a intervenção por ele feita. Esta é instalada no texto a partir da sua compreensão (não se sabe o que realmente foi dito pelo ministro citado) e da sua avaliação, já que ele classifica a forma em que se deu a declaração do citado através do termo “candidamente”.

1. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou candidamente que em outubro do ano passado alertara para a epidemia.

(Texto: *Mal incurável*, 26/03/2008)

Assim, ao se reproduzir o discurso de alguém, esse processo será fruto de uma certa compreensão realizada e, embora aparente certa inocência, não se impedirá a ocorrência de possíveis distorções ou interferências no discurso citado.

Há casos em que alguns jornalistas constroem seus textos tendo como suporte a fala do outro e usam tanto esse recurso que é como se o autor do texto perdesse a sua voz, transformando-se em um simples articulador do texto, responsável pela organização textual. Mas esta “perda de voz”, também, pode ser considerada uma estratégia, pela qual o argumentador, por não se sentir à vontade ou por se sentir tímido em expor de maneira clara seu pensamento, argumenta a partir das palavras proferidas por outras pessoas, não vindo a se expor. Temas muito polêmicos e que inspiram muito cuidado à discussão, por exemplo, podem provocar essa postura de auto-preservação do argumentador.

Assim, é importante lembrar que a simples escolha de um vocábulo por um autor já é dotada de intenções, tanto mais o será a escolha de discursos proferidos por outras pessoas, os quais serão encaixados em um contexto que dependerá unicamente daquele que os cita.

⁸ Para que se possa ter uma maior compreensão, optou-se, neste trabalho, por inserir em cada estratégia argumentativa, um exemplo extraído do *corpora*.

É importante lembrar que a fala citada não está amarrada a um só enunciador, a uma só pessoa, ela pode representar também a voz de sindicatos, de um país ou de países, etc, ou ainda enunciadores anônimos e coletivos (Ex: há quem diga X).

Quando se opta por citar um discurso, necessariamente, escolhe-se representá-lo de um modo em vez de outro e isso é respaldado por vários fatores, envolvendo não só os aspectos gramaticais, mas também o gênero do discurso o qual ele será inserido, o lugar, a época, os envolvidos no evento discursivo e principalmente, que é o que interessa para este trabalho, o propósito comunicativo.

As formas de representação de um discurso citado, tradicionalmente, se classificam em três: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. Para efeito de análise, neste trabalho, só serão caracterizados os dois primeiros, tendo em vista que o discurso indireto livre não teve representação nos editoriais analisados.

O emprego do discurso direto como forma de representação de uma citação é uma estratégia argumentativa de grande uso em textos jornalísticos. Os motivos geralmente são para criar autenticidade e por se achar que o discurso direto é mais fiel e objetivo. No plano expressivo, a reprodução direta das falas ganha naturalidade e vivacidade, que são ajudadas por elementos lingüísticos tais como exclamações, interrogações, interjeições, vocativos e imperativos. Estes costumam impregnar de emotividade a expressão oral. Por esse motivo, muitos acreditam que se dá, em geral, na passagem do discurso direto para o indireto, um esvaecimento das realidades concretas de tempo, lugar, situações a que os enunciadores estariam vinculados.

Porém, é necessário ressaltar que, mesmo se reproduzindo o discurso de alguém palavra por palavra, o argumentador poderá manipular a citação em favor de sua tese. Ducrot (1987, p.187) afirma “[...] *o estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade*

tenha uma correspondência literal, termo a termo". Da mesma forma Marcuschi (2001, p.48) conclui que

Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando a fala do outro.

Assim, citar uma fala tal qual ela é não impede que esta fala seja reconstruída por aquele que está citando, já que a situação de enunciação primeira será descrita e, portanto, interpretada segundo aquele que a relata. Dessa forma há uma falsa impressão de que, quando se cita uma fala através de um discurso direto, não se interfere naquilo que é citado. Porém, ocorre que a descrição da situação de produção em que se deu a citação passa pela subjetividade do argumentador e é a partir desta subjetividade que o editorialista pode aproveitar para transformar o discurso que foi citado em uma estratégia argumentativa a seu favor, já que a contextualização do que foi dito dependerá única e exclusivamente do seu olhar.

Enfim, é necessário dizer que uma simples inserção do discurso direto em um contexto não estará desvinculada da intenção argumentativa de quem produziu o texto.

No discurso indireto, a forma como o discurso citado se dá terá uma característica marcante: aquele que o cita fará o discurso a ser citado passar por uma interpretação juntamente com uma reformulação do que foi dito.

Ao se optar por um discurso indireto, acaba-se por manipular expressões e estruturas lingüísticas (passa-se o discurso para uma oração subordinada, transformam-se tempos verbais, pessoas gramaticais, locuções verbais etc), eliminando-as, substituindo-as ou até mesmo introduzindo outras.

Neste processo, pode-se substituir, ainda, vocabulários técnicos para não técnicos, formas sintáticas mais tipicamente faladas para as mais tipicamente

escritas e assim por diante. O que é válido ressaltar é que os signos lingüísticos correspondentes não podem ser considerados como equivalentes no plano do significado. Assim, o enunciador, em seu ato de enunciação, decodifica, interpreta um enunciado e o re-codifica, produzindo um novo enunciado e é no momento desta reformulação que o argumentador poderá orientar a fala citada a seu favor.

Uma outra forma de se representar uma citação seria colocar expressões como *segundo X*, *de acordo com X*, *na opinião de X*, enfim, uma forma de deixar claro que está se apoiando em um outro discurso, mas não se responsabilizando por ele, já que tal enunciação não é sua. Ou ainda incorporar a citação ao próprio discurso sem ruptura sintática, na qual sem as aspas, nada distinguiria as palavras do discurso citado das palavras do jornalista, uma vez que os fragmentos citados estão integrados sintaticamente ao discurso daquele que cita.

A citação pode desencadear a atuação dos jornalistas em duas frentes ao mesmo tempo: eles, ao citarem, mantêm uma certa distância em relação aos indivíduos de quem falam, mas associam a sua linguagem e o seu ponto de vista à fala de alguém para reforçar sua argumentação. É o que será estudado no tópico a seguir.

2.2.2. O ARGUMENTO DE AUTORIDADE

Argumentar por autoridade significa trazer para o seu discurso a voz do outro como sendo um ser competente e/ou autoridade naquilo que profere. O argumento de autoridade é definido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.348) como a utilização de *“atos ou juízos de uma pessoa ou um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”*.

Ducrot (1980) *apud* Koch (2008, p.146), sobre o raciocínio da autoridade, parte do princípio em que se *“X disse P’ e, com base na suposição de que X, de acordo com sua situação ou competência, tem boas razões para não estar*

enganado, conclui-se quanto à verdade ou à verossimilhança de P'. Argumentativamente, esse mecanismo funciona como uma autorização, ou mesmo, uma “obrigação” de se concluir a partir de P. Talvez por esse motivo, esse modo de raciocínio retórico tenha sido atacado de forma intensa, principalmente por ser tão utilizado em pesquisas científicas, até de maneira abusiva, pois se concedia um alto valor a esses discursos, como se essas autoridades que foram invocadas fossem infalíveis. Sobre esse aspecto, Locke (1894) *apud* Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.348) diz:

Todo aquele, diz Locke, que sustenta suas pretensões por meio de tais autoridades, crê que deve, por isso, prevalecer, e está pronto para qualificar de imprudente qualquer pessoa que se atreva a opor-se a elas. Aí está, penso eu, o que se pode chamar de *argumentum ad verecundiam*.

Vale ressaltar, como mesmo lembra Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que o argumento de autoridade é de extrema importância na argumentação e, ainda que o valor deste argumento venha em alguma hipótese ser contestado por um opositor, não se pode jamais descartá-lo e desconsiderar sua relevância.

É importante observar que, para efeito de persuasão, a autoridade considerada como referência não pode ser qualquer uma. Para que os leitores admitam a veracidade ou a verossimilhança desse tipo de argumento, é bom que a autoridade constituinte do discurso citado seja conhecida, pois dependerá do prestígio, da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra, para que o argumento alcance seu objetivo. Este recurso é muito utilizado em campanhas políticas em que os partidos utilizam atores globais que expõem, como forma de propaganda, suas opiniões em relação a um determinado partido. Eles trabalham o sentimento de respeito e admiração que as pessoas alimentam pelos indivíduos famosos para granjear a anuência as suas campanhas.

Porém, é preciso dizer que, tão importante quanto, ou até mais do que serem conhecidas, as autoridades invocadas devem ser reconhecidas por sua competência em uma área específica. Fora dessa área, a autoridade da qual elas gozam será facilmente contestada, permitindo, assim, a sobreposição de outros argumentos contrários à tese.

No exemplo abaixo, por se tratar a discussão do texto sobre questões trabalhistas, a autoridade evocada para confirmar o ponto de vista adotado pelo editorialista correspondeu às expectativas esperadas no que diz respeito à competência exigida a ela, já que se trata de um professor de relações de trabalho da USP:

2. Professor de relações do trabalho da USP, José Pastore alerta: “As restrições poderão ser um entrave ao desenvolvimento e desestimular empreendedores a criar empregos no país”.

(Texto: *Salto ao passado*, 22/02/2008)

Assim, dentro do processo argumentativo, recorrer ao discurso de alguém respeitado como autoridade no assunto é uma estratégia com o objetivo de conduzir o interlocutor a concordar com seu discurso: atrás do argumento de autoridade se escondem verdadeiros pontos de vista. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.350), “*quem invoca uma autoridade se compromete: não há argumento de autoridade que não repercuta em quem o emprega*”.

É importante frisar que o argumento de autoridade não se atém somente à citação de um único sujeito, pode também se referir a empresas, organizações, a dados coletados de instituições confiáveis, por vezes a provérbios, a ditos populares etc.

Sobre esse aspecto indica Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 350):

As autoridades invocadas são muito variáveis, ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, os “Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.

Enfim, a utilização do argumento de autoridade por um jornalista dá maior credibilidade ao discurso que está sendo construído, reforçando os índices de validação e avaliação daquele que escreve. A referência a uma reconhecida autoridade no campo especial de sua competência dá maior peso a uma opinião e representa uma prova relevante no texto argumentativo, por esse motivo constitui-se um excelente instrumento de persuasão.

2.2.3. AS ASPAS

As aspas são elementos que possuem um diversificado uso. Podem sinalizar, por exemplo, ênfase, neologismos, demarcação de palavras que pertencem a uma outra língua que não a nossa, identificação de uma citação, uma ironia, entre outros.

Em editoriais, esse recurso pode aparecer, mais freqüentemente, para indicar termos pertencentes ao discurso de uma outra pessoa ou para designar uma ironia.

No primeiro caso, elas funcionam como uma operação de distanciamento, indicando que o termo em destaque não é de sua responsabilidade. O argumentador se protege antecipadamente de uma crítica: é como se dissesse

“não sou eu quem está falando, mas fulano de tal”. Quando não destacam citações, representam um termo que se apresenta deslocado do discurso original e é utilizado pelo editorialista⁹, em geral, para dar ênfase a uma crítica que o mesmo esteja construindo sobre a declaração de uma determinada pessoa. Como no exemplo abaixo, em que o editorialista critica a posição adotada pelo presidente Lula perante a inserção de uma lei que impõe limites ao exercício de poder em períodos de campanhas eleitorais:

3. [...] o presidente achou por bem aproveitar a oportunidade para considerar a lei contaminada de **“falso moralismo”**, fruto do **“lado podre da hipocrisia brasileira”**. (Grifo nosso)
(Texto: *Limite da lei*, 11/06/2008)

Por estar isolado do discurso de origem, fica mais fácil para o editorialista manipular estes termos em destaque em prol de sua argumentação, já que o leitor não sabe o que realmente foi dito por aquele que foi citado. Os termos aspeados ficam à mercê da contextualização do autor, aquela que lhe é conveniente.

O outro caso mais encontrado de aspas em editoriais é para indicar uma ironia. Esta é uma arma poderosa no que concerne à argumentação, pois pode abalar sob forma do ridículo uma tese a que se busca criticar ou derrubar. Ela atua de maneira em que o autor dá a entender o contrário do que diz, agindo no sentido de atacar e evidenciar a posição de quem busca criticar.

É importante lembrar que, ainda que a ironia possa apontar para o ridículo e para o caricatural, sua função não é pautada em uma atividade lúdica e desinteressada e sim em uma ação de cunho crítico voltada para um destinatário determinado.

⁹ Lembra-se que o editorialista não é neutro, pois lida, constantemente, com textos que possuem temas polêmicos. Com a mesma força, ressalta-se que o espaço destinado à voz do leitor é a “seção de cartas do leitor”, espaço em que pode refutar a opinião adotada pelo jornal e demonstrar seu pensamento.

2.2.4. A SELEÇÃO LEXICAL

A seleção lexical traz consigo uma gama de recursos argumentativos: as metáforas, as oposições, os jogos e trocadilhos de palavras, as polissemias, as repetições, entre outros. Estes recursos argumentativos fazem parte da seleção lexical que o produtor do texto faz. Por esse motivo, a exemplo de Koch (2008), estes recursos serão identificados, na análise do *corpus*, dentro da estratégia intitulada de seleção lexical.

A seleção lexical pode parecer uma ação automática, porém, a decisão por cada termo do texto vem carregada de intenções e, esta decisão, irá ser responsável pela orientação argumentativa do texto. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que a escolha dos termos raramente se apresenta despida de carga argumentativa e que não existe escolha neutra. O que pode existir é apenas uma escolha que parece neutra.

Koch (2008,p.154) argumenta que *“Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos”*. Assim, uma simples palavra pode até mesmo denunciar a posição ideológica adotada por um jornal. Como exemplo, um editorialista que ao abordar o tema sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), refere-se ao evento como *ocupação* de terras enquanto um outro utiliza a palavra *invasão*. Não se trata, nesse caso, de uma simples escolha de palavras, mas de um posicionamento discursivo: quem é contra ao movimento se refere aos “sem terra” como *invasores*, quem é a favorável ou pelo menos neutro se refere a eles como *ocupantes*.

Por meio da seleção lexical, o argumentador pode revelar sua postura diante de uma proposta, caracterizando-a subjetivamente. Ele expressará uma avaliação positiva ou não do objeto construído discursivamente durante o texto. Uma forma de se ter essa avaliação é através da recategorização, em que o

argumentador, ao citar novamente um termo (pessoas, projetos, cidades, etc), caracteriza-o a partir de sua opinião (Ex: o político X = o mestre da corrupção).

Ainda sobre esse aspecto, Koch (1995) postula em seu livro *A inter-ação pela linguagem* sobre os índices de avaliação e indicadores atitudinais. São importantes definições que serão aplicadas na análise do *corpus* deste trabalho por se achar que as mesmas contribuem no processo de persuasão do leitor.

Os *índices de avaliação* funcionam como representantes importantes do juízo de valor que o argumentador elabora sobre uma proposta. O autor não faz a apresentação somente dos argumentos, mas se utiliza de termos como adjetivos e advérbios para avaliar os fatos, positiva ou negativamente, de modo que consiga influenciar o interlocutor. Como se observa no exemplo abaixo, em que autor utiliza os qualificadores *truculento* e *sem ética* para criticar as ações dos petistas:

4. Neste episódio ressurgem o estilo truculento e sem ética com que certas falanges petistas se movem no jogo político, [...].

(Texto: *Abrir a caixa preta*, 01/04/2008)

Na utilização desta estratégia, porém, o argumentador deve ter cuidado com a inserção de termos pejorativos em análises negativas. Encaminhar o discurso para insultos e xingamentos, desvirtuará a argumentação, transformando-a em um “bate-boca”, como afirma Othon Garcia (1983), e isso denunciará que o argumentador não soube manipular corretamente a estratégia em questão.

Os *índices de avaliação* são muito utilizados, até mesmo em relação ao discurso de autoridade, item já discutido anteriormente. Costuma-se consolidar a autoridade referenciada, otimizando suas características através de avaliativos, pois “*quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras*” (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005, p.351).

Os *indicadores atitudinais* estão ligados ao estado psicológico com que o autor se deixa apresentar em seu texto. Através deles, percebe-se se o argumentador está satisfeito diante de uma determinada proposta, ou aflito, intrigado, descontente, etc. Como no exemplo a seguir, em que o autor, através do termo *infelizmente*, deixa claro sua insatisfação ou desapontamento diante das ações das Farc no texto de editorial intitulado *Show de Chávez*:

5. Infelizmente, é muito pouco provável que as Farc soltem reféns em operações estrepitosas como a montada por Chávez.

(Texto: *Show de Chávez*, 03/01/2008)

É importante perceber que esse termo, como todos indicadores atitudinais, não só caracteriza o argumentador como acaba por revelar sua tomada de posição diante de uma causa.

Enfim, através da estratégia da seleção lexical, o editorialista pode encontrar muitos meios de defender seu ponto de vista de modo que venha a persuadir o interlocutor.

2.2.5. PORCENTAGENS, ESTATÍSTICA E DADOS NUMÉRICOS

A aplicação desta estratégia em textos argumentativos é de grande relevância pelo alto valor de convicção que ela desperta.

É importante lembrar que o leitor, ao se deparar com esse recurso em argumentações, deve ter um cuidado muito grande na assimilação da informação por esta estratégia veiculada. Isso porque o argumentador pode manipular os dados em prol da tese que deseja comprovar.

Sobre esse aspecto afirma Garcia (1983, p.373): “(...) *com os mesmos dados estatísticos tanto se pode provar como refutar a mesma tese*”. Ele exemplifica indicando uma situação em que o número de reprovados em um Vestibular no Rio de Janeiro apresentado em um texto argumentativo pode denunciar a deficiência da educação no Estado ou sua eficiência: isso dependerá, na realidade, do número de candidatos inscritos, ou seja, três mil candidatos reprovados pode ser muito, se o número de inscritos for seis mil, mas se forem trinta mil, será um índice muito baixo de reprovação. Dependendo da tese que o argumentador quer provar, (contra ou a favor do governo), ele encaminhará os dados estatísticos de forma que o interlocutor chegue à conclusão por ele pretendida, nem que para isso se omitam alguns dados. Em casos semelhantes a este do Vestibular, é muito comum se omitir o número de candidatos inscritos, caso este dado venha prejudicar os argumentos em prol da tese defendida.

Também dados numéricos de grande escala podem impressionar aquele a quem se busca persuadir, como se observa no exemplo abaixo:

6. E o resultado foi ainda mais animador porque a criação de empregos bateu recorde, com mais de 1,6 milhão de contratações com carteira assinada.
(Texto: *Tiro no pé*, 03/01/2008)

Para passar uma imagem positiva da situação do país em relação à geração de empregos, o argumentador diz que foram contratadas “1,6 milhões” de pessoas com carteira assinada. Esses milhões, por serem uma quantidade alta, podem vir a persuadir o leitor de que o governo em questão está fazendo um bom trabalho. Mas este recurso cai no mesmo processo das estatísticas apresentadas sobre o número de candidatos aprovados em Vestibular, dito anteriormente, pois não é revelado e o leitor não tem conhecimento de qual é a quantidade de contratações que, realmente, representariam um bom atendimento à necessidade da população brasileira.

De qualquer forma, pode-se afirmar que esta estratégia é uma importante aliada no que diz respeito à persuasão, já que auxiliam a produzir um efeito de verdade na argumentação do autor do texto.

2.2.6. A EXEMPLIFICAÇÃO

Argumentar por meio de exemplificação consiste em apresentar dados e fatos suficientes, coerentes e adequados¹⁰ que auxiliam a formular um raciocínio, proporcionando maior solidez a uma tese.

A exemplificação pode ser facilmente identificável pela presença de índices lingüísticos do tipo: *por exemplo, vamos supor, etc*, ou inferíveis a partir do contexto. O importante é que os exemplos escolhidos sejam consistentes e passem veracidade, do contrário poderão desencadear um efeito contrário ao que o argumentador deseja provocar. Sobre esse aspecto postula Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.403):

Seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir estatuto de fato, pelo menos provisoriamente; [...]

A rejeição do exemplo, seja porque é contrário à verdade histórica, seja porque é possível opor razões convincentes à generalização proposta, enfraquecerá consideravelmente a adesão à tese que se queira promover. Isso porque a escolha de um exemplo, enquanto elemento de prova, compromete o orador, como uma espécie de confissão. É legítimo supor que a solidez da tese é solidária da argumentação que a pretende estabelecer.

¹⁰ Exemplos voluntariamente inadequados podem constituir uma forma de ironia. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005)

Os exemplos, em geral, podem ser de caráter confirmativo, ou seja, quando são citados para se comprovar ou dar maior sustentação ao que foi dito ou para se estabelecer uma comparação (positiva ou negativa, depende do propósito do argumentador). Como exemplo dos que são usados para efeito comprobatório, tem-se o caso a seguir, em que o editorialista defende em seu texto a necessidade de se ter uma política pública eficiente, voltada para um planejamento familiar, a fim de se reduzir o número de mortalidade infantil. Para tanto, ele usa o exemplo de uma pernambucana chamada Nancy, que teve uma grande quantidade de filhos mortos, para confirmar a necessidade de tal política.

7. O exemplo, porém, da pernambucana Nancy Farias Pessoa, de 61 anos, relatado pelo GLOBO, é revelador. Nancy teve 21 filhos, dos quais apenas seis sobreviveram.

(Texto: *Poderia ser melhor*, 25/01/2008)

No caso de exemplos comparativos, geralmente, o argumentador os introduz com o intuito de propor uma solução a uma determinada questão. São ocorridos que deram certo e podem servir como inspiração, ou que não deram certo e, portanto, não se deve copiar. No editorial *Tiro no pé*, o autor discute sobre a reivindicação feita por centrais sindicais, em que se propõe a redução da jornada de trabalho. O autor mostra-se contra essa reivindicação e usa o caso da França para indicar que este é um caminho o qual o Brasil não deve tomar.

8. O exemplo a ser examinado é o da França, que, por pressão dos sindicatos, adotou a medida, e há tempos tenta voltar atrás, por ter perdido competitividade na Europa e no mundo. (Texto: *Tiro no pé*, 06/02/2008)

Em relação a estes exemplos comparativos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam que existem exemplos que incentivam a imitação, os chamados *modelos*; e aqueles das quais se busca, justamente, escolher seguir o caminho oposto: os *antimodelos*.

Os *modelos* podem representar pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. Inclui-se, aqui, neste último, países, religiões, sistema de governo adotado por esses grupos e etc.

Além de poderem indicar uma conduta a se seguir, os *modelos* também podem servir de caução a uma conduta adotada: “*O fato de seguir um modelo reconhecido, de restringir-se a ele, garante o valor da conduta*” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 415).

É importante ressaltar que, como os autores afirmaram anteriormente, o modelo deve ser reconhecido, não é possível ter qualquer um como modelo: “*(...) para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio*”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca , 2005, p. 414).

O *antimodelo*, em oposição ao *modelo*, age como referência ao que não se deve abraçar. É uma estratégia bem eficaz, já que se pode trabalhar com a aversão ou repulsa do interlocutor pelo exemplo escolhido, conforme indica Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Por vezes ficaremos, no momento de uma deliberação, estimulados a escolher um comportamento porque é o oposto ao do *antimodelo*; a repulsa chegará às vezes a provocar a mudança de uma atitude anteriormente adotada, pela única razão de que é igualmente a do *antimodelo*.

(Perelman e Olbrechts-Tyteca , 2005, p.417).

Enfim, os exemplos são fortes aliados na tentativa de persuasão em um texto argumentativo, já que são trabalhados no sentido de se dar sustentabilidade ao que é proposto pelo argumentador.

2.2.7. A CONCESSÃO

Dentre os vários operadores argumentativos existentes, escolheu-se trabalhar, aqui, os que dão origem, conforme a denominação das gramáticas tradicionais, às orações concessivas e as adversativas. Sabe-se que, como todas as conjunções, elas não se restringem a simples elementos de ligação entre palavras ou orações. Ao contrário, ampliam o nível do discurso. A escolha por estas se deu por representarem uma estratégia argumentativa recorrente nos editoriais analisados: a concessão.

A concessão costuma ser um importante recurso discursivo na aplicação de uma argumentação, em que se concorda com o adversário para em seguida propor um caminho em outra direção. Oliveira (1995, p.89) afirma que no recurso da concessão “*concordamos, num aspecto de importância secundária, com o opositor (real ou imaginário, presente ou ausente, que pode ou não ser o leitor/ouvinte) para, em seguida, tirar-lhe o tapete sob os pés*”. É como se déssemos um passo para trás para em seguida darmos dois passos para frente, recuar para avançar. Sobre a concessão afirma Koch (2008, p.148):

[...] o locutor admite que um enunciado seja argumentativamente utilizável a favor de certa conclusão, isto é, reconhece a legitimidade dessa tendência atribuída ao destinatário, a um enunciador virtual ou à opinião pública, mas, ao mesmo tempo, recusa esta conclusão, apresentando argumentos decisivos em favor da conclusão oposta.

Assim, a concessão é entendida aqui como um recurso discursivo: o argumentador, inicialmente, reconhece a tese contrária à dele, logo a seguir refuta-a, desconstrói ou a critica, com um argumento favorável à sua tese, a idéia que ele contempla. A tese contrária manifestada na sua expressão lingüística é a concessão.

O processo de concessão é um mecanismo que facilita ao adversário assimilar os argumentos que são contrários a ele na tese defendida, já que seu ponto de vista é levado, aparentemente, em consideração pelo argumentador.

É importante ressaltar que tanto as orações concessivas quanto as adversativas, do ponto de vista semântico, oferecem a concessão, mas, em relação à estratégia argumentativa, apresentam diferença, como se observa nos exemplos abaixo:

9. A população tem parte da responsabilidade na proliferação do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, por não cuidar como deveria da prevenção. Porém, reconheça-se, não há governo com um programa sem interrupção de esclarecimento, e atuação o ano inteiro junto aos moradores, sequer nos bairros de mais alto risco.

(Texto: *Mal Incurável*, 26/03/2008)

10. [...] ainda que o agronegócio esteja respondendo bem ao comportamento da demanda no mercado doméstico, os preços internos sofrem o impacto das cotações internacionais [...].

(Texto: *Incômoda pressão*, 11/04/2008)

No primeiro, cria-se uma expectativa no opositor de que seu ponto de vista será adotado pelo argumentador. No caso deste exemplo para aqueles que, na época em que o editorial foi publicado, culpavam a população do Rio de Janeiro pela epidemia de dengue essa expectativa é levantada.

Já no segundo, em que se debate sobre o aumento dos preços dos alimentos no país, essa expectativa logo é derrubada em razão da conjunção *ainda que* a qual inicia a oração. Guimarães (1981) nomeia estas estratégias de “suspense”, no que diz respeito ao *porém* e “antecipação”, no que diz respeito ao *ainda que*.

Deve-se ter cuidado, porém, com o excesso de adversativas em um mesmo período, pois dessa forma pode-se comprometer a clareza argumentativa,

passando para o leitor a impressão de *pingue-pongue* argumentativo¹¹ (pró, contra, pró, contra, ...).

Abreu (2006) denomina as conjunções como operadores argumentativos, por considerar o termo mais amplo e abrangente, incluindo, inclusive, os tradicionalmente denominados advérbios. Para o autor, o operador *mas* funciona sintaticamente como articulador de oposição; e o operador *entretanto*, em alguns casos acoplado ao operador *mas*, como reforço ilocucional. Ainda o autor admite a existência de um segundo processo de oposição que ocorre com os articuladores *embora*, *muito embora*, *ainda que*, *conquanto que*. Para ele, a utilização da subordinada concessiva tem efeito de modalização, de atenuador do discurso, pois, ao antecipar a informação, prepara seu leitor para uma conclusão contrária ao que parece ser a intenção inicial do produtor do texto.

2.2.8. OS MODALIZADORES

Através do uso de modalizadores, o argumentador sinaliza o modo daquilo que ele diz. A modalização seria uma atitude assumida pelo sujeito falante frente a um determinado conteúdo. Azeredo afirma que (1990, p.122): “[A modalidade] diz respeito à expressão lingüística de dois aspectos: (a) as apreciações do locutor sobre o conteúdo proposicional da orações e (b) seus interesses quanto às tarefas da enunciação.”

Os modalizadores funcionariam como sinalizadores da atitude e da intencionalidade do falante perante seu enunciado. Casos em que um argumentador constrói seu enunciado em cima de indicadores modais como “é preciso”, “deve-se”, “é certo”, “todos sabem”, “não é admissível” ou ainda o uso de

¹¹ OLIVEIRA Helênio Fonseca de. Concessão e produção de textos. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita & MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Espaços e interfaces da lingüística e da lingüística aplicada*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995. p. 89-96. [*Cadernos Didáticos/UFRJ*; 17]

imperativos, revelam a intenção do argumentador de impor um determinado discurso (um ponto de vista, uma opinião) com autoridade, de forma que sua argumentação se estabeleça como uma verdade incontestável. O exemplo abaixo demonstra que o argumentador faz uma crítica sobre declarações feitas pelo presidente Lula. A forma como se dá essa crítica demonstra esta imposição de discurso.

11. **Não é admissível** que o chefe da nação faça críticas abertas a leis. **Cabe-lhe** cumpri-las. Caso discorde, **envie** ao Congresso projeto para revogá-las.
(Texto: *Limite da lei*, 11/06/2008 / Grifo nosso)

O argumentador deve ter cuidado, porém, para não deixar transparecer em seu texto um autoritarismo muito grande que venha beirar a soberba. Perelman e Olbrechts (2005) indicam que para se convencer alguém, o orador precisa ter certa modéstia para não se apresentar como “dono da verdade”.

No processo de modalização, podemos tomar como orientação vários tipos de lexicalizações possíveis:

- a) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.;
- b) adjetivos em posição predicativa: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.;
- c) advérbios: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.;
- d) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. + infinitivo);
- e) pelas próprias categorias gramaticais (tempo/aspecto/mo) do verbo: imperativo, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese;
- f) entonação: (que permite, por ex: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral).

A modalização distingue-se tradicionalmente em três classificações: as aléticas (referentes ao eixo da existência, determinando o valor de verdade do conteúdo das proposições), as epistêmicas (que se referem à crença, ao saber e

o conhecimento que temos de um estado de coisas) e a deôntica (que se referem ao âmbito da conduta, das normas). Sobre as classificações dos modalizadores, porém, será tomado como base teórica, os estudos de Castilho e Castilho (2002), juntamente com as proposições de Neves (2002).

Os autores supracitados trabalham, apenas, com a modalização epistêmica e a modalização deôntica. Castilho e Castilho (2002) ainda conceituam sobre o que chamam de modalização afetiva. Esta estaria ligada à verbalização da reação emotiva ou psicológica do argumentador em face de um conteúdo proposicional, mas este conceito será trabalhado dentro do item seleção lexical, nos indicadores atitudinais, conforme estudado anteriormente.

Em relação aos modalizadores epistêmicos, Castilho e Castilho (2002) propõem uma divisão em três classes: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores.

Nos asseverativos, o argumentador considera o conteúdo exposto como algo certo e verdadeiro, algo que não se dá margem à dúvida, são eles: *realmente, evidentemente, efetivamente, obviamente, logicamente, de jeito nenhum, de forma alguma*, dentre outros. Nos quase-asseverativos, o conteúdo apresentado é considerado pelo argumentador como quase certo, como uma hipótese que depende de uma confirmação, por isso ele se furta da responsabilidade de asseverar. Como exemplo destes tem-se: *talvez, possivelmente, provavelmente, eventualmente*. Os delimitadores estabelecem os limites dentro dos quais deve se encarar o conteúdo, são eles: *quase, em geral, um tipo de, basicamente, praticamente, geograficamente*, etc.

Os modalizadores deônticos se situam no domínio do que se deve ou do que se é permitido fazer, conforme indica Neves (2002), são eles: *é necessário, obrigatoriamente, deve-se*, algumas realizações do verbo *poder*, verbos no imperativo, entre outros.

Vale lembrar que, por meio dos modalizadores um mesmo conteúdo proposicional pode ser exposto sob modalidades diferentes (Ele *certamente* será eleito ou Ele *possivelmente* será eleito), uma mesma modalidade pode ser

representada por modalizadores diferentes (*Pode ser* que ele seja eleito ou *Possivelmente* ele seja eleito) e um mesmo indicador modal pode exprimir modalidades diferentes (Ele *deve* cumprir suas obrigações ou Ele *deve* chegar amanhã).

Assim, observa-se que através dos modalizadores, o argumentador acaba por revelar sua tomada de posição frente a um determinado conteúdo, auxiliando-o a conduzir a leitura do interlocutor à conclusão por ele desejada.

Tendo sido caracterizadas cada uma das estratégias argumentativas, serão introduzidas, a seguir, as análises que este estudo se propôs a fazer.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO

Neste capítulo, serão analisados os textos que compõem o *corpora* desta pesquisa, os editoriais do jornal *O Globo*. Para tanto, foram coletados quatro textos por mês, correspondentes a um editorial por semana, restritos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do primeiro semestre de 2008.

Foram analisados os vinte e quatro editoriais, propondo-se uma interpretação do propósito comunicativo do argumentador de cada um deles. Observou-se a reincidência, nos vinte e quatro textos, no uso das estratégias argumentativas, a saber: a seleção lexical, a citação, o recurso de autoridade, a exemplificação, as aspas, a porcentagem, a estatística e os dados numéricos, a concessão e os modalizadores. Tal reincidência atende à expectativa inicial, (cf. p.7). Este fato motivou a considerar as estratégias acima mencionadas como as categorias de análise deste trabalho.

Na análise, verificaram-se, também, características de semelhança na representação de tais estratégias nos textos estudados. Tendo sido observado tal fato, optou-se por apresentar no corpo do trabalho, apenas, doze editoriais, sendo dois específicos de cada mês. Os outros doze editoriais foram colocados em anexo, com os respectivos quadros que apresentam as estratégias utilizadas nos textos.

No que diz respeito à fonte em que foi coletado o *corpus*, é válido mostrar um pouco da trajetória do jornal, uma vez que a representatividade de suas idéias tem grande influência na formação de opinião do leitor brasileiro.

A história do jornal *O Globo*, líder absoluto no mercado carioca nas classes A e B (renda domiciliar superior a R\$ 4.591), começou em 1925. Seu nome foi escolhido por meio de uma eleição e o primeiro exemplar foi rodado em uma impressora Rotativa Marinoni, que foi usada na guerra. A primeira telefoto da imprensa brasileira foi publicada pelo *O Globo* em 1936. Durante a Segunda

Guerra, o jornal lançou *O Globo Expedicionário*, que circulava entre os pracinhas e levava informação para os soldados brasileiros. Foi o primeiro jornal brasileiro a circular aos domingos, em 1972. Como se pode perceber, o jornal *O Globo*, que é hoje um dos três jornais de maior circulação do País, coleciona momentos importantes.

No período da ditadura e no da democratização, o jornal *O Globo* atuou no sentido de reproduzir a ideologia dominante. Selecionou e dispôs convenientemente informações, em níveis de realidade e de ficção, nos mais diferentes momentos. Serviu de escora a quem não tinha votos, ajudando a conquistá-los e manejou com forças políticas, criando realidades. E mesmo nos dias atuais, este papel se mantém. O caso ocorrido com o presidente Collor teve grande repercussão no que diz respeito ao papel desempenhado por este jornal, já que com a mesma intensidade com que houve, segundo especulações, todo o empenho pela mídia do referido jornal para eleger tal Presidente, também, houve um trabalho divulgado em favor de seu *impeachment*.

Enfim, cumpre dizer que este é um jornal de grande influência no Brasil. Mas vale ressaltar que este trabalho não tem por objetivo analisar o perfil argumentativo dos editoriais desta instituição. Ratifica-se, então, que o jornal *O Globo* constitui-se de fonte de coleta dos editoriais sob análise, tão somente.

Para melhor visualização e entendimento do *corpus* analisado, propõe-se abaixo um quadro descritivo do mesmo:

NÚMERO	DATA	TÍTULO	Página
01	03/01/08	SHOW DE CHÁVEZ	56
02	25/01/08	PODERIA SER MELHOR	63
03	06/02/08	TIRO NO PÉ	70
04	22/02/08	SALTO AO PASSADO	77
05	09/03/08	PRENDER MAIS	84
06	26/03/08	MAL INCURÁVEL	90
07	01/04/08	ABRIR A CAIXA-PRETA	96
08	26/04/08	FÓRUM MUNDIAL	102
09	02/05/08	FALSAS DIVISÕES	108
10	17/05/08	APOIO CRUCIAL	113
11	11/06/08	LIMITE DA LEI	120
12	22/06/08	SERVIÇO COMPLETO	125

Em relação à estrutura textual dos editoriais analisados, geralmente há uma exposição sucinta de uma questão, seu desenvolvimento e discussão, por meio de argumentos e contra-argumentos e a apresentação breve e condensada da conclusão e do ponto de vista adotado pelo jornal. Não se caracterizam como textos longos, apresentando, em média, seis parágrafos. Há predomínio de um vocabulário simples e de fácil apreensão, incluindo até mesmo metáforas, que, à primeira vista, não oferecem dificuldade na compreensão. Mas, vale ressaltar que, para a leitura destes editoriais e a boa apreensão de sentido, pressupõe-se que o público-alvo seja um leitor familiarizado com acontecimentos políticos, econômicos e culturais da atualidade, bem como com outros anteriores e que apresente certa competência lingüístico-discursiva.

No que diz respeito aos temas dos editoriais selecionados, não se procurou, neste trabalho, direcionar a análise para um tema específico, já que este estudo se propõe a verificar se tais estratégias promovem o propósito argumentativo do autor, independente do tema ao qual estariam vinculadas. Mas, em geral, os editoriais lidos e selecionados tendem à abordagem de um cenário voltado para questões políticas, administrativas e econômicas do país.

Em cada um dos textos se observará a presença de muitas das estratégias que foram apresentadas no capítulo anterior. Todas aquelas encontradas serão destacadas, porém, para efeito de análise, só serão examinadas aquelas que se mostraram mais ativas na defesa de tese do argumentador.

Para facilitar o estudo aqui proposto, optou-se por apresentar os dados na seguinte seqüência:

- a) o editorial selecionado;
- b) o levantamento das estratégias encontradas neste texto;
- c) a análise das estratégias argumentativas.

No item b, serão expostas em um quadro resumitivo-explicativo, as estratégias encontradas no texto de editorial sob análise. Cada uma delas

apresentará uma numeração e virá antecedida pelo parágrafo em que se encontram localizadas.

Para fins da análise ora proposta, será apresentada uma análise qualitativa dos textos, considerando as seguintes estratégias:

1- **A seleção lexical** que diz respeito aos termos escolhidos pelo autor na composição do seu texto e que poderão indicar:

a) **os índices de avaliação**, que são termos que representam a avaliação do editorialista sobre aquilo que ele vem a comentar;

b) **os indicadores atitudinais**, que caracterizam o estado psicológico do argumentador frente a uma discussão;

c) **as recategorizações**, em que o autor, ao citar novamente um termo, acaba renomeando-o, segundo sua avaliação;

d) **os termos semanticamente relacionados** que dizem respeito a termos pertencentes a um mesmo campo semântico;

e) **as metáforas**, emprego de palavras em sentido diferente do próprio por analogia ou semelhança;

f) **as oposições**, espécie de antítese pela qual se reúnem duas idéias ou duas expressões que parecem contraditórias.

Por possuir essa gama de recursos, a estratégia da seleção lexical terá a numeração no quadro resumitivo-explicativo subdividida, conforme a quantidade de recursos que ela apresentar.

2 - **A citação**, entendida, aqui, como a reprodução da fala proferida por alguém. Esse alguém não se atém a somente uma pessoa, pode ser a voz de instituições, países, tribunais, etc. Será observado o porquê da introdução desta estratégia, se para o argumentador mostrar sua adesão, se para criticá-la, ou se esta serviu para estabelecer, simplesmente, uma polêmica. A forma como a citação foi representada também será levada em consideração, se em discurso direto ou indireto, se ela apareceu em sua forma íntegra ou se foram retirados trechos da citação, ou se, ainda, foi apenas comentada e não exposta pelo argumentador.

3 – **O recurso de autoridade**, que é a apresentação de relatos ou dados extraídos de uma fonte confiável, que oferecem credibilidade. Nesta estratégia procurará se avaliar se a autoridade evocada possui competência ou prestígio para dar maior sustentação à tese do autor.

4 – **A exemplificação**, que representa todo e qualquer exemplo, implícita ou explicitamente, introduzidos pelo autor. Observar-se-á se os exemplos trazidos pelo autor são para efeito de comparação ou para comprovação de sua tese.

5 – **As aspas**, em que serão destacadas expressões que significam, em geral, marcas de ironia ou termos deslocados de uma citação.

6 – **As porcentagens/estatísticas e dados numéricos** que dizem respeito a dados apresentados pelo autor, em geral fornecidos por instituições que oferecem credibilidade.

7 – **A concessão**, representada pelas orações concessivas e pelas adversativas e através das quais o argumentador mostra-se “compreensivo” aceitando, inicialmente, um outro ponto de vista, diferente do seu, para em seguida refutá-lo com um argumento favorável a sua tese.

8 – **Os modalizadores**, termos os quais obedecerão às classificações propostas no capítulo anterior, a saber: os deônticos, que se situam no domínio do que se deve ou do que se é permitido fazer e o epistêmicos, os quais se subdividem em:

- epistêmicos asseverativos – quando o argumentador considera o conteúdo exposto como algo certo, que não oferece dúvidas;
- quase-asseverativos - quando o argumentador expõe seu conteúdo pautado em possibilidades;
- delimitadores – em que se estabelecem os limites dentro dos quais deve se encarar o conteúdo.

Por meio desta estratégia, procurar-se-á observar a forma em que se realizou o texto, se com autoridade, se mais brando, se pautado em possibilidades, entre outros.

Na análise textual proposta, far-se-á um resumo sobre a proposta de discussão do editorial. Logo após, observar-se-á qual é a posição adotada pelo argumentador ou qual é a tese que pretende defender. Em seguida, serão analisadas as estratégias argumentativas empregas pelo editorialista.

A seguir, será introduzida, a análise do primeiro editorial.

Texto 01

Quinta-feira, 3 de Janeiro de 2008.

Show de Chávez

Ninguém torce contra a libertação de reféns em poder da narcoguerrilha colombiana Farc. Mas é lamentável que essa questão humanitária sirva de estratégia marqueteira para Hugo Chávez recuperar prestígio e protagonismo muito abalados no final de 2007 e neste início de 2008. Afinal, ele levou um “pito público” do rei da Espanha e perdeu o referendo popular que lhe daria poderes absolutos na Venezuela.

Quem pode ser contra a libertação de reféns, alguns há anos em duro cativeiro, para servir como moeda de troca das Farc? Mas não se deve esquecer que a operação anunciada por Chávez, e que agora parece fazer água, foi concebida como show de propaganda e autopromoção. Teve também um caráter de desagravo ao caudilho venezuelano, desautorizado pelo presidente Uribe, da Colômbia, ao quebrar as regras acertadas para atuar como mediador.

Os objetivos chavistas se mantêm – assumir um papel de liderança continental, exportando o modelo populista-bolivariano para o maior número possível de países da região. Mesmo que enfrente graves problemas econômicos na Venezuela, como o desabastecimento, resultado do controle de preços, e a inflação – ontem o governo chavista cortou três zeros para criar uma nova moeda, o Bolívar forte. O Brasil tem triste memória dessas operações para escamotear o desajuste das contas nacionais.

O governo brasileiro precisaria tomar cuidado com as cartadas de marketing político de Hugo Chávez. É melhor que sejam de cunho pessoal as declarações do assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, enviado por Brasília como um dos observadores do resgate – afinal, não realizado. Garcia apoiou uma eventual operação clandestina para viabilizar a libertação. E mesmo que seja uma opinião pessoal, são declarações lamentáveis.

Infelizmente, é muito pouco provável que as Farc soltem reféns em operações estrepitosas como a montada por Chávez. Mas não se deve jogar fora o precedente de um caminho negociado, com a participação de outros países interessados, como o Brasil, Argentina e França. Sem perder de vista que, em relação às Farc, a solução é a sua renúncia à violência e sua transformação num partido político legal. Ou a capitulação.

Brasília deveria ser cautelosa com o marketing de Chávez.

03/01/08

Show de Chávez

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - É lamentável/ estratégia marqueteira / muito abalados
b) 2§ - duro cativo / caráter de desagravo
c) 3§ - triste memória / escamotear
d) 4§ - declarações lamentáveis
e) 5§ - operações estrepitosas
f) 6§ - cautelosa
1.2. Indicadores atitudinais:
a) 5§ - Infelizmente
2. Aspas:
a) 1§ - “pito público”
3 – Citação:
a) 4§ - “Garcia apoiou uma eventual operação clandestina para viabilizar a libertação”
4 – Exemplificação:
a) 3§ - “(...) como o desabastecimento, (...) e a inflação”.
b) 3§ - “O Brasil tem triste memória dessas operações para escamotear o desajuste das contas nacionais”.
c) 5§ - “(...) países como Brasil, Argentina e França”.
5 - Concessão:
a) 1§ - “Ninguém torce contra a libertação de reféns em poder da narcoguerrilha colombiana Farc. Mas é lamentável que essa questão humanitária sirva de

estratégia marqueteira para Hugo Chávez recuperar prestígio e protagonismo muito abalados no final de 2007 e neste início de 2008.”
b) 2§ - “Quem pode ser contra a libertação de reféns, alguns há anos em duro cativeiro, para servir como moeda de troca das Farc? Mas não se deve esquecer que a operação anunciada por Chavez, (...), foi concebida como show de propaganda e autopromoção”.
c) 3§ - “Mesmo que enfrente graves problemas econômicos na Venezuela, (...) ontem o governo chavista cortou três zeros para criar uma nova moeda, o Bolívar forte”.
d) 4§ - “É melhor que sejam de cunho pessoal as declarações do assessor especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, enviado por Brasília como um dos observadores do resgate – afinal, não realizado. (...) E mesmo que seja uma opinião pessoal, são declarações lamentáveis”.
e) 5§ - “Infelizmente, é muito pouco provável que as Farc soltem reféns em operações estrepitosas como a montada por Chávez. Mas não se deve jogar fora o precedente de um caminho negociado, com a participação de outros países interessados, como Brasil, Argentina e França”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - (...) lhe daria poderes absolutos (...) – no campo da possibilidade – epistêmico quase-asseverativo.
b) 4§ - O governo brasileiro precisaria tomar cuidado (...) – no campo da obrigação – deontico atenuado pelo futuro do pretérito.
c) 5§ - (...) muito pouco provável (...) – não é certo – epistêmico quase-asseverativo.
d) 5§ - (...) não se deve jogar fora (...) – deontico.
e) 6§ - Brasília deveria ser cautelosa (...) – deontico atenuado pelo fut. do pretérito.

Texto 03/01/08

Show de Chávez

Em princípio, pode-se pensar que o texto tem como foco central as ações do presidente venezuelano e, com certeza, é uma das tônicas, mas a central encontra-se na relação do governo brasileiro com o referido líder.

Essa relação é explicitada em apenas dois parágrafos, o quarto e o sexto. O maior volume de dados refere-se ao presidente Chávez, o que não inviabiliza a orientação que aqui será tomada. É “recheio” exatamente para a tese do editorialista, essa sim muito subjacente: o governo brasileiro não pode se deixar contaminar pela maneira de conduzir a política de Chávez. E o autor finaliza exatamente com a sua tese: “Brasília deveria ser cautelosa com o marketing de Chávez”. Essa tese, juntamente com os outros recursos argumentativos, tem a função de fazer uma crítica à política adotada pelo governo brasileiro. Ela se apresenta com destaque: é a última exposição do argumentador e num único período. Repare que o outro parágrafo, o 4§, inicia-se com uma estrutura sintática semelhante e uma sinonímia do sujeito. Observe-se o quadro abaixo:

4§	6§
O governo brasileiro	Brasília
precisa tomar cuidado	deveria ser cautelosa
com as cartadas de marketing político de Chávez	com o marketing de Chávez

O que está sendo apresentado acima aponta para o que realmente quer explicitar o autor do texto. Outro elemento fundamental para a construção dessa

linha argumentativa é a citação do assessor da presidência da República para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia.

12. Garcia apoiou uma eventual operação clandestina para viabilizar a libertação.

Como já exposto na parte teórica, a categoria de análise *citação* pode ser convocada, a fim de ser alvo de adesão ou crítica e, nesse caso, o argumentador a contempla para o segundo caso. Não se trata de qualquer indivíduo, não se trata de qualquer enunciador. Nessa oportunidade, no texto que ora se analisa, metonimicamente, Marco Aurélio é o “governo brasileiro”, é “Brasília”. E o seu apoio é recuperado com o intuito de criticar a relação entre as nações e, mais especificamente, o projeto político de ambas. A referida categoria é de suma importância no projeto de argumentar do autor do editorial.

Inicialmente, o texto aborda as ações do presidente venezuelano Hugo Chávez em prol da libertação de reféns sob o poder das Farc. O redator indica que isso, na verdade, funciona como ferramenta para autopromoção política, objetivando assumir um papel de liderança continental e exportar o modelo populista-bolivariano para o maior número de países da região. O editorialista acredita que, a procura de maior exposição possível na mídia, o presidente também tenta dissimular os problemas políticos e econômicos do seu país.

O recurso para a exposição dessa idéia é a utilização da estratégia argumentativa da concessão. No primeiro parágrafo, o editorialista inicia dando razão ao motivo para haver a libertação dos reféns:

13. Ninguém torce contra a libertação de reféns em poder da narcoguerrilha colombiana Farc.

para em seguida, apresentar seu argumento. Este, em destaque, porque se inicia com um novo período e, por isso, a presença da maiúscula na conjunção adversativa *mas*.

14. Mas **é lamentável** que essa questão humanitária sirva de estratégia marqueteira para Hugo Chávez recuperar prestígio e protagonismo muito abalados no final de 2007 e neste início de 2008.
(grifo nosso)

Seguindo o quadro das “estratégias argumentativas”, o mesmo ocorre no segundo parágrafo: após uma concessão, na forma interrogativa, ele expõe uma outra argumentação para reforçar seu entendimento.

15. Quem pode ser contra a libertação de reféns, alguns há anos em duro cativeiro, para servir como moeda de troca das Farc? Mas não se deve esquecer que a operação anunciada por Chavez, [...], foi concebida como show de propaganda e autopromoção”.

Mesma estratégia, com o mesmo desenho, replicando a idéia: utilização do ocorrido como marketing político.

Por meio da estratégia de índices de avaliação, como em “é lamentável”, que aparece em negrito, no exemplo acima (nº 14), procura-se construir uma imagem negativa das ações do presidente, de forma a persuadir o leitor a compartilhar da sua opinião. Como já apresentado no quadro de estratégias argumentativas, há vários outros momentos em que tais índices compõem e são fundamentais na orientação argumentativa do autor, como no exemplo abaixo:

16. **Infelizmente**, é muito pouco provável que as Farc soltem reféns em operações estrepitosas como a montada por Chávez.
(grifo nosso)

A palavra *estrepitosa* demonstra a crítica do autor às ações do presidente, bem como indicador atitudinal “infelizmente”, situado no início do período, indica a insatisfação do autor para com as mesmas.

A expressão “pito público”, que aparece no primeiro parágrafo, funciona como uma ridicularização do presidente diante da advertência dada pelo rei da

Espanha, é como se reduzisse o presidente a um “garoto irresponsável”, que leva broncas por fazer uma coisa errada.

Quanto à estratégia de exemplificação, pode-se afirmar que ela reforça a argumentação e passa uma veracidade do que se diz para o leitor. No primeiro exemplo levantado pelo autor, o redator destaca alguns dos problemas econômicos da Venezuela, e assim configura uma idéia da situação pela qual o país está passando.

17. Mesmo que enfrente graves problemas econômicos na Venezuela, como o desabastecimento, resultado do controle de preços, e a inflação [...]

A função deste exemplo é apresentar um presidente que tenta dissimular os problemas políticos e econômicos do seu país. No segundo, ele usa o Brasil como modelo no exemplo para ir contra outra ação do presidente venezuelano (criar uma nova moeda), indicando que já no Brasil esta medida não deu certo.

18. O Brasil tem triste memória dessas operações para escamotear o desajuste das contas nacionais.

Enfim, há uma intenção de se criar uma imagem negativa das atitudes do presidente Hugo Chávez, porque, ao fazê-lo, ele justifica sua tese de que o Brasil não se deve deixar influenciar pela forma de agir de Chávez.

Texto 02

Sexta-feira 25 Janeiro 2008

Poderia ser melhor

Não há como negar avanços do país na área social, com destaque para o período que se inicia em 1994, com o êxito do Plano Real no controle da inflação. O fim do longo ciclo de alta constante dos preços produziu um substancial aumento do poder aquisitivo da população, principalmente nas faixas de renda mais baixa, cuja qualidade de vida começou a melhorar.

A estabilidade econômica e programas oficiais específicos, ajudados por organizações não-governamentais como a Pastoral da Criança, geraram um desses avanços na redução substancial da mortalidade infantil, problema que até há pouco tempo envergonhava o país.

Um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgado na terça-feira reflete o acerto das políticas aplicadas. De 2005 a 2006, com 75 mil crianças mortas antes de completar cinco anos, um índice de 20 por cada mil nascidas vivas, o Brasil ultrapassou 27 países, saindo da 86ª para a 113ª posição, num ranking de 194 nações, em que as mais bem situadas – Suécia, Cingapura, San Marino, Liechtenstein, Islândia e Andorra – estão nas últimas colocações. Ainda assim, o país se encontra atrás dos vizinhos Argentina, Uruguai e Chile.

Continuam boas as perspectivas. Mas poderiam ser melhores, caso houvesse uma política pública eficiente de planejamento familiar, compartilhada por todas as instâncias administrativas.

Difícil estimar quanto da mortalidade infantil se deve à inexistência desse programa. O exemplo, porém, da pernambucana Nancy Farias Pessoa, de 61 anos, relatado pelo GLOBO, é revelador. Nancy teve 21 filhos, dos quais apenas seis sobreviveram. Hoje, tem 47 netos, todos vivos, felizmente. Se o Estado fosse eficiente no atendimento pré-natal logo na primeira gravidez de Nancy, 15 mortes teriam sido evitadas.

Outra falha é a falta de foco do Bolsa Família, onde já se abrigam 45 milhões de beneficiados, quando o número de pessoas de fato necessitadas da assistência social é muito inferior a este. Como existe uma relação estreita entre mortalidade infantil e nível de renda familiar, os índices brasileiros já poderiam ser melhores se o Bolsa Família não houvesse se transformado numa poderosa arma eleitoral para o governo Lula.

Falta de planejamento familiar retarda avanços.

Texto 25/01/2008

Poderia ser melhor

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 2§ - redução substancial / envergonhava o país
b) 3§ - reflete o acerto das políticas aplicadas
c) 4§ - Continuam boas as perspectivas / ser melhores / política pública eficiente
d) 5§ - Difícil estimar / é revelador / fosse eficiente
e) 6§ - Outra falha / poderiam ser melhores / poderosa arma eleitoral
1.2. Indicador atitudinal:
a) 5§ - (...) felizmente.
2 – Recurso de autoridade:
a) 3§ - “Um estudo do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) divulgado na terça-feira (...)”
3 – Porcentagem/ estatística/ dados numéricos:
a) 3§ - “Se 2005 a 2006, com 75 mil crianças mortas antes de completar cinco anos, um índice de 20 por cada mil nascidas viças, o Brasil ultrapassou 27 países, saindo da 86ª para 113ª posição, num ranking de 194 nações (...)”
b) 6§ - (...) 45 milhões de beneficiados (...)

4 – Exemplificação:
a) 2§ “(...) como a Pastoral da Criança (...)”
b) 5§ - “O exemplo, porém, da pernambucana Nancy Farias Pessoa (...)”
5 - Concessão:
a) 4§ - “Continuam boas as perspectivas. Mas poderiam ser melhores, caso houvesse uma política pública eficiente de planejamento familiar, compartilhada por todas as instâncias administrativas”.
b) 5§ - “Difícil estimar quanto da mortalidade infantil se deve à inexistência desse programa. O exemplo, porém, da pernambucana Nancy Farias Pessoa, de 61 anos, relatado pelo Globo, é revelador”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - Não há como negar – epistêmica asseverativa
b) 4§ - poderiam ser melhores – epistêmica quase-asseverativa
c) 5§ - teriam sido evitadas – epistêmica quase-asseverativa
d) 6§ - de fato – epistêmica asseverativa
e) 6§ - já poderiam ser melhores – epistêmica quase-asseverativa

Texto 25/01/2008

Poderia ser melhor

O texto tem como proposta os avanços do país na área social proporcionados pela estabilização econômica a partir de 1994 com o êxito do plano real, tendo como foco a redução do número de mortalidade infantil. O autor defende que ainda que esta estabilidade proporcione avanços na redução da mortalidade infantil, as perspectivas poderiam ser melhores se houvesse uma política pública de planejamento familiar e o governo não se voltasse para projetos que visam à promoção eleitoral, como o Bolsa Família.

Há dois grandes blocos no texto: o primeiro que trata dos avanços do país, apresentado nos três parágrafos iniciais, e o segundo, nos quatro últimos parágrafos, espaço de crítica do redator. Na verdade, o primeiro bloco funciona como uma concessão, ele concorda com a idéia de que houve um avanço no país na área social. Isso é fundamental na proposta argumentativa desenvolvida neste texto: o editorialista optou por construir sua argumentação de uma forma, aparentemente, mais moderada e já pode se perceber isto logo a partir do título do texto, que não expressa uma imposição, mas, antes, uma possibilidade, assim como os modalizadores que, ao longo do texto, trabalham no campo da possibilidade (epistêmicos quase-asseverativos). Assim, a concessão, juntamente com tais modalizadores faz com que o autor não se revele, em seu texto, autoritário.

Ainda para ratificar a estratégia da concessão, no terceiro parágrafo, há a presença de um recurso de autoridade¹², quando é citado o estudo de uma instituição considerada de confiança, a Unicef. A estatística levantada por esta instituição é outra estratégia para mostrar que ele dá legitimidade a uma tese que não é a sua.

¹² Como já informado neste trabalho, o recurso de autoridade não se atém somente a citações de uma pessoa, podem se referir a instituições, ditos populares, provérbios, etc.

19. Um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgado na terça-feira reflete o acerto das políticas aplicadas. De 2005 a 2006, com 75 mil crianças mortas antes de completar cinco anos, um índice de 20 por cada mil nascidas vivas, o Brasil ultrapassou 27 países, saindo da 86ª para a 113ª posição, num ranking de 194 nações, em que as mais bem situadas – Suécia, Cingapura, San Marino, Liechtenstein, Islândia e Andorra – estão nas últimas colocações.

Ele admite, concorda com o argumento possível para uma determinada conclusão, para em seguida, no quarto parágrafo, apresentar, argumentos decisivos que revelarão o que realmente ele pensa e que orientarão o leitor a seguir em direção a um outro caminho, o pretendido pelo autor, conforme se percebe no trecho abaixo.

20. Continuam boas as perspectivas. Mas poderiam ser melhores, caso houvesse uma política pública eficiente de planejamento familiar, compartilhada por todas as instâncias administrativas.

Há, nessa oportunidade, uma mudança de direção. É importante destacar que nesse primeiro bloco, foi apresentado um conjunto de palavras e expressões que foram fundamentais para a contraposição com o segundo bloco: “o êxito”, “o controle na inflação”, “substancial aumento do poder aquisitivo”, “qualidade de vida”, “começou a melhorar”, “geraram um desses avanços”, “reflete o acerto”, termos que passam idéias positivas.

Após essa aparente concordância do autor, ele começa a trabalhar para confirmar sua tese, iniciando o segundo bloco. Para isso, ele, através da estratégia da exemplificação, apresenta o caso da pernambucana Nancy que vem a confirmar o que ele afirma sobre o governo: há a falta de uma política pública eficiente de planejamento familiar.

21. O exemplo, porém, da pernambucana Nancy Farias Pessoa, de 61 anos, relatado pelo GLOBO, é revelador. Nancy teve 21 filhos, dos quais apenas seis sobreviveram. Hoje, tem 47 netos, todos vivos, felizmente. Se o Estado fosse eficiente no atendimento pré-natal logo na primeira gravidez de Nancy, 15 mortes teriam sido evitadas.

Em seguida, o editorialista apresenta o programa Bolsa Família como um dos culpados do índice de mortalidade infantil não ser ainda menor, pois segundo o autor, o projeto virou arma eleitoral do governo. Ele o faz alicerçado em dados numéricos (45 milhões de pessoas), no caso a quantidade de pessoas contempladas no referido programa que, segundo o autor, é muito superior ao número de pessoas de fato necessitadas da assistência social.

Na verdade, parece que toda a apresentação inicial ganha sentido ao se fazer a ligação com o que realmente se quer tratar: houve avanço, mas que poderia ser muito melhor, inclusive, superior a países da América do Sul, caso o dito programa não fosse “poderosa arma eleitoral” (observe o índice avaliativo presente na expressão).

Assim, embora o editorial elogie a redução da mortalidade infantil no Brasil, ele acaba por denunciar falhas do governo, como a falta de uma política pública eficiente de planejamento familiar e a falta de foco no investimento do dinheiro público. No entanto, não há como se provar, por exemplo, que a estatística levantada pelo argumentador do texto em relação ao Bolsa Família seja verdadeira. O que se sabe é que tal programa tem ajudado a sustentar muitas famílias, algumas que se encontravam em verdadeiro estado de miséria. Então, para um jornal que expõe seu pensamento para um público que se encontra, em geral, nas classes A e B econômica, a afirmação de que o Bolsa Família é uma “poderosa arma eleitoral” do governo pode ser pertinente. Mas, se for solicitada a opinião de um cidadão com renda incompatível com as necessidades da sua família, ou que nem mesmo possui qualquer renda, provavelmente, este não terá a visão de que o programa em questão não passa de uma propaganda de cunho eleitoral. Mais uma vez percebe-se o quanto é impossível a neutralidade em questões tão fortes como estas.

Então, todo o primeiro bloco funciona como estratégia argumentativa, ou seja, aquilo que deveria ser alvo de parabenização aparece, pois, para mostrar o fracasso. Isso é denunciado por todas as expressões que se encontram neste bloco: “difícil estimar quanto”, “inexistência desse programa”, “se o estado fosse

eficiente”, “outra falha”, “falta de foco”, “pessoas de fato necessitadas”, “muito inferior”, “poderiam ser melhores”. E o último parágrafo, o fecho de ouro que junta o bloco 1 com o bloco 2: “Falta de planejamento familiar retarda (bloco 2) avanços (bloco1)”.

Texto 03

Quarta-feira, 6 de fevereiro de 2008.

Tiro no pé

Depois de vários anos com baixo crescimento e insuficiente geração de empregos, a economia brasileira conseguiu em 2007 se expandir em ritmo próximo à média mundial. E o resultado foi ainda mais animador porque a criação de empregos bateu recorde, com mais de 1,6 milhão de contratações com carteira assinada. Mesmo com um aumento significativo da população economicamente ativa – ou seja, pessoas que haviam desistido de procurar emprego e voltaram ao mercado de trabalho – da ordem de 2%, houve redução dos índices de desemprego.

Nas seis maiores regiões metropolitanas, o índice apurado pelo IBGE caiu para a faixa de 7% em dezembro, o mais baixo da série estatística iniciada em 2002, com a adoção de uma nova metodologia. Na grande São Paulo, segundo a Fundação Seade, a parcela de trabalhadores sem emprego formal caiu para 14% (índice que chegou a ultrapassar 19% há poucos anos).

Essa melhora nos níveis de emprego ocorreu em todos os segmentos da economia, inclusive na indústria de transformação e na construção civil, que vinham apresentando números negativos.

Os salários não aumentaram em igual proporção, pois o mercado ainda estava na fase de mão-de-obra. Ainda assim, os rendimentos dos trabalhadores praticamente encostaram nos valores de 1995, período áureo do Plano Real.

Tudo indica que esse processo de recuperação continuará se a economia brasileira conseguir sustentar taxas anuais de crescimento acima de 4%, e isso dependerá de ajustes macro e microeconômicos. E deixar o mercado funcionar é o melhor caminho para que esses ajustes se concretizem.

Nesse sentido, é inoportuno que as centrais sindicais tenham decidido lançar agora uma campanha para redução da jornada de trabalho semanal, prevista na Constituição, de 44 para 40 horas. Será um tiro no pé. O exemplo a ser examinado é o da França, que, por pressão dos sindicatos, adotou a medida, e há tempos tenta voltar atrás, por ter perdido competitividade na Europa e no mundo.

É o que acontecerá com o Brasil, caso a proposta venha a ser aprovada no Congresso. Além disso, como há uma legislação trabalhista arcaica – um fato pesado para o empregador -, reduzir a jornada mantendo-se os salários aumentará ainda mais os custos empresariais, fator de desestímulo à abertura de novos postos de trabalho. Ou seja, menos emprego.

06/02/08

Tiro no pé

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - baixo crescimento / insuficiente geração de emprego / mais animador
b) 4§ - período áureo do Plano Real
c) 5§ - melhor caminho
d) 6§ - é inoportuno / será um tiro no pé
e) 7§ - legislação trabalhista arcaica / fardo pesado
1.2. Metáfora:
a) 6§ - um tiro no pé
2 – Argumento de autoridade
a) 2§ - “(...) o índice apurado pelo IBGE caiu para (...)”
b) 2§ - “(...) segundo a Fundação Seade (...)”
3 – Porcentagem/ estatística/ dados numéricos:
a) 1§ - mais de 1,6 milhão de contratações / da ordem de 2%
b) 2§ - faixa de 7% em dezembro / caiu para 14% / 19% há poucos anos.
c) 5§ - acima de 4%

4 – Exemplificação:
a) 6§ - “O exemplo a ser examinado é o da França, que, por pressão dos sindicatos, adotou a medida, e há tempos tenta voltar atrás, por ter perdido competitividade na Europa e no mundo”.
5 - Concessão:
a) 1§ - “Mesmo com um aumento significativo da população economicamente ativa (...) houve redução dos índices de desemprego”.
6 – Modalizadores:
a) 4§ - praticamente – epistêmico delimitador
b) 5§ - Tudo indica (...) continuará / dependerá – epistêmico quase-asseverativo (não é certo)
c) 6§ - Será um tiro no pé – epistêmico asseverativo (no campo da certeza)
d) 7§ - é o que acontecerá com o Brasil – epistêmico asseverativo
e) 7§ - aumentará – epistêmico asseverativo

Texto 06/02/2008

Tiro no pé

O tema em discussão tratado pelo texto é sobre a redução da jornada de trabalho desejada pelas centrais sindicais. O autor se posiciona contra essa proposta, considerando-a inoportuna, já que a economia brasileira se expandiu, em relação à geração de empregos, em ritmo próximo à média mundial e uma medida dessas, segundo o autor, resultará na perda de competitividade mundial e no aumento de custos empresariais, fator de desestímulo à abertura de novos postos de trabalho.

Para comprovar sua opinião, no início, o editorialista faz um panorama da situação do país em relação à geração de empregos. Ele tenta mostrar que o quadro é “animador” (termo utilizado por ele como índice avaliativo). Para tanto, utiliza-se, logo no primeiro parágrafo, de um dado numérico considerável que impressiona aquele que lê.

22. E o resultado foi ainda mais animador porque a criação de empregos bateu recorde, com mais de **1,6 milhão** de contratações com carteira assinada. (Grifo nosso)

Na verdade, há toda uma seleção lexical que aponta para isso e participa da montagem argumentativa: “Depois de vários anos”, “baixo crescimento”, “insuficiente” – estes dizem respeito ao momento de dificuldades em relação ao emprego, já em relação ao avanço, a mudança de paradigma é demonstrada com as expressões “mais animador” (índice de avaliação), “com mais de 1,6 milhão de contratações”, “aumento significativo” (índice de avaliação) e “redução dos índices de desemprego”.

No segundo parágrafo, o redator utiliza a estratégia de apresentação de dados estatísticos, indicando as fontes (IBGE e Fundação Seade), que atuam

como um recurso de autoridade, já que são instituições de prestígio e que oferecem confiabilidade.

23. Nas seis maiores regiões metropolitanas, o índice apurado pelo IBGE caiu para a faixa de 7% em dezembro, o mais baixo da série estatística iniciada em 2002, com a adoção de uma nova metodologia. Na grande São Paulo, segundo a Fundação Seade, a parcela de trabalhadores sem emprego formal caiu para 14% (índice que chegou a ultrapassar 19% há poucos anos).

Estas estratégias são, ainda, para ratificar que a situação do país no que diz respeito a geração de empregos é boa.

Nos três parágrafos que se seguem, o autor continua a traçar esse panorama positivo anteriormente citado, inclusive lançando previsões de continuidade da situação do país por ele defendida.

No sexto parágrafo, passa-se para a questão do debate propriamente dito: a redução de carga horária semanal requisitada pelos sindicatos. E tudo que foi dito até então, que se manifesta em “Nesse sentido”, é base para sua argumentação, ou seja, todos os elementos apresentados nos cinco parágrafos anteriores indicam que a proposta de mudança vai ser “um tiro no pé”. Por meio dessa metáfora, explicita-se que os sindicatos representantes da classe de trabalhadores estão desencadeando uma ação que trará malefícios para o próprio grupo que representam.

24. Nesse sentido, é inoportuno que as centrais sindicais tenham decidido lançar agora uma campanha para redução da jornada de trabalho semanal, prevista na Constituição, de 44 para 40 horas. Será um tiro no pé.

Houve um avanço no país, apresentado nos cinco parágrafos iniciais, e a proposta da redução da jornada de trabalho, a ser criticada, é, portanto, um retrocesso.

Para reforçar sua tese contra tal redução, o editorialista faz uso da estratégia de exemplificação, tomando como modelo o caso da França, arrependida por ter adotado tal medida.

25. O exemplo a ser examinado é o da França, que, por pressão dos sindicatos, adotou a medida, e há tempos tenta voltar atrás, por ter perdido competitividade na Europa e no mundo.

Vale ressaltar que usar a França no exemplo dado é de grande peso, pois trata-se de um *modelo* reconhecido e de grande prestígio, e, portanto, incentiva a imitação, conforme postula Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Dessa forma, o leitor será levado a concluir que se em um país como a França, bem desenvolvido, não deu certo, é bem provável que no Brasil também não dê.

Em relação ao uso dessa estratégia, de fato é importante que o governo observe em muitas das suas decisões, ocorridos anteriores no seu próprio país, bem como em outros países. Contudo, há de se levar em conta a contextualização e a necessidade de cada país. Colocar França e Brasil em um mesmo nível sócio-econômico e descartar a história que é vivida por cada um desses países é um erro. Trabalhadores brasileiros, em sua maioria, que almejam uma melhor condição, ou, na verdade, uma condição, minimamente, suficiente de sustento para sua família, acabam tendo que trabalhar em dois empregos, o chamado “bico”. Ou tentam investir em si mesmos, procurando cursos para que possam ter mais chance no mercado de trabalho. E aí, dezesseis horas mensais podem fazer uma grande diferença.

Dando continuidade a análise, o editorialista começa a introduzir, no sexto e no sétimo parágrafo, verbos no futuro do presente _ será , é o que acontecerá, aumentará _ que atuam como modalizadores epistêmicos asseverativos, para dar convicção às previsões negativas que ele faz a respeito do que acontecerá caso se atenda o pedido dos sindicatos. É como um “mago” que prevê para o Brasil a mesma situação da França: “É o que acontecerá com o Brasil”. Tal assertiva inicia exatamente o último parágrafo, o que geralmente é usado na

conclusão. Ele acrescenta ainda mais um dado, diz ser a “legislação trabalhista arcaica” (índice de avaliação), compondo de maneira final sua posição diante do fato para, assim, subsidiar sua argumentação.

Texto 04

Sexta-feira, 22 de fevereiro de 2008.

Salto ao passado

O mercado de trabalho tem gerado alguns dos fatos positivos acompanhados pelo noticiário econômico nos últimos meses. No ano passado, segundo o IBGE, a taxa de desemprego caiu para abaixo dos 10%, fechando o período em 9,3%, o menor índice desde 2002.

Tão importante quanto isso tem sido a geração de empregos formais, uma das fragilidades do mercado de trabalho brasileiro, e cuja causa é a cara e excessiva regulação. Mesmo assim, a expansão da economia tem levado a uma formalização maior da relação empregatícia, embora a proporção de empregados informais continue muito elevada, cerca da metade do total.

O governo, com razão, trombeteia os resultados, mas, paradoxalmente, é nele que reside hoje uma grave ameaça que o emprego formal no país sofra forte desincentivo, talvez só comparável ao de uma profunda recessão. A razão do paradoxo é de fundo político-ideológico: o compromisso do presidente Lula com sindicatos de fazer o Congresso ratificar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dificulta a demissão sem justa causa. À primeira vista, muito justo. Na realidade, um retrocesso que torna a arcaica CLT, de Getúlio e ainda em vigor, uma legislação pós-moderna.

Demitir alguém por baixo rendimento ou por dificuldades da própria empresa poderá demorar até um ano. Será tão difícil e custosa – mais do que é – a demissão que o empresário optará por não contratar. Professor de relações do trabalho da USP, José Pastore alerta: “As restrições poderão ser um entrave ao desenvolvimento e desestimular empreendedores a criar empregos no país.” Em artigo publicado em “O Estado de S. Paulo”, Pastore listou alguns dos 34 países – dos 180 que participam da OIT – que adotam a convenção: Lesoto, Congo, Zâmbia, Maluí, Gabão, e assim por diante. Entre os desenvolvidos, apenas Espanha, Finlândia, França, Portugal e Suécia. Mas estes, como registra José Pastore, precisam criar novas formas e contrato de trabalho para contornar o anacronismo da Convenção 158.

A iniciativa de Lula será um tiro de grosso calibre no pé do governo e do país. Pois o necessário é percorrer o caminho inverso, dar flexibilidade à legislação e, com isso, formalizar a maior parte do mercado de trabalho, reduzindo as taxas de desemprego para níveis ainda mais baixos.

A convenção vai contra até mesmo a intenção da proposta de reforma tributária do Planalto de aumentar a formalização do emprego pela redução do custo tributário da folha de salários. A reivindicação sindical acolhida por Lula é mais fogo amigo deste governo.

22/02/08

Salto ao passado

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - fatos positivos
b) 2§ - Tão importante quanto isso / uma das fragilidades do mercado / cara e excessiva regulação / muito elevada
c) 3§ - com razão / paradoxalmente / grave ameaça / forte desincentivo / só comparável ao de uma profunda recessão / muito justo / um retrocesso / arcaica a CLT
d) 4§ - tão difícil e custosa
e) 5§ - um tiro no pé de grosso calibre
f) 6§ - fogo amigo
1.2. Metáfora:
a) 5§ - um tiro no pé de grosso calibre no pé do governo e do país
b) 6§ - fogo amigo
2 – Argumento de autoridade
a) 1§ - “(...) segundo o IBGE, a taxa de desemprego caiu para baixo dos 10%, fechando o período em 9,3%, o menor índice desde 2002”.
b) 4§ - “Professor de relações do trabalho da USP, José Pastore alerta: “As restrições poderão ser um entrave ao desenvolvimento e desestimular empreendedores a criar empregos no país”.
c) 4§ - “(...) como registra José Pastore, precisam criar novas formas de contrato de trabalho para contornar o anacronismo da Convenção 158”.

3 – Porcentagem/estatística/dados numéricos:
a) 1§ - abaixo de 10% / em 9,3%
4 – Exemplificação:
a) 4§ - “(...) dos 180 que participam da OIT – que adotaram a convenção: Lesoto, Congo, Zâmbia, Maluí, Gabão, e assim por diante”.
b) 4§ - “Entre os desenvolvidos, apenas Espanha, Finlândia, França, Portugal e Suécia”.
5 - Concessão:
a) 2§ - “Tão importante quanto isso tem sido a geração de empregos formais, uma das fragilidades do mercado de trabalho brasileiro, e cuja causa é a cara e excessiva regulação. Mesmo assim, a expansão da economia tem levado a uma formalização maior da relação empregatícia, embora a proporção de empregados informais continue muito elevada (...)”.
b) 3§ - “O governo, com razão, trombeteia os resultados, mas, paradoxalmente, é nele que reside hoje uma grave ameaça a que o emprego formal no país sofra forte desincentivo (...)”.
c) 4§ - “Entre os desenvolvidos, apenas Espanha, Finlândia, França, Portugal e Suécia. Mas estes, como registra José Pastore, precisaram criar novas formas de contrato de trabalho para contornar o anacronismo da Convenção 158”.
6 – Modalizadores:
a) 3§ - talvez – epistêmico quase-asseverativo
b) 4§ - poderá demorar - epistêmico quase-asseverativo
c) 4§ - optará - epistêmico asseverativo
d) 5§ - será um tiro - epistêmico asseverativo
e) 5§ - o necessário é – deôntico

Texto 22/02/2008

Salto ao passado

Este editorial traz como proposta de discussão o compromisso firmado pelo presidente Lula, com sindicatos, para a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que dificulta a demissão sem justa causa. A posição do argumentador diante de tal proposta é de rejeição, já que, segundo ele, esta ratificação, se concretizada, poderá incorrer em desestímulo à formalização de empregos.

O título é revelador, obviamente, de como o argumentador explorará seu conteúdo: “salto” entre algumas acepções dicionarizadas está a de “lançar-se” ou mesmo a idéia de “arremesso”, posições que indicam “avanço”, ou, pelo menos, na língua portuguesa esse é um uso mais freqüente. Há a expressão “Salto para o futuro”, que cunha, por exemplo, o nome de um programa educativo voltado para a discussão de inovadoras estratégias na área em questão. Como o do título do editorial é o oposto, há um paradoxo, que o redator vai explorar, e chega a verbalizá-lo, no 3 §: “paradoxalmente” e “a razão do paradoxo”.

Os dois parágrafos iniciais dispõem seus conteúdos, de tal maneira que o leitor construa a possibilidade desse entendimento. No caso, para o primeiro, o destaque é o desenvolvimento do campo semântico “salto”, ou aquilo que é favorável, que é positivo. Isso é arrumado com a utilização de três estratégias: um índice de avaliação, “fatos positivos”; um argumento de autoridade, “(...) segundo o IBGE, a taxa de desemprego caiu (...)”, e, por último, um dado percentual, “(...) caiu para baixo dos 10%, fechando o período em 9,3%, o menor índice desde 2002”.

Ou seja, para começar a comprovação de sua tese, o editorialista, inicialmente, traça um panorama positivo de como se encontra o país no que diz respeito ao setor de emprego. Para embasar tal panorama utiliza-se dos itens já

comentados, como dados estatísticos, apresentados a partir de uma fonte confiável (IBGE), que funcionará como um recurso de autoridade, conforme se vê no exemplo abaixo, passando, dessa forma, uma maior credibilidade ao interlocutor e encenando o início da sua trama argumentativa.

26. O mercado de trabalho tem gerado alguns dos fatos positivos acompanhados pelo noticiário econômico nos últimos meses. No ano passado, segundo o IBGE, a taxa de desemprego caiu para abaixo dos 10%, fechando o período em 9,3%, o menor índice desde 2002.

Já no segundo parágrafo, o editorialista introduz o aspecto complicador e o faz enfaticamente com um índice de avaliação: “Tão importante quanto isso”. Recupera anaforicamente todo o parágrafo anterior, encapsulado no demonstrativo “isso”, mas com o intensificador “tão”, para indicar o que é central na questão: a geração de emprego formal – elemento central da sua argumentação.

Após ter construído essa imagem, no terceiro parágrafo, o redator avança no seu projeto argumentativo e explicita o problema: o presidente Lula vai ratificar a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Nesse contexto engendrado pelo autor, é como se o governo fosse estragar a situação em que se encontra o mercado de trabalho, que tem obtido bons resultados em relação ao desemprego. É por essa razão, que ele, mais tarde, no quinto parágrafo, afirma de forma metafórica que a iniciativa de Lula será “um tiro de grosso calibre no pé do governo e do país”, já que essa ratificação que tem como objetivo beneficiar o trabalhador, se efetivada, será um ato contra o próprio.

27. A iniciativa de Lula será um tiro de grosso calibre no pé do governo e do país. Pois o necessário é percorrer o caminho inverso, dar flexibilidade à legislação e, com isso, formalizar a maior parte do mercado de trabalho, reduzindo as taxas de desemprego para níveis ainda mais baixos.

Na verdade, há todo um uso de índices de avaliação no texto que confirmam essa visão: “grave ameaça”, “forte desincentivo”, “profunda recessão”, “um retrocesso”, “arcaica CLT”.

E ainda, no terceiro parágrafo, ocorre uma comparação que auxilia no desenho desta argumentação. A comparação no texto é quase estruturante, porque se inicia com os dados numéricos no primeiro parágrafo e aparece em vários outros momentos do texto, como no terceiro em que ele fala sobre a CLT de Getúlio.

28. [...] a arcaica CLT de Getúlio e ainda em vigor, uma legislação pós-moderna.

Nesse caso, a comparação não é explícita, mas ocorre na medida em que apresenta dois momentos: um antes, o do Getúlio, marcado como “arcaico” e um depois, o atual, marcado como “pós-moderno”.

Ainda para que o leitor se sinta realmente persuadido a adotar a tese em defesa, o editorialista, no quarto parágrafo, faz uso de outro recurso de autoridade e de exemplificações. A autoridade invocada é um professor de relações do trabalho da USP, sendo, portanto, uma pessoa, não só de prestígio, mas que apresenta competência na área em discussão.

29. Professor de relações do trabalho da USP, José Pastore alerta: “As restrições poderão ser um entrave ao desenvolvimento e desestimular empreendedores a criar empregos no país.

A fala dessa pessoa vem para validar a opinião do argumentador apresentada no texto, já que ela corrobora a idéia de que o gesto do presidente poderá ser um entrave ao desenvolvimento e, por conseguinte, desestimular empreendedores a criar empregos no país.

Em seguida, a partir dos estudos dessa autoridade, o autor apresenta exemplos de países que adotam a Convenção 158.

30. Pastore listou alguns dos 34 países – dos 180 que participam da OIT – que adotam a convenção: Lesoto, Congo, Zâmbia, Maluí, Gabão, e assim por diante. Entre os desenvolvidos, apenas Espanha, Finlândia, França, Portugal e Suécia. Mas estes, como registra José Pastore, precisam criar novas formas e contrato de trabalho para contornar o anacronismo da Convenção 158.

Os exemplos funcionam como *anti-modelos*¹³, ou seja, aqueles os quais não se devem copiar as ações, visto que são países subdesenvolvidos. Dentre aqueles que são considerados *modelos*, os desenvolvidos, o autor deixa claro, através das palavras da autoridade evocada, que estes apesar de adotarem tal medida, necessitaram criar novas formas de contrato para poderem lidar com o anacronismo da Convenção 158. Novamente, é utilizada a estratégia da comparação. Aqui, nitidamente, despreza-se o contexto de cada país. O Brasil não é, pois, um país europeu e também não está localizado na África. Fazê-lo é recuperar uma imagem que opõe ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, progressistas e retrógrados, vencedores e perdedores, o que contribui e muito para o que se quer desenvolver.

Enfim, com a articulação de todas estas estratégias, o editorialista espera que o leitor admita o discurso construído no texto como verdadeiro, para então poder aderir à tese defendida. Cabe ao leitor analisar criticamente o exposto no texto e ser capaz de reconhecer as estratégias argumentativas, bem como o propósito comunicativo do produtor do texto.

¹³ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005)

Texto 05

Domingo, 9 de março de 2008.

Prender mais

A confrontação da população carcerária do Brasil com o total de pessoas presas nos Estados Unidos revela uma disparidade entre as políticas penitenciária dos dois países que deve ser vista para além dos números absolutos, até pela desproporção entre as duas populações. Enquanto nos EUA, segundo estudo do instituto Pew Center on the States, mais de 1% dos cidadãos adultos estão atrás das grades, aqui a porcentagem cai para 0,3%.

Por si, a diferença mostra a preocupação da sociedade americana com a salvaguarda da cidadania. Considerando que os índices de violência nos EUA são baixos, a disparidade reforça a tese de que a punição dos criminosos é um caminho indicado para proteger aqueles que vivem em obediência às normas da civilidade.

Por sua vez, no Brasil prevalece uma leniência institucional com a criminalidade. Num país que convive com altos índices de violência, é inaceitável, por exemplo, que o número de mandados de prisão não cumpridos seja praticamente o mesmo do total de pessoas encarceradas (400 mil no primeiro caso, contra 419 mil no segundo, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional). Ou seja, se todos os condenados estivessem presos, a população carcerária dobraria.

Diversos fatores juntam-se para explicar por que se prende tão pouco no Brasil, em comparação com a dimensão da violência. Ainda que os criminosos foragidos fossem capturados, restaria o dilema de onde colocá-los. Há um ano, uma reportagem do GLOBO dava conta da existência de um excedente de 150 mil na população carcerária do país em relação à capacidade de absorção dos presídios. Adicionalmente, ao não cumprir sua função correcional, o sistema penitenciário despeja de volta às ruas bandidos que logo terão voltado a disputar espaço nas prisões com novas levas de criminosos.

Isso não implica dizer que, em face da superlotação dos presídios, é preciso parar de prender. Ao contrário, como demonstram as estatísticas da criminalidade em São Paulo, que descreveu quando aumentou o número de criminosos presos.

A criminalidade é um problema estrutural que deve ser enfrentado com políticas de longo alcance. Do ponto de vista conjuntural, no entanto, não se pode fugir da receita tradicional segundo a qual os bandidos devem pagar por seus crimes. Isso pressupõe a abertura de mais vagas no sistema, com a construção de novos presídios, a adoção de penas alternativas para tirar das prisões criminosos de menor periculosidade, mudanças na legislação – enfim, providências que, para serem implementadas, exigem vontade política.

09/03/08

Prender mais

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - uma disparidade
b) 3§ - leniência institucional / é inaceitável
c) 6§ -políticas de longo alcance
2 – Argumento de Autoridade:
a) 1§ - “ (...) segundo estudo do Instituto do Pew Center on the States, mais de 1% dos cidadãos adultos estão atrás das grades”
b) 3§ - “(400 mil no primeiro caso, contra 419 no segundo, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional)
c) 4§ - “Há um ano, uma repostagem da Globo dava conta da existência de um excedente de 150 mil pessoas na população carcerária do país (...)”
3 – Porcentagem/estatísticas/dados numéricos
a) 1§ - mais de 1% dos cidadãos
b) 1§ - cai para 0,3%
c) 3§ - 400 mil no primeiro caso, contra 419 mil no segundo
d) 4§ - 150 mil pessoas

4 – Exemplificação:
a) 1§ e 2§ - É tomado, no texto, como exemplo, o modelo de política penitenciária e penal dos EUA.
b) 5§ - “(...) como demonstraram as estatísticas de São Paulo, que decresceu quando aumentou o número de criminosos”.
5 - Concessão:
a) 6§ - “A criminalidade é um problema estrutural que deve ser enfrentado com políticas de longo alcance. Do ponto de vista conjuntural, no entanto, não se pode fugir da receita tradicional segundo a qual os bandidos devem pagar por seus crimes”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - deve ser vista – deôntico
b) 3§ - praticamente – epistêmico delimitador
c) 5§ - é preciso parar de prender - deôntico
d) 6§ -deve ser enfrentado - deôntico
e) 6§ -não se pode fugir – deôntico
f) 6§ - devem pagar – deôntico
g) 6§ -exigem – deôntico

Texto 09/03/2008

Prender mais

O texto traz como tema a política penitenciária e penal do Brasil. A proposta de debate seria prender mais como caminho de se obter um índice menor de criminalidade. A posição do argumentador em relação à proposta é de adesão.

Para comprovar sua tese, de que há uma relação íntima entre a punição de criminosos, sob forma de prisão, e o índice de criminalidade, o autor usa como exemplo de comparação, no primeiro e no segundo parágrafo, a política penitenciária e penal adotada pelos EUA. A estratégia da exemplificação tem como função, nesse caso, tomar o exemplo como o *modelo* do qual trata Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ou seja, um exemplo que incentiva a imitação. O modelo tomado, como indicam os autores, deve ter um mínimo de prestígio e o escolhido, nada mais é do que uma das maiores, se não a maior, potência mundial: os EUA.

Uma outra estratégia utilizada pelo autor, trabalhando ainda na comparação com os EUA, é a apresentação de dados estatísticos, a partir de uma fonte que oferece confiabilidade e que funciona como um recurso de autoridade (Pew Center on the States).

31. Enquanto nos EUA, segundo estudo do instituto Pew Center on the States, mais de 1% dos cidadãos adultos estão atrás das grades, aqui a porcentagem cai para 0,3%.

Estes dados são usados para revelar a “disparidade”, termo utilizado pelo autor, entre o número de presos nos EUA e o número de presos no Brasil. Porém, é necessário observar que o recurso de autoridade faz referência somente aos

dados que dizem respeito aos EUA: “mais de 1% dos cidadãos”. Os 0,3% que representam os dados dos cidadãos adultos presos no Brasil não estão com a fonte identificada, podendo, assim esta informação ser questionada por um interlocutor que possua uma opinião oposta a do autor.

No terceiro parágrafo, o editorialista usa mais uma vez dados estatísticos, também a partir de um recurso de autoridade (Departamento Penitenciário Nacional), para comprovar que no Brasil se prende muito pouco.

32. Num país que convive com altos índices de violência, é inaceitável, por exemplo, que o número de mandados de prisão não cumpridos seja praticamente o mesmo do total de pessoas encarceradas (400 mil no primeiro caso, contra 419 mil no segundo, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional).

Essas estratégias, juntamente com as informações por elas confirmadas, auxiliam na condução do leitor à conclusão que o autor quer que se tenha: que no Brasil se prende pouco e por isso o índice de criminalidade é tão alto.

Com certeza, o uso destas estratégias traz uma visibilidade que dificilmente pode ser questionada. Contudo, um analista mais crítico não pode deixar passar a falta de contextualização: os dois países possuem histórias muito diferentes e estão em patamares sócio-econômicos díspares. E numa problematização sobre tal item, esses são elementos que não podem deixar de serem destacados.

Em continuação à argumentação, o editorialista levanta como justificativa para o fato de no Brasil se prender pouco, a superlotação de cadeias, outra crítica levantada pelo autor. Para confirmar tal afirmação, utiliza dados fornecidos pela reportagem feita pela TV Globo, outro recurso de autoridade.

33. Há um ano, uma reportagem do GLOBO dava conta da existência de um excedente de 150 mil na população carcerária do país em relação à capacidade de absorção dos presídios.

No quinto parágrafo, o argumentador toma como exemplo o caso de São Paulo, para comprovar sua tese de que a criminalidade diminui ao se prender mais criminosos.

34. Isso não implica dizer que, em face da superlotação dos presídios, é preciso parar de prender. Ao contrário, como demonstram as estatísticas da criminalidade em São Paulo, que descreveu quando aumentou o número de criminosos presos.

Na verdade, neste exemplo há uma tentativa de se fazer uma comprovação por meio de dados estatísticos. Porém, o autor deixa esta comprovação suscetível a questionamentos, visto que estas estatísticas sobre São Paulo mencionadas pelo autor não revelam os números, os dados estatísticos em si, e nem a fonte da qual foi extraída a informação apresentada.

No último parágrafo, em antecipação a uma possível objeção do leitor, ele concorda, de antemão, por meio da concessão, que o problema deve ser enfrentado com políticas de longo alcance, para em seguida, retomar seu argumento-chefe: devem-se prender criminosos.

35. A criminalidade é um problema estrutural que deve ser enfrentado com políticas de longo alcance. Do ponto de vista conjuntural, no entanto, não se pode fugir da receita tradicional segundo a qual os bandidos devem pagar por seus crimes.

É importante destacar que há uma predominância no editorial em questão, de modalizadores deônticos, que indicam obrigação: “deve ser vista”, “é preciso parar de prender”, “deve ser enfrentado”, “não se pode fugir”, “devem pagar”, “exigem”. Estes são introduzidos pelo editorialista com o intuito de incentivar o leitor a tomar uma posição, já que tais modalizadores funcionam como elementos determinantes, que auxiliam a impor um determinado pensamento.

Texto 06

Quinta-feira, 26 de março de 2008.

Mal incurável

É recorrente a percepção de que a sociedade é forçada a sustentar uma máquina pública inchada de funcionários e dispendiosa, mas sem condições de reagir com um mínimo de eficiência em casos graves. O contribuinte paga e lhe falta o retorno do poder público condizente com a parcela cada vez maior da sua renda que compulsoriamente transfere para o erário. E nos três níveis da administração: federal, estadual e municipal.

Impossível não voltar ao tema diante desta epidemia mais que anunciada de dengue no Rio de Janeiro, principalmente na capital. No início do ano passado, com a proximidade dos Jogos Pan-Americanos, houve algum trabalho para evitar o aumento da incidência da doença. Já se falava do perigo de uma epidemia.

O risco, naquele momento, foi contornado. Melhor, empurrado para frente. A epidemia veio, e toda essa abissal incompetência da máquina pública é traduzida, no Rio, em números trágicos: a partir de Janeiro, 31 mortes (no estado, cerca de 50), sendo o índice de letalidade da epidemia vinte e seis vezes acima do tolerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A população tem parte da responsabilidade na proliferação do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, por não cuidar como deveria da prevenção. Porém, reconheça-se, não há governo com um programa sem interrupção de esclarecimento, e atuação o ano inteiro junto aos moradores, sequer nos bairros de mais alto risco. Em Niterói, do outro lado da Baía, também há praias, lagoas, chove como no Rio, a umidade e o calor são os mesmos – e não há epidemia.

Chega a ser patética toda a movimentação de autoridades e servidores reunidos em um “gabinete de crise” como se estivessem diante de um acontecimento imprevisto. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou, candidamente, que em outubro do ano passado alertara para a epidemia. Deveria ter agido naquele momento. O secretário municipal de Saúde, Jacob Klingerman, por sua vez, trata de ampliar a carga horária na sua área, medida cabível de ser tomada de urgência se a epidemia fosse tão imprevisível quanto um desastre aéreo. Os mesmos sinais de improvisação podem ser observados na esfera estadual, na apressada instalação das tendas de hidratação.

Uma conhecida endemia ataca o carioca: o choque de interesses políticos entre prefeitura, estado e Executivo federal, exacerbado pelas eleições deste ano. Há sempre alguém usando o sofrimento da população para atingir algum adversário. Não parece haver cura para esta doença.

26/03/08

Mal incurável

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - é recorrente / inchada de funcionários/ dispendiosa/ mínimo de eficiência
b) 3§ - abissal incompetência / números trágicos /
c) 5§ - Chega a ser patética / candidamente / apressada instalação
d) 6§ - exacerbado
1.2. Metáfora:
a) 6§ - endemia / cura para esta doença
1.3. Termos semanticamente relacionados:
a) <i>Em relação a dengue</i> : Epidemia / dengue / doença / Trágicos / mortes / letalidade/ proliferação / transmissor de dengue
b) <i>Em relação às ações dos governantes</i> : mal incurável/endemia / sofrimento / cura / doença
1.4. Repetição:
O autor repete a palavra epidemia sete vezes ao longo do texto.
2 – Citação:
a) 5§ - “O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou, candidamente, que em outubro do ano passado alertara para a epidemia”.
3 – As aspas:
a) “gabinete de crise”
4 – Porcentagem/estatísticas/dados numéricos

a) 3§ - “(...) 31 mortes (no estado, cerca de 50), sendo o índice de letalidade da epidemia vinte e seis vezes acima do tolerado (...)”
5 – Exemplificação:
a) 4§ - “Em Niterói, do outro lado da Baía, também há praias, lagoas, chove como no Rio, a umidade e o calor são os mesmos – e não há epidemia”.
6 - Concessão:
a) 1§ - “É recorrente a percepção de que a sociedade é forçada a sustentar uma máquina pública inchada de funcionários e dispendiosa, mas sem condições de reagir com um mínimo de eficiência em casos graves”
b) 4§ - “A população tem parte da responsabilidade na proliferação do <i>Aedes aegypti</i> , o mosquito transmissor da dengue, por não cuidar como deverias da prevenção. Porém, reconheça-se, não há governo com um programa sem interrupção de esclarecimento, e atuação o ano inteiro junto aos moradores, sequer nos bairros de mais alto risco”.
7 – Modalizadores:
a) 2§ - impossível não voltar - deôntico
b) 4§ - como deveria – deôntico
c) 4§ - reconheça-se – deôntico
d) 5§ - deveria ter agido – deôntico
e) 5§ - podem ser observado – epistêmico asseverativo
f) 6§ - há sempre alguém – epistêmico asseverativo
g) 6§ - não parece haver cura - epistêmico quase-asseverativo

Texto 26/03/2008

Mal incurável

O texto traz como polêmica o alastramento desenfreado de casos de dengue no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na capital. O autor defende como tese que este alastramento é fruto do descaso da administração pública, tanto na esfera municipal, como na estadual e na federal, descaso este que acabou resultando em uma epidemia.

Para comprovar seu ponto de vista e persuadir o leitor, o autor começa no primeiro parágrafo a criticar o governo, usando índices de avaliação que, além de traduzirem sua opinião sobre a eficiência do governo, auxiliam a despertar um sentimento de revolta no leitor (*é recorrente /inchada de funcionários/ dispendiosa/ mínimo de eficiência*).

Em seguida para sustentar sua argumentação de que o Rio encontra-se em meio a uma epidemia, são apresentados dados estatísticos no terceiro parágrafo, que revelam o número de mortos na capital e no estado. O editorialista usa como parâmetro o número tolerado pela Organização Mundial de Saúde:

36. A epidemia veio, e toda essa abissal incompetência da máquina pública é traduzida, no Rio, em números trágicos: a partir de Janeiro, 31 mortes (no estado, cerca de 50), sendo o índice de letalidade da epidemia vinte e seis vezes acima do tolerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

É importante lembrar, a título de contextualização, que na época em que se davam tais fatos, os governantes insistiam em dizer que não se tratava de uma epidemia, mas tão somente de um surto (palavra que era utilizada com o intuito de minimizar o problema em questão). Por esse motivo, o autor faz questão de comprovar, através destes dados, que se trata de uma epidemia.

Uma outra estratégia utilizada por ele para trabalhar esse sentido é o uso da repetição: a palavra epidemia aparece no texto sete vezes. Esta estratégia é muito sutil e por isso muito eficaz, pois contribui de maneira tênue, sem que seja notada, para inculcar na cabeça do leitor uma determinada idéia que o argumentador deseja passar.

No quarto parágrafo, utilizando a estratégia da concessão, o editorialista concorda com o discurso de algumas pessoas (principalmente governantes), que apresentam como culpados pela epidemia, a população.

37. A população tem parte da responsabilidade na proliferação do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, por não cuidar como deverias da prevenção. Porém, reconheça-se, não há governo com um programa sem interrupção de esclarecimento, e atuação o ano inteiro junto aos moradores, sequer nos bairros de mais alto risco.

Ele abraça essa idéia para em seguida orientar o leitor, de maneira firme (usa o imperativo: reconheça-se), a tomar o caminho em outra direção, o de responsabilizar quem realmente ele considera culpado: o governo. E como reforço, para que o leitor chegue a essa conclusão, ele faz uso da estratégia da exemplificação: cita-se Niterói, que é descrita como uma cidade que possui as mesmas características da cidade do Rio de Janeiro e não tem epidemia.

38. Em Niterói, do outro lado da Baía, também há praias, lagoas, chove como no Rio, a umidade e o calor são os mesmos – e não há epidemia.

Em seguida, no quinto parágrafo, ele usa do termo entre aspas - “gabinete de crise” - para ironizar a movimentação dos governantes, que agem, segundo ele, como se não soubessem que a epidemia viria. A ironia continua, ao usar o termo “candidamente” em relação à fala, a citação do ministro da saúde.

39. Chega a ser patética toda a movimentação de autoridades e servidores reunidos em um “**gabinete de crise**” como se estivessem diante de um acontecimento imprevisto. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou, **candidamente**, que em outubro do ano passado alertara para a epidemia.
(grifo nosso)

O termo *cândido* no dicionário tem como significado “ingênuo”, “inocente”. Esse termo representa justamente o contrário do que o autor realmente quer dizer, característica da ironia, agindo no sentido de atacar e evidenciar a censura que faz sobre o ministro, já que o autor não considera os governantes nem ingênuos, nem inocentes.

Assim, esta citação do ministro é introduzida como alvo de crítica, para levar o auditório a crer que a situação já era prevista e nada foi feito. Deve-se lembrar, que tal citação ocorre de forma indireta, o que nos leva a crer que, de uma forma ou outra, há um crivo do argumentador. O leitor não sabe o que realmente foi falado, tampouco as circunstâncias em que ocorreram.

No último parágrafo, como a proposta discutida no texto se desenvolve em torno de uma doença - a dengue – ele aproveita para comparar os interesses dos governantes, que trabalham em prol de si mesmos, a uma doença. Mas esta, segundo o autor, diferentemente da dengue que pode ser combatida, “não parece haver cura”.

Texto 07

Terça-feira, 1 de abril de 2008.

Abrir a caixa-preta

A versão de que o dossiê montado com informações pinçadas nos registros de gastos do presidente Fernando Henrique e a primeira-dama Ruth Cardoso era apenas um “banco de dados” não sobreviveu ao fim de semana. Desvendado pela revista “Veja”, o dossiê foi tratado como um trabalho feito por encomenda do Tribunal de Contas da União. Mas, diante do desmentido do próprio TCU, não demorou muito para o governo ter de mudar de explicação.

Com a revelação da “Folha de S.Paulo” de que o levantamento fora determinado pela secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, braço direito da ministra Dilma Rousseff, reforçou-se a história do “banco de dados”, que, por sua vez, virou fumaça diante das evidências de que se tratava mesmo de um dossiê para atemorizar tucanos e forçá-los a recuar em qualquer iniciativa destinada a obter informações sobre gastos semelhantes do atual governo. Tanto que o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, lançou nova versão: o relatório existe, mas foi usado “com o intuito de fazer mal ao governo”.

Ou seja, passou-se a caçar em Brasília um bode expiatório para responder por mais esse caso de manipulação clandestina de informações para atingir adversários políticos, um repeteco, mais grave, do caso dossiê contra José Serra negociado com “aloprados” do PT. O governo se mobiliza para proteger a ministra Dilma Rousseff, a “mãe do PAC”, considerada por alguns vítima não apenas da oposição mas também do conhecido “fogo amigo” petista. Oposição e petistas seriam movidos pelo mesmo interesse: alvejar quem é tido como o nome da vez a ser lançado por Lula para suceder-lhe.

Neste episódio ressurgem o estilo truculento e sem ética com que certas falanges petistas se movem no jogo político, para, depois, quando as operações se revelam trapalhadas dignas do exército de Brancaleone, acusar a imprensa de distorcer fatos e não disfarçar supostos pendores “golpistas”.

Mais esse tiro no pé disparado por espertos militantes petistas – donos daquele tipo de esperteza que, dizia Tancredo Neves, cresce e engole o dono – só faz aumentar as pressões da sociedade para a abertura da caixa-preta em que se escondem informações sobre os gastos nos palácios oficiais. FH, Ruth Cardoso e ministros do governo passado já liberaram a abertura das suas despesas. Lula deveria seguir o exemplo e ainda determinar que haja a máxima transparência no manejo desses dados. O contribuinte quer saber o destino dado ao seu dinheiro, e os governantes têm o dever de atendê-lo.

Texto 01/04/2008

Abrir a caixa preta

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 3§ - manipulação clandestina / um repeteco / mais grave/ aloprados
b) 4§ - estilo truculento e sem ética / se revelam trapalhadas / dignas do exército Brancaleone / golpistas
c) 5§ - tiro no pé / espertos militantes petistas / tipo de esperteza que cresce e engole o dono
1.2. Metáfora :
a) 3§ - fogo amigo
b) 5§ - tiro no pé
c) 5§ - esperteza que cresce e engole o dono (personificação)
d) 5§ - abertura da caixa preta
2 – Citação como Recurso de autoridade:
a) 2§ - “(...) José Múcio Monteiro, lançou uma nova versão: o relatório existe, mas foi usado “com o intuito de fazer mal ao governo”.
a) 5§ - “(...) dizia Tancredo Neves, cresce e engole o dono (...)”
3 – Exemplificação:
a) 3§ - “(...) caso do dossiê contra José Serra (...)”
b) 5§ - “ (...) FH, Ruth Cardoso e ministros do governo passado já liberaram a abertura das suas despesas“.

4 – As aspas:
a) 1§ e 2§ - “banco de dados”
b) 3§ - “aloprados”
c) 3§ - “mãe do PAC”
d) 3§ - “fogo amigo”
e) 4§ - “golpista”
5 - Concessão:
a) 1§ - “Desvendado pela revista “Veja”, o dossiê foi tratado como um trabalho feito por encomenda do Tribunal de Contas da União. Mas, diante do desmentido do próprio TCU, não demorou muito para o governo ter de mudar de explicação”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - ter de mudar – deôntico
b) 2§ -se tratava mesmo – epistêmico asseverativo
c) 3§ -seriam movidos – epistêmico quase - asseverativo
d) 5§ - deveriam seguir – deôntico (atenuado pelo Futuro de Pretérito)
e) 5§ - deveriam determinar – deôntico (atenuado pelo Futuro de Pretérito)
f) 5§ - têm o dever – deôntico

Texto 01/04/2008

Abrir a caixa preta

Este editorial trata do dossiê montado com informações sobre gastos do presidente Fernando Henrique Cardoso e da primeira dama Ruth Cardoso. O editorialista defende que a elaboração deste dossiê teve como objetivo atemorizar tucanos e forçá-los a recuar em qualquer iniciativa destinada a obter informações sobre gastos semelhantes no atual governo.

Para iniciar a comprovação de sua tese, no primeiro parágrafo, há como primeira estratégia, as aspas que evidenciam que o termo em destaque é pertencente ao discurso de uma outra pessoa e não ao seu.

40. A versão de que o dossiê montado com informações pinçadas nos registros de gastos do presidente Fernando Henrique e a primeira-dama Ruth Cardoso era apenas um “banco de dados” não sobreviveu ao fim de semana.

Essa estratégia teve como função enfatizar do que foi chamado o dossiê, da imagem que tentaram construir sobre ele. Logo após, ele continua falando sobre esta imagem passada por petistas, que afirmavam ser um trabalho encomendado pelo TCU, para em seguida desconstruí-la com as informações trazidas através da oração adversativa.

41. Desvendado pela revista “Veja”, o dossiê foi tratado como um trabalho feito por encomenda do Tribunal de Contas da União. Mas, diante do desmentido do próprio TCU, não demorou muito para o governo ter de mudar de explicação.

Dando continuidade, no segundo parágrafo, ele faz uso da estratégia da citação, com a fala do ministro José Múcio Monteiro.

42. (...) José Múcio Monteiro lançou uma nova versão: o relatório existe, mas foi usado “com o intuito de fazer mal ao governo.

Esta citação é utilizada como alvo de crítica e para comprovar a instabilidade das justificativas apresentadas sobre o dossiê: antes não se tinha um relatório, somente um “banco de dados” encomendados pelo TCU, agora já se tem um relatório, mas foi produzido, por inferência, pela oposição. Enfim, a responsabilidade do ocorrido sempre está em outras mãos. Mas para comprovar que tal manobra é de responsabilidade do governo, o editorialista utiliza a estratégia da exemplificação com o caso do dossiê contra José Serra em que os petistas estavam envolvidos.

43. Ou seja, passou-se a caçar em Brasília um bode expiatório para responder por mais esse caso de manipulação clandestina de informações para atingir adversários políticos, um repeteco, mais grave, do caso dossiê contra José Serra negociado com “aloprados” do PT.

No que diz respeito à persuasão, este exemplo introduzido pelo produtor do texto ajuda a conduzir o leitor a pensar que se os petistas já estiveram envolvidos em um caso semelhante uma vez, poderiam muito bem estar envolvidos novamente.

Os termos selecionados pelo editorialista como *aloprados*, *estilo truculento e sem ética*, *operações trapalhadas*, *golpistas*, para fazer referência aos petistas e às suas ações, são fortes e podem denunciar a posição política do argumentador (contra o PT). Para efeito de persuasão, esses termos escolhidos, inseridos na estratégia de seleção lexical (índices de avaliação) podem auxiliar o leitor que não

tem uma posição política bem definida a montar uma imagem negativa de tal partido, ficando mais fácil para ele aceitar a tese defendida pelo autor. Porém, para aquele que tem uma posição política bem definida e coincidente com a do governo, ocorrerá o efeito contrário: o leitor, ao perceber a posição política do editorialista, já não dará atenção à sua argumentação, entendendo que se trata de um discurso puramente oposicionista.

Texto 08

Sábado, 26 de abril de 2008.

Fórum mundial

Talvez só exista um consenso na questão das drogas: tem sido em vão a mobilização, em escala planetária, de todos os recursos financeiros e materiais contra essa indústria. Das fontes de produção da folha de coca nas florestas colombianas, e regiões andinas na Bolívia, aos laboratórios de cocaína espalhados pelo continente, às quadrilhas de traficantes entrincheiras nos morros do Rio e periferias de outras cidades brasileiras persiste o rastro de mortes causadas direta ou indiretamente pelas drogas, apesar de toda a repressão. O mesmo pode ser dito sobre os campos de cultivo de papoulas no Afeganistão, de onde sai parte do ópio que inebria viciados no mundo.

Diante dessa realidade, as opiniões divergem: há os que explicam os fracassos por falta de energia na repressão; e existem aqueles que, diante da capacidade de sobrevivência da indústria, defendem a legalização da produção, distribuição e comercialização das drogas como a única forma de acabar com a violência que as cerca, permitir o seu controle e um melhor atendimento ao viciado.

Reconheça-se que é ponderável a argumentação dos defensores da legalização, entre os quais se alinha o pensamento dito conservador nos Estados Unidos (onde "liberal" tem conotação de "esquerda", em sentido oposto ao uso que fazemos do termo). É por isso que a revista inglesa "Economist", um dos faróis do pensamento liberal - no nosso sentido -, apóia a legalização das drogas. Milton Friedman, Prêmio Nobel em economia, outro ícone do liberalismo, argumentava que foi com o fim da Lei Seca, nos Estados Unidos, que a qualidade das bebidas melhorou - pessoas morriam ao ingerir uísque saído de destilarias clandestinas - e foi possível controlar esse ramo de negócio. Para ele, a repressão às drogas, na verdade, ajuda a manter o preço delas elevado e funciona como barreira contra a entrada no mercado de concorrentes dos atuais cartéis.

Um grave erro, porém, seria um país como o Brasil resolver, isoladamente, legalizar essa indústria. Seria invadido por todas as grandes máfias que atuam no ramo, e a questão da segurança pública, já grave, se tornaria insolúvel. Qualquer liberalização terá de partir dos grandes mercados consumidores. Sem isso, será suicídio uma iniciativa unilateral. Pelo caráter e implicações globais do tema, as Nações Unidas deveriam patrocinar um fórum para o debate do problema, cuja solução não passa por fórmulas simples e ações heróicas.

Texto 26/04/2008

Fórum Mundial

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - tem sido em vão
b) 3§ - é ponderável / um dos faróis do pensamento liberal / outro ícone do liberalismo
c) 4§ - um grave erro / já grave / insolúvel / será suicídio / fórmulas simples e ações heróicas
1.2. Oposições:
a) repressão x legalização / conservador x liberal / solução x insolúvel
2 – Citação:
a) 2§ - “(...) há os que explicam os fracassos por falta de energia na repressão; e existem aqueles que, diante da capacidade de sobrevivência da indústria, defendem a legalização da produção, distribuição e comercialização das drogas (...)”
3 - Recurso de autoridade:
a) 3§ - “É por isso que a revista inglesa “Economist”, um dos faróis do pensamentos liberal – no nosso sentido -, apóia a legalização das drogas”.

b) 3§ - “Milton Friedman, Prêmio Nobel em economia, outro ícone do liberalismo, argumentava que foi com o fim da Lei Seca, nos Estados Unidos, que a qualidade das bebidas melhorou – pessoas morriam ao ingerir uísque saído de destilarias clandestinas – e foi possível controlar esse ramo de negócio. Para ele, a repressão às drogas, na verdade, ajuda a manter o preço delas elevado e funciona como barreira contra a entrada no mercado de concorrentes dos atuais cartéis”.
4 – Exemplificação:
a) 3§ - “(...) entre os quais se alinha o pensamento dito conservador nos Estados Unidos (...)”.
b) 3§ - O fim da Lei Seca.
5 - Concessão:
a) 4§ - “Um grave erro, porém, seria um país como o Brasil resolver, isoladamente, legalizar essa indústria”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - Talvez – epistêmico quase-asseverativo
b) 1§ - pode ser dito – (é permitido) deôntico
c) 3§ - Reconheça-se – deôntico
d) 4§ - seria um país como o Brasil - epistêmico quase-asseverativo
e) 4§ - seria invadido - epistêmico quase-asseverativo
f) 4§ -se tornaria - epistêmico quase-asseverativo
g) 4§ - terá de partir – deôntico
h) 4§ - será suicídio - epistêmico asseverativo
i) 4§ - deveriam patrocinar – deôntico (atenuado pelo fut. do pretérito)

Texto 26/04/2008

Fórum Mundial

O texto traz como proposta de discussão a liberação das drogas no Brasil. O editorialista mostra-se propenso a aderir à proposta, mas com uma ressalva: ele acredita que o Brasil não deve resolver isoladamente o problema, qualquer liberação deve partir da comunidade internacional em consenso, sob o risco de, segundo o autor, os problemas pertinentes à segurança pública se tornarem insolúveis.

O autor, na elaboração de sua argumentação, não deixa evidente a sua tomada de posição frente à proposta (pró ou contra). Ela se dá de forma sutil e é mais percebida pelas estratégias argumentativas das quais ele faz uso.

Para começar, sua argumentação, no primeiro parágrafo, o autor traça um panorama das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, avaliando através do termo “em vão” aquilo que se tem feito em relação ao assunto em questão.

44. Talvez só exista um consenso na questão das drogas: tem sido em vão a mobilização, em escala planetária, de todos os recursos financeiros e materiais contra essa indústria.

Não é à toa o uso desse índice de avaliação do autor, ele atua na preparação, ainda que de maneira tênue, da idéia que será defendida pelo autor: a liberação das drogas.

No segundo parágrafo, ele insere citações provenientes de enunciadores anônimos coletivos, com o objetivo de instaurar a polêmica da qual ele participará.

45. Diante dessa realidade, as opiniões divergem: **há os que explicam** os fracassos por falta de energia na repressão; e **existem aqueles que**, diante da capacidade de sobrevivência da indústria, **defendem** a legalização da produção, distribuição e comercialização das drogas como a única forma de acabar com a violência que as cerca, permitir o seu controle e um melhor atendimento ao viciado.
(grifo nosso)

É a partir do terceiro parágrafo, carro-chefe da argumentação, que se percebe por qual caminho o argumentador irá seguir ou qual caminho ele quer que o seu leitor siga. Ele inicia classificando a idéia da liberação das drogas como uma argumentação “ponderável” (índice de avaliação) e apresenta através da estratégia da exemplificação, a aceitação desta idéia por uma grande potência mundial, os EUA.

46. Reconheça-se que é ponderável a argumentação dos defensores da legalização, entre os quais se alinha o pensamento dito conservador nos Estados Unidos (onde "liberal" tem conotação de "esquerda", em sentido oposto ao uso que fazemos do termo).

Este exemplo da atitude adotada pelos EUA atua como o *modelo* descrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), aqueles os quais incentivam a imitação. Vale ressaltar que, embora os EUA tenham duas correntes de pensamentos, a liberal e a conservadora, só é apresentada a opinião daquela a favor da liberação das drogas.

Ainda no mesmo parágrafo, ele usa como apoio a liberação, a postura adotada pela revista “Economist” e pelo economista Milton Friedman, que funcionam como um recurso de autoridade.

47. É por isso que a revista inglesa "**Economist**", um dos faróis do pensamento liberal - no nosso sentido -, **apóia a legalização das drogas. Milton Friedman, Prêmio Nobel em economia**, outro ícone do liberalismo, argumentava que foi com o fim da Lei Seca, nos Estados Unidos, que a qualidade das bebidas melhorou - pessoas morriam ao ingerir uísque saído de destilarias clandestinas - e foi possível controlar esse ramo de negócio. **Para ele, a repressão às drogas, na verdade, ajuda a manter o preço delas elevado e funciona como barreira contra a entrada no mercado de concorrentes dos atuais cartéis.**
(grifo nosso)

Com o intuito de enfatizar o prestígio da última autoridade, Milton Friedman, o editorialista a apresenta não só como um economista, mas alguém

que ganhou o Prêmio Nobel em economia, pois como afirma Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) “*quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras*”. Através do discurso desta autoridade, outra estratégia argumentativa é trazida para que o interlocutor se sinta persuadido: a exemplificação, que toma como modelo o fim da Lei Seca nos EUA , conforme se percebe no trecho acima destacado, de nº 47. Esse exemplo trazido pelo autor trabalha no sentido de levar o leitor a estabelecer uma analogia entre o bom resultado que se teve lá, a partir do fim dessa lei, e o resultado que se poderá ter aqui, no Brasil, a partir da liberalização das drogas.

No último parágrafo aparece uma concessão.

48. Um grave erro, porém, seria um país como o Brasil resolver, isoladamente, legalizar essa indústria.

Por meio desta estratégia, o argumentador evidencia uma ressalva de que o Brasil não pode resolver isoladamente liberar as drogas, mostrando que sua adesão frente à proposta não é total.

Os modalizadores utilizados no texto são predominantemente epistêmicos quase-asseverativos: *talvez*, *seria* um país como o Brasil, *seria* invadido, *se tornaria*. Tais modalizadores revelam um discurso pautado em possibilidades e podem demonstrar um pouco de insegurança ou falta de ousadia do autor em assumir sua posição em relação ao discutido. Talvez por se tratar de um tema bastante polêmico e que inspira cuidado, o autor, para efeito persuasivo, não quis se mostrar autoritário no seu projeto de dizer ou muito audaz, pois isto poderia acarretar o afastamento daquele leitor que não compartilha da mesma opinião que a do editorialista e isso é justamente o contrário do que se busca na argumentação.

Texto 09

Sexta-feira, 2 de maio de 2008.

Falsas divisões

Um grupo de artistas, acadêmicos, sindicalistas e representantes de movimentos sociais contrários a políticas de cotas raciais dirigiu-se ao Supremo Tribunal Federal para entregar uma carta ao presidente do STF, Gilmar Mendes. O documento afirma que os vestibulares que adotam o mecanismo das cotas acabam privilegiando estudantes de classe média "arbitrariamente classificados como negros".

No começo de abril, o STF começou a julgar as ações contra o ProUni (Programa Universidade para Todos), defendido pelo Ministério da Educação, que oferece bolsas em universidades e faculdades a estudantes que se declararem indígenas, pardos ou negros. É nesse contexto que se posiciona o atual manifesto, que enfatiza: "A crença na raça é o artigo de fé do racismo. A fabricação de 'raças' oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inculca na sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios."

Não se trata de negar que, mesmo no Brasil, exista preconceito racial; mas, diz a carta, "depois da Abolição, a nação elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista da mestiçagem, e produziu leis que criminalizam o racismo".

Um dos defeitos da discussão das cotas é desviar a atenção da realidade da educação brasileira. "Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar", diz o manifesto dos intelectuais, "que exige políticas adequadas e vultosos investimentos. É preciso elevar o padrão do ensino, mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural".

É nesse abismo que reside a verdadeira injustiça; e enquanto ele não for atacado de frente, criar cotas raciais em faculdades e universidades é de uma artificialidade patente. Como lembrou o médico e escritor Dráuzio Varella, em artigo recente para a "Folha de S. Paulo", a caracterização das raças, em termos históricos, é precária e recente: há não muito tempo, éramos todos negros, originários do continente africano, e só circunstâncias muito particulares é que produziram as diferenciações de hoje. Mas é sobre essa base frágil que trabalham os que, no fundo, estão criando argumentos para a perpetuação do racismo.

Texto 02/05/2008

Falsas divisões

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 4§ - um dos defeitos da discussão /
b) 5§ - É nesse abismo / a verdadeira injustiça / artificialidade patente
c) 5§ - essa base frágil
1.2. Índices de avaliação dos recursos de autoridade
a) 1§ - arbitrariamente classificados negros
b) 2§ - artigo de fé do racismo / o veneno do racismo / cortejo de rancores e ódios
c) 3§ - criminalizam o racismo
d) 4§ - políticas adequadas / vultuosos investimentos / romper o abismo entre as escolas de qualidade / escolas devastadas
e) 5§ - precária e recente
2 – Recurso de autoridade:
a) 1§ - “arbitrariamente classificados como negros”
b) 2§ - “A crença na raça é o artigo de fé do racismo. A fabricação de ‘raças’ oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios”.
c) 3§ - “depois da Abolição, a nação elaboração uma identidade amparada na idéia anti-racista da mestiçagem, e reproduziu leis que criminalizam o racismo”.

d) 4§ - “Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar”
e) 4§ - “que exige políticas adequadas e vultuosos investimentos. É preciso elevar o padrão do ensino, mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural”.
f) 5§ - “Como lembrou o médico e escritor Drauzio Varella, em artigo recente para a “Folha de São Paulo”, a caracterização das raças, em termos históricos, é precária e recente: há não muito tempo, éramos todos negros, originários do continente africano, e só circunstâncias muito particulares é que produziram as diferenciações de hoje”
3 - Concessão:
a) 3§ - “Não se trata de negar que, mesmo no Brasil, exista preconceito racial; mas, diz a carta, ‘depois da Abolição, a nação elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista da mestiçagem, e produziu leis que criminalizam o racismo”.
b) 4§ - “É preciso elevar o padrão do ensino, mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural”
c) 5§ - “Mas é sobre essa base frágil que trabalham os que, no fundo, estão criando argumentos para a perpetuação do racismo”.
4 – Modalizadores:
a) 4§ - exige políticas adequadas - deôntico
b) 4§ -É preciso elevar – deôntico
c) 4§ - quase sempre situadas – epistêmico quase-asseverativo
d) 5§ - artificialidade patente – espistêmico asseverativo

Texto 02/05/2008

Falsas divisões

O texto traz como proposta de discussão o sistema de cotas implementado pelo governo, que oferece bolsas em universidades e faculdades a estudantes considerados indígenas, pardos ou negros. A posição adotada pelo autor é de rejeição frente à proposta.

Apesar do texto apresentar algumas estratégias argumentativas, a que mais se destacou, ou a que praticamente dominou o texto, foi a estratégia do recurso de autoridade. O texto constitui-se de cinco parágrafos, em todos eles foi utilizado esse recurso. E conforme se vê no quadro das estratégias argumentativas, no item 2, tal recurso foi utilizado seis vezes.

Em geral, o recurso de autoridade é levado para dentro do texto com o intuito de dar maior credibilidade ao que o argumentador diz, mas neste texto seu papel estendeu-se. Talvez, por esse assunto levantar discussões acaloradas, o autor usa, em todo o texto, tal recurso para, na verdade, expor sua opinião. Ele o usa tão veemente, que é como se ele não quisesse se expor e por isso esconde sua voz atrás daquelas que citou.

Nos quatro primeiros parágrafos, ele apresenta trechos de uma carta elaborada por um grupo que se posiciona contra a política de cotas raciais. Esta carta tem como objetivo criticar o privilégio dado aos negros. É importante destacar que esse grupo não é formado simplesmente por estudantes brancos que se sentem prejudicados, mas por artistas, acadêmicos, sindicalistas e representantes de movimentos sociais. Enfim, um grupo diversificado e de “peso”, já que constitui-se de classes que possuem um importante papel na formação de opinião. Por esse motivo, a voz da carta é considerada um argumento de autoridade. É através dos argumentos expostos nesta carta, que o argumentador veicula sua idéia.

É interessante destacar como se deu a forma que o argumentador optou por apresentar os trechos desta carta: ele os incorpora ao seu próprio discurso, sem ruptura sintática, em praticamente, todas as vezes em que ele os introduz, como se as palavras pertencentes aos trechos fossem as suas. Isso não se dá por acaso: essa integração do discurso da carta ao seu, revela, na verdade, a integração, também, dos pensamentos. Por esse motivo, é que foram destacados, também, no quadro das estratégias argumentativas, os índices de avaliação do recurso de autoridade, já que estes parecem se coincidir, ou mesmo denunciar os do autor.

No quinto e último parágrafo, novamente o recurso de autoridade comparece.

49. Como lembrou o médico e escritor Drauzio Varella, em artigo recente para a “Folha de São Paulo”, a caracterização das raças, em termos históricos, é precária e recente: há não muito tempo, éramos todos negros, originários do continente africano, e só circunstâncias muito particulares é que produziram as diferenciações de hoje.

Dessa vez é citado o médico e escritor Drauzio Varella, uma autoridade que goza de grande prestígio entre os brasileiros, com intuito de mostrar que a classificação das raças não é segura, é frágil e que todos viemos de uma raça única, logo não há um porquê de se estabelecer um tratamento diferenciado para cada raça.

Enfim, mais uma vez, o editorialista aproveita esta citação para argumentar a partir da argumentação de terceiros, fazendo também da voz desta autoridade, a sua voz.

Texto 10

Sábado, 17 de maio de 2008.

Apoio crucial

As primeiras entrevistas e declarações de Carlos Minc como ministro convidado do Meio Ambiente - ele prefere deixar a batida final de martelo para uma conversa com o presidente Lula na segunda-feira em Brasília - e sua rápida, porém produtiva, passagem pelo secretariado de Sérgio Cabral no governo do Rio de Janeiro permitem uma aposta em mudanças positivas na administração de uma das mais difíceis áreas do governo federal. Tudo a depender da capacidade que terá Minc de superar obstáculos íngremes no governo e no PT, seu partido.

A primeira armadilha a ser superada pelo deputado estadual petista, com apenas 17 meses de experiência em funções executivas, é a que tenta relacionar sua escolha ao relaxamento das normas para concessão de licenciamentos ambientais. Sairia Marina Silva, a pedra no caminho do desenvolvimento nacional, substituída por Mine, uma espécie de adereço de mão apenas para fazer cena diante da necessidade de projetos do PAC e a agroindústria deslançarem sem amarras ambientais. Não interessa ao país essa troca, e Minc faz bem ao alertar que não servirá de "biombo verde de uma política predatória".

Ele deve, ainda, se preparar para incompreensões em torno da acertada bandeira da desburocratização, para dar velocidade à avaliação de projetos - seja para aprová-los ou rejeitá-los, sem manobras protelatórias como parece ter se tornado norma no Ibama. Sempre haverá quem o acuse, como ocorreu no Rio de Janeiro, de ser leniente e ter passado para o "outro lado". A burocracia tanto é "mãe da corrupção" como pode servir de instrumento de veto por motivação ideológica.

Há uma zona cinzenta de confusão sobre o papel dos organismos ambientais: eles existem para sempre barrar todo e qualquer projeto de risco ou, diante de investimentos cruciais para a sociedade, agir visando a minimizar danos e oferecer alternativas de menor custo ambiental? Realista, Minc, com a experiência de ter desburocratizado o setor no Rio de Janeiro e ajudado a aprovar em tempo recorde o Complexo Petroquímico do Rio (Coperj), projetado para Itaboraí, à beira da Baía de Guanabara, pergunta: "Como é que um governante vai dizer não para um investimento de R\$1 bilhão?" Ou a um projeto-chave para o país?

Obrigado a transitar numa faixa estreita entre governadores, políticos e madeireiros sem sensibilidade ambiental e ecologistas radicais ativos no PT, duas correntes com representantes no governo, Minc precisará contar com o respaldo de Lula para mudar o eixo do Ministério do Meio Ambiente, retirando-o da posição que se colocou, ou foi colocado, de um bunker verde instalado em Brasília, algumas vezes refratário à realidade.

Para começar, o presidente deve voltar atrás e deixar com o novo ministro a condução do Programa Amazônia Sustentável (PAS), assim como atender à

reivindicação de Minc de permitir a participação do ministério na formulação da política industrial e outras.

Entre tentativas de cooptação, de um lado, e, de outro, de "criminalização", Minc terá de provar que, assim como as origens amazônicas de Marina Silva não a descredenciavam a tratar da questão ambiental no país como um todo, sua história está longe de impedir que maneje de forma competente e realista o tema essencial da Amazônia.

Texto 17/05/2008

Apoio crucial

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ -rápida / produtiva passagem / mudanças positivas / uma das mais difíceis / obstáculos íngremes
b) 2§ - armadilha a ser superada / pedra no caminho do desenvolvimento nacional / adereço de mão / Minc faz bem em alertar
c) 3§ - acertada bandeira / manobras protelatórias
d) 4§ - zona cinzenta de confusão / Realista, Minc /
e) 5§ - sem sensibilidade ambiental / ecologistas radicais ativos / bunker verde / refratário à realidade
f) 7§ - de forma competente e realista / tema essencial
2 – Citação:
a) 2§ - “biombo verde de uma política predatória”
b) 4§ - “Como é que um governante vai dizer não para um investimento de R\$1 bilhão?”
3 – Aspas:
a) 3§ - “outro lado” / “mãe da corrupção”
b) 7§ - “criminalização”
4 – Dados numéricos:
a) 4§ - R\$1 bilhão.

5 – Exemplificação:
a) 3§ - “Sempre haverá quem o acuse, como ocorreu no Rio de Janeiro, de ser leniente e ter passado para o ‘outro lado”.
b) 4§ - “(...) com a experiência de ter desburocratizado o setor do Rio de Janeiro e ajudado a aprovar em tempo recorde o Complexo Petroquímico do Rio (Coperj), projetado para Itaboraí, à beira da Baía de Guanabara (...)”.
c) 7§ - “(...) assim como as origens amazônicas de Marina Silva não a descredenciavam a tratar da questão ambiental no país como um todo (...)”.
6 – Modalizadores:
a) 3§ - ele deve, ainda - deôntico
b) 3§ - parece ter se tornado – epistêmico quase-asseverativo
c) 3§ - sempre haverá - epistêmico asseverativo
d) 3§ - pode servir - deôntico
e) 5§ - precisará contar - deôntico
f) 6§ - deve voltar atrás - deôntico
g) 7§ - terá de provar - deôntico

Texto 17/05/2008

Apoio crucial

Em “Apoio crucial” o tema desenvolvido é a nova administração de Carlos Minc como ministro convidado do Meio Ambiente. O editorialista acredita na competência do ministro e aposta em mudanças positivas nesta administração, mas indica que Minc terá de enfrentar alguns obstáculos.

Para iniciar sua argumentação, são utilizados índices de avaliação (*rápida, porém produtiva passagem pelo secretariado / mudanças positivas*) que além de demonstrarem seu otimismo em relação à administração, contribuem para influenciar o leitor a construir uma imagem positiva sobre ela. O título expressa o item que será explorado pelo argumentador, o apoio do presidente ao novo ministro, e o motivo para isso é apresentado logo no primeiro parágrafo: os obstáculos que o ministro terá de enfrentar no governo e no PT.

50. (...) terá Minc de superar obstáculos íngremes no governo e no PT, seu partido.

E é exatamente isso que ele vai procurar indicar ao longo do texto.

Em seguida, no segundo parágrafo, ele faz uso da citação de Minc, para mostrar sua adesão ao que ele diz e para validar a competência do ministro diante de suas intenções administrativas.

51. Minc faz bem ao alertar que não servirá de ‘biombo verde de uma política predatória’.

Em continuação a sua argumentação, no terceiro parágrafo, o editorialista indica a incompreensão em torno da desburocratização, como um dos obstáculos que o ministro enfrentará, exemplificando com um caso ocorrido no Rio de Janeiro, em que o acusaram de ser leniente e de ter passado para o “outro lado”.

52. Sempre haverá quem o acuse, como ocorreu no Rio de Janeiro, de ser leniente e ter passado para o "outro lado".

Esse termo aspeado representa a voz daqueles que o acusaram. Porém, nesse exemplo, não é revelado quem exatamente o acusou e como se deu essa acusação (o que realmente foi dito e quais as circunstâncias em que aconteceu tal fato). Ou o autor pressupõe que o leitor saiba o que aconteceu ou não é interessante para ele descrever o fato para fins persuasivos (a descrição com detalhes pode trazer algum prejuízo à sua argumentação). Algumas hipóteses, contudo, podem ser levantadas: a voz poderia ser do partido do novo ministro ou dos que compartilham a luta em prol do meio ambiente. De qualquer forma, em se tratando de surtir efeito de veracidade, o exemplo deixa a desejar, já que não são explicitados todos os dados referentes ao mesmo. E como afirma Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) “*o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir estatuto de fato*”.

No quarto parágrafo, ele lança mão novamente da exemplificação e da citação. A exemplificação, mais uma vez, é usada a fim de confirmar a competência do ministro Carlos Minc. É relatada uma atuação do ministro na qual ele promove a desburocratização de um importante projeto. Este exemplo auxilia na preparação da citação, que vem logo a seguir.

53. Realista, Minc, com a experiência de ter desburocratizado o setor no Rio de Janeiro e ajudado a aprovar em tempo recorde o Complexo Petroquímico do Rio (Coperj), projetado para Itaboraí, à beira da Baía de Guanabara, pergunta: "Como é que um governante vai dizer não para um investimento de R\$ 1 bilhão?"

A estratégia da citação serve para mostrar a adesão do autor ao que foi dito pelo ministro e para apontar que Minc possui coerência no que diz respeito a projetos que visam o desenvolvimento nacional. Tanto a exemplificação quanto a citação fazem contraposição à administração da ex-ministra Marina Silva, que é avaliada pelo autor, no segundo parágrafo, como “pedra no caminho do desenvolvimento nacional”.

Enfim, basicamente, as estratégias que se mostraram mais ativas na argumentação do editorialista foram a seleção lexical, as citações e as exemplificações. Estas contribuíram para o autor poder comprovar sua tese e persuadirem o leitor de que, mesmo em meio a alguns obstáculos, o ministro Minc oferece boas perspectivas de crédito em relação à administração da Secretaria do Meio Ambiente.

Texto 11

Sábado, 21 de junho de 2008.

Limpeza ética

O aceso e crucial debate sobre a fundamentação legal que têm ou não os magistrados da Justiça eleitoral para negar o registro à candidatura de pessoas de ficha suja, mesmo sem condenação em última instância, não é uma polêmica menor em torno de tecnicidades jurídicas. Muito longe disso, trata-se de uma questão de interesse da sociedade, pois tem a ver com o baixo nível ético a que atingiu a vida político-parlamentar - em grande medida por falta de filtros eficientes para barrar a corrida de criminosos de vários matizes em busca de votos que os coloquem sob a proteção da imunidade parlamentar.

Encontro realizado no Rio entre os presidentes dos 26 tribunais regionais eleitorais, encerrado ontem, teve um desfecho positivo, com o compromisso unânime de examinarem com rigor as fichas dos aspirantes a candidatos. Diante do recuo na idéia de a Justiça eleitoral divulgar previamente a ficha dos candidatos - o que poderia ser usado pelos bem remunerados advogados dessa turma como indício de prejulgamento -, é o mínimo que se deve esperar dos tribunais regionais.

Em recente consulta feita pelo TRE da Paraíba, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu que vale o preceito constitucional da presunção da inocência até haver sentença final. Ou seja, fica tudo como está. Como bem comparou no Rio o desembargador Cláudio Santos, do TRE do Rio Grande do Norte, por esse princípio, Fernandinho Beira-Mar - ainda sem julgamento definitivo - pode obter registro para tentar a vida numa Casa legislativa. Mas a decisão do TSE não foi pacífica - o pleno se dividiu, com o placar de 4 a 3 -, e nem se tratou de um veredicto que forçosamente deve ser seguido pelos TREs. Afinal, há argumentos também com base na Constituição que lastreiam uma ação mais firme dos TREs a favor da ética na política.

O próprio presidente do TSE, ministro Ayres Britto, é defensor da existência desse filtro nos TREs, por entender que a presunção da inocência é válida para a área penal, enquanto na Justiça eleitoral deve valer o padrão ético do político, independentemente de sentenças. Há suporte constitucional para isso.

Os partidos ajudarão muito se eles próprios começarem a barrar os filiados ficha-suja. Mas é importante que o TSE siga a posição dos tribunais regionais.

Texto 21/06/2008

Limpeza Ética

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - aceso e crucial debate / não é uma polêmica menor / muito longe disso / baixo nível ético / em grande medida / filtros eficiente
b) 2§ - desfecho positivo / é o mínimo que se deve esperar
c) 3§ - bem comparou / não foi pacífica / forçosamente
d) 5§ - ajudarão muito
2 – Citação:
a) 3§ - “(...) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu que vale o preceito constitucional da presunção da inocência até haver sentença final”.
3 – Recurso de autoridade:
a) 3§ - “Como bem comparou no Rio o desembargador Cláudio Santos, do TRE de Rio Grande do Norte, por esse princípio, Fernandinho Beira-Mar – ainda sem julgamento definitivo – pode obter registro para tentar a vida numa Casa legislativa”.
b) 4§ - “O próprio presidente do TSE, ministro Ayres Britto, é defensor da existência desse filtro nos TREs, por entender que a presunção da inocência é válida para a área penal, enquanto na Justiça eleitoral deve valer o padrão ético político, independentemente de sentenças”.

4 - Exemplificação:
a) 3§ - “por esse princípio, Fernandinho Beira-Mar – ainda sem julgamento definitivo – pode obter registro para tentar a vida numa Casa legislativa”.
5 - Concessão:
b) 5§ - “Os partidos ajudarão muito se eles próprios começarem a barrar os filiados ficha-suja. Mas é importante que o TSE siga a posição dos tribunais regionais”.
6 – Modalizadores:
a) 2§ - o que poderia ser usado – deôntico (no campo da permissão)
b) 2§ - que se deve esperar - deôntico
c) 3§ - pode obter registro – deôntico (no campo da permissão)
d) 3§ -deve ser seguido - deôntico
e) 4§ - deve valer - deôntico

Texto 21/06/2008

Limpeza Ética

O texto traz como proposta de discussão a lei que proporciona aos magistrados da Justiça eleitoral o direito de negar o registro de pessoas de ficha suja à candidatura, mesmo que estas não tenham sido condenadas ainda em última instância. O editorialista toma a posição a favor desta lei, pois acredita que ela será um filtro eficiente para barrar a candidatura de muitos criminosos de vários matizes.

As estratégias que mais se destacaram na argumentação do autor foram a citação, os recursos de autoridade e a exemplificação dada por um desses recursos.

A citação do TSE, apresentada pelo argumentador no terceiro parágrafo é inserida a fim de mostrar a contra argumentação à sua tese pelo Tribunal Superior Eleitoral. Esta citação, na verdade, representa a possível objeção de todos aqueles que se opõem à lei em questão, os quais se baseiam no preceito constitucional da presunção da inocência.

54. (...) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu que vale o preceito constitucional da presunção da inocência até haver sentença final.

O editorialista cita essa contra argumentação para em seguida invalidá-la, a partir da exemplificação advinda de um recurso de autoridade.

55. Como bem comparou no Rio o desembargador Cláudio Santos, do TRE de Rio Grande do Norte, **por esse princípio, Fernandinho Beira-Mar – ainda sem julgamento definitivo – pode obter registro para tentar a vida numa Casa legislativa.**
(Grifo nosso)

A autoridade evocada tem competência na área de debate, já que se trata de um desembargador do TRE e, portanto, o que disser deve ser levado em consideração. A exemplificação trazida por esta autoridade é tão forte, que chega a se tornar irônica: ele afirma que por este preceito constitucional da presunção da inocência, um dos maiores criminosos do Brasil (Fernandinho Beira-Mar) pode concorrer à Casa Legislativa. Embora este exemplo pareça absurdo, no que diz respeito à persuasão, é de grande validade, já que desperta no leitor um sentimento de repudia em face do apresentado.

No quarto parágrafo, há a presença de outro recurso de autoridade.

56. O próprio presidente do TSE, ministro Ayres Britto, é defensor da existência desse filtro nos TREs, por entender que a presunção da inocência é válida para a área penal, enquanto na Justiça eleitoral deve valer o padrão ético político, independentemente de sentenças.

Esta autoridade além de ter competência para discorrer sobre o assunto, goza ainda de mais prestígio que a anterior, já que é a pessoa de maior influência na esfera da justiça eleitoral. Ela também atua na desconstrução da contra argumentação que se apóia no preceito constitucional da presunção da inocência. Desta forma, a posição adotada por esta autoridade contribui para dar maior sustentação à tese defendida pelo argumentador.

Enfim, estas estratégias, articuladas no texto, trabalham no sentido de consolidar e dar credibilidade à opinião do editorialista, de modo que o leitor não se sinta propenso a contestar a argumentação do autor.

Texto 12

Domingo, 22 de junho de 2008.

Serviço completo

Um consenso estratégico na sociedade brasileira cuja construção está em fase avançada é sobre a importância-chave da educação para o futuro do país. Em qualquer tendência ideológica, não há quem discorde de que, sem uma população com padrões aceitáveis de instrução, nenhuma nação irá muito longe neste mundo hipercompetitivo, em que o conhecimento é a chave que dá acesso ao caminho do desenvolvimento sustentado, com o mínimo possível de desequilíbrios sociais.

Mas não é a única. Ao ser entrevistado pelo GLOBO em maio, quando veio ao Rio para participar do Fórum Nacional, organizado pelo ex-ministro Reis Velloso, o Prêmio Nobel em economia de 2006, o americano Edmund Phelps, alertou: investir em educação não supera o ciclo de subdesenvolvimento se não houver um ambiente na sociedade propício à inovação e ao empreendedorismo.

Na década de 70, quando o Japão parecia próximo de ultrapassar os Estados Unidos em tecnologia, produtividade etc., muitas profecias foram feitas, todas sobre o ocaso do "império americano". Nenhuma se confirmou. Estudos posteriores identificaram a causa. Mesmo com uma estrutura de ensino básico e médio em crise, os Estados Unidos tinham um trunfo decisivo naquela competição com o Japão: uma atmosfera institucional de forte estímulo à criatividade e inovação empresariais.

Mais uma lição para o Brasil. Pois, se para desatar o nó de um sistema de educação básica próximo à falência alguns passos têm sido dados - como o lançamento do PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação -, o ambiente para negócios e o empreendedorismo continua de muito baixa oxigenação.

A carga tributária é a maior do mundo entre os emergentes (36% do PIB, e em ascensão segundo os últimos dados), a burocracia imposta pelo fisco e demais repartições públicas continua a absorver horas importantes de trabalho nas empresas, a legislação trabalhista é retrógrada, há insegurança jurídica diante da tendência de certa corrente de magistrados de procurar fazer justiça social em vez de cumprir a lei, e assim por diante.

Ao lado do consenso em torno da educação, está na hora de se sedimentar outro, sobre as amarras que sabotam a criatividade empreendedora, desestimula o surgimento de empresas na esfera formal e impede a construção das bases de uma economia mais forte e diversificada, para absorver uma força de trabalho mais bem preparada.

Texto 22/06/2008

Serviço completo

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - consenso estratégico / nesse mundo hipercompetitivo
b) 3§ - horas importantes
c) 5§ - legislação trabalhista é retrógrada / insegurança jurídica
d) 6§ - economia mais forte e diversificada / mais bem preparada
2 – Recurso de autoridade:
a) 2§ - “(...) o Prêmio Nobel em economia de 2006, o americano Edmund Phelps, alertou: investir em educação não supera o ciclo de subdesenvolvimento se não houver um ambiente na sociedade propício à inovação e ao empreendedorismo”.
3 - Porcentagem/estatística/dados numéricos:
a) 5§ - 36% do PIB
4 – Aspas:
a) 3§ - “império americano”
5 - Exemplificação:
a) 3§ - “Na década de 70, quando o Japão parecia próximo de ultrapassar os Estados Unidos em tecnologia, produtividade etc., muitas profecias foram feitas, todas sobre o ocaso do "império americano". Nenhuma se confirmou. Estudos posteriores identificaram a causa. Mesmo com uma estrutura de ensino básico e médio em crise, os Estados Unidos tinham um trunfo decisivo naquela competição com o Japão: uma atmosfera institucional de forte estímulo à criatividade e inovação empresariais.”

b) 4§ - “(...) como o lançamento do PDE, Plano de desenvolvimento de Educação (...)”
6 - Concessão:
a) 2§ - “(...) em que o conhecimento é a chave que dá acesso ao caminho do desenvolvimento sustentado, com o mínimo possível de desequilíbrios sociais. Mas não é a única.”
b)3§ - “Mesmo com uma estrutura de ensino básico e médio em crise, os Estados Unidos tinham um trunfo decisivo (...)”.
7 – Modalizadores:
a) 1§ - não há quem discorde – epistêmico asseverativo
b) 3§ - parecia próximo – epistêmico quase-asseverativo

Texto 22/06/2008

Serviço completo

Este editorial traz como proposta de discussão a importância do investimento na área do empreendedorismo em concomitância à área de educação, como solução para se chegar ao caminho do desenvolvimento do país. O argumentador mostra adesão a essa proposta, defendendo-a como sua tese.

Dentre as estratégias utilizadas pelo argumentador, as que mais se mostraram eficazes foram o recurso de autoridade, a exemplificação e, em menor grau de importância, a porcentagem.

O primeiro período do parágrafo que inicia o texto é repleto de expressões e palavras que procuram evocar determinada imagem: “consenso estratégico”, “fase avançada”, “importância-chave” e “futuro do país”. É a visão pragmática do “winner”, imagem muito desenvolvida nos países com uma política neoliberal. No meio do período, mais para o fim, encontra-se o que é destaque para o argumentador: a “educação”.

O redator tece sua linha argumentativa iniciando com o que foi exposto anteriormente e desenvolve uma imagem, quase que incontestável sobre a educação. Isto é percebido através de termos como: “Um consenso estratégico”, “Em qualquer tendência ideológica”, “não há quem discorde”. É importante notar esses dois movimentos iniciais: o primeiro descrito no parágrafo anterior deste texto e este segundo, pois há um forte direcionamento e até uma certa imposição no sentido de impossibilitar o leitor, desde o início, a negar ou a criticar aquilo que o argumentador expõe. E quem em sua consciência questionaria a importância da educação? Quanto mais olhando para o Brasil. É possível, todavia, substituir a importância da educação pelo alimento, por exemplo, num país com problemas nessa área, ou mesmo pela ética, visto que ambos, assim como a educação,

podem impedir o avanço de uma sociedade. Saúde, habitação, infra-estrutura, a lista é grande.

Nos parágrafos que se seguem, o segundo e o terceiro, o autor usa a estratégia do recurso da autoridade e da exemplificação para reforçar sua argumentação. O recurso de autoridade aparece para confirmar sua tese da importância do investimento no empreendedorismo.

57. (...) o Prêmio Nobel em economia de 2006, o americano Edmund Phelps, alertou: investir em educação não supera o ciclo de subdesenvolvimento se não houver um ambiente na sociedade propício à inovação e ao empreendedorismo.

Como se percebe, antes de introduzir a citação da autoridade evocada, o editorialista dá destaque à qualificação desta autoridade (“o Prêmio Nobel em economia”), para obter maior efeito persuasivo sobre o leitor, pois como afirma Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 p.351) *quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras*”.

Continuando e reforçando a linha argumentativa, o editorialista, por meio da estratégia da exemplificação, apresenta, no terceiro parágrafo, a situação de competitividade que aconteceu na década de 70 entre Japão e Estados Unidos.

58. Na década de 70, quando o Japão parecia próximo de ultrapassar os Estados Unidos em tecnologia, produtividade etc., muitas profecias foram feitas, todas sobre o ocaso do "império americano". Nenhuma se confirmou. Estudos posteriores identificaram a causa. Mesmo com uma estrutura de ensino básico e médio em crise, os Estados Unidos tinham um trunfo decisivo naquela competição com o Japão: uma atmosfera institucional de forte estímulo à criatividade e inovação empresariais.

Como se percebe, os EUA na descrição do exemplo, consegue se sobrepôr justamente por dispor de uma atmosfera institucional de forte estímulo à criatividade e inovação empresariais. A conduta deste país, no exemplo dado, é introduzida com o objetivo de cumprir o papel de *modelo* do qual trata Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005): aqueles que gozam de prestígio e incentivam a imitação.

E no quarto parágrafo, o argumentador mostra explicitamente porque tudo fora exposto até então: “Mais uma lição para o Brasil”. É, pois, este o projeto do autor: apresentar um modelo para ser guia do Brasil. Aí talvez resida um equívoco: negam-se os contextos históricos e sociais dos países apresentados.

No quinto parágrafo, com o intuito de mostrar que realmente o país precisa de estímulo na área empresarial ele traz a imagem da situação que se tem hoje em relação ao empreendedorismo.

59. A carga tributária é a maior do mundo entre os emergentes (36% do PIB, e em ascensão segundo os últimos dados), a burocracia imposta pelo fisco e demais repartições públicas continua a absorver horas importantes de trabalho nas empresas, a legislação trabalhista é retrógrada, há insegurança jurídica diante da tendência de certa corrente de magistrados de procurar fazer justiça social em vez de cumprir a lei, e assim por diante.

Como observado, faz-se o uso da porcentagem do PIB que, juntamente com os outros motivos levantados pelo argumentador, agem no sentido de mostrar que a área de empreendedorismo no Brasil, atualmente, enfrenta muitas dificuldades que desestimulam o surgimento de empresas na esfera formal e sabotam a criatividade empreendedora.

Enfim, através do testemunho de uma autoridade competente, do exemplo das ações de uma grande potência e da imagem da situação empresarial que se tem hoje do Brasil, o argumentador defende seu ponto de vista tendo como propósito conseguir a adesão do leitor.

A análise do *corpus* que compõe esta pesquisa leva a entender que a tese defendida em cada editorial é a representação da ideologia adotada pelo jornal, seus pensamentos, sua visão de mundo e sua posição política. As análises feitas ratificam esta afirmação. Portanto, esta constatação não é surpreendente. Afinal é esta a função de um editorial: ser a voz, manifestar a opinião do jornal que representa. Por essa razão, é possível afirmar que, em prol da sua tese, o argumentador lança mão de estratégias que podem gerar, inverter ou camuflar a realidade com o fim de amparar, ou mesmo, propagar as idéias defendidas nos textos.

A posição política da instituição que publica os editoriais “transpira” nos textos analisados, quer nas estratégias utilizadas, quer na forma de organização discursiva dos textos. Por exemplo, a análise do *corpus* permite afirmar que há um posicionamento contra o governo federal vigente, mais ainda, contra o partido ao qual pertence o Presidente da República, pois a maioria dos editoriais que dizem respeito às questões pertinentes ao nosso país, de alguma forma, “alfinetaram” o governo ou o seu partido, o PT. A exemplo, têm-se os editoriais *Poderia ser melhor* (p.63) e *Abrir a caixa preta* (p.96).

Enfim, mais uma vez, faz-se necessário lembrar que não é objetivo deste trabalho analisar a argumentação do jornal escolhido como fonte, nem tampouco aderir ou criticar a posição adotada por ele. A análise tem o propósito de mostrar que o discurso empregado nos editoriais é, sobretudo, uma tentativa de influir sobre o outro a partir das suas construções do real e juízos acerca dele. Isso porque o discurso é uma ação verbal dotada de intencionalidade e, por isso, não são gratuitas as estratégias empregadas em cada editorial.

Sendo assim, ratifica-se que é falsa a idéia de neutralidade do discurso e que as estratégias de persuasão e de convencimento serão utilizadas, a partir do elenco de recursos à disposição do produtor do texto. Por outro lado, não se pode esquecer do leitor. Este, também, pode criar suas “defesas”, ao entender o que está sendo dito. Por essa razão, o leitor deve encarar o processamento da leitura não como uma decodificação, mas como aquele que se realiza por

questionamentos, na relativização de algumas “verdades” que se legitimam pelo simples fato de serem veiculadas, no caso dos editoriais, por uma imprensa que, na verdade, acaba por veicular um discurso que subjaz uma ideologia, como todo discurso, aliás.

Como se pode perceber, as análises mostraram características de semelhanças no que tange ao uso das estratégias utilizadas, tornando-as recorrentes nos editoriais analisados, o que se avalia como positivo.

Entretanto, deve ser questionado se este representa um modelo padrão do jornal, o que pode, inclusive, constituir-se em um estilo, ou se o uso destas estratégias constrói, efetivamente, a caracterização de qualquer texto argumentativo, seja ele pertencente ao discurso jornalístico, ou científico, ou mesmo religioso, por exemplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo chegado à etapa final deste trabalho, a conclusão, cumpre remontar o objetivo com que se procurou direcioná-lo, ou seja, analisar quais estratégias são utilizadas em editoriais. Procurou se comprovar as hipóteses de que há estratégias específicas na produção argumentativa de editoriais, há uma contribuição de tais estratégias no propósito comunicativo do argumentador e o uso das estratégias atua na busca da persuasão do leitor.

Em resposta ao objetivo deste trabalho, observou-se, através da análise, que há uma recorrência das seguintes estratégias: a citação, o argumento de autoridade, as aspas, a seleção lexical (índices de avaliação e indicadores atitudinais, metáforas, termos semanticamente relacionados etc), as porcentagens, estatísticas e dados numéricos, as exemplificações, a concessão e os modalizadores. A reincidência no uso de tais estratégias comprovam a primeira hipótese levantada: há estratégias específicas na produção argumentativa de textos de editoriais. Porém, vale ressaltar que apesar de estas estratégias se mostrarem mais presentes nos textos analisados, não se descarta, aqui, a existência de outras estratégias das quais o editorialista pode fazer uso.

No que diz respeito à segunda hipótese, pode-se afirmar que houve uma contribuição no propósito comunicativo a partir do uso das estratégias argumentativas, a saber:

1 – a *seleção lexical* atuou, com maior intensidade, no sentido de revelar a posição adotada pelo argumentador, já que, na maioria das vezes, verificou-se o emprego de adjetivos e advérbios que transpareceram a avaliação do argumentador sobre um determinado aspecto. Esta estratégia também atuou no sentido de induzir o leitor a construir uma imagem, positiva ou negativa, conforme o desejado pelo autor, sobre pessoas, situações político-econômicas de países, ações de presidentes, etc;

2 – a estratégia da *citação*, em geral, aparece ora como alvo de crítica, ora como alvo de adesão. Neste último, em geral, constituiu-se um argumento de autoridade. Vale ressaltar que as citações, por vezes, não foram introduzidas no texto pelo autor, houve somente um comentário sobre elas, o interlocutor não ficou sabendo o que realmente foi dito por aquele que foi citado. Outras vezes apareceram na forma de discurso direto, mas com supressões, revelando que houve a interferência do autor naquilo que foi dito. Nesta interferência, o argumentador pode ter manipulado tal estratégia em favor da sua argumentação, o que não deve ser entendido como algo absolutamente negativo, considerando as intenções discursivas do produtor do texto e ratificando a idéia de que estamos inseridos em um jogo de linguagem;

3 – o *recurso de autoridade* foi utilizado com o propósito de dar maior credibilidade à tese defendida pelo argumentador. Pode-se afirmar que as autoridades evocadas nos editoriais selecionados têm competência na área à qual fizeram referência. Esse recurso atuou como “escora” à argumentação do editorialista, informações provenientes de quem tem prestígio e, mais ainda, de quem tem competência impregnaram no discurso produzido pelo autor um peso considerável;

4 – as *aspas* apareceram com maior freqüência no *corpus* analisado, cumprindo duas funções: na primeira, elas atuaram no sentido de destacar marcas de ironia, que revelaram a crítica do autor sobre um determinado alvo. Na segunda, destacaram termos deslocados de citações, que, em grande maioria, eram trabalhados pelo argumentador no sentido de se evidenciar uma crítica a uma determinada declaração;

5 – a estratégia denominada de *porcentagem / estatística e dados numéricos* foi utilizada para dar maior sustentação à tese do editorialista e para transmitir mais segurança sobre o que foi dito pelo argumentador. Percebeu-se, porém, que, em algumas vezes, no uso desta estratégia, não foram citadas as fontes das quais foram extraídos tais dados. Para um leitor que tenha uma

posição oposta à do argumentador, isso poderá representar um bom motivo para vir a questionar a tese em defesa;

6 – a *exemplificação* foi trabalhada ora como elemento comprobatório da argumentação do editorialista, ora como objeto de comparação. No primeiro caso, os exemplos apresentados serviram como elementos ratificadores do que era proposto pelo argumentador. Já no segundo caso, os exemplos cumpriram, na maior parte das vezes, nos editoriais analisados, o papel do modelo ou do anti-modelo do qual trata Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), atuando como guias de conduta;

7 – pela estratégia da *concessão*, o argumentador, em diversas vezes, admitiu a tese contrária à dele, para em seguida avançar na sua argumentação, com a idéia que realmente contemplava. Esse processo agiu no sentido de tornar a argumentação do editorialista mais consubstanciada para o leitor, visto que os argumentos contrários, foram, aparentemente, levados em consideração;

8 – por meio dos *modalizadores*, o argumentador decidiu qual tom dar ao seu discurso. Pelo uso dos modalizadores *deônticos* percebeu-se um discurso mais firme, mais imperativo. O uso dos *epistêmicos asseverativos* contribuíram para transparecer o discurso do argumentador como algo certo, indubitável. Já os *epistêmicos quase-asseverativos* foram utilizados em textos cuja argumentação era pautada em possibilidades ou para introduzir no texto uma argumentação mais branda, menos autoritária como nos casos em que se usou mais os modalizadores *deônticos*. Os *epistêmicos delimitadores* não trouxeram grandes representações a este estudo.

Em relação à terceira hipótese, pode-se concluir que tais estratégias atuaram, em sua maioria, como solidificadores da argumentação do editorialista, e, portanto, contribuíram para a construção do efeito de verdade que leva o leitor, se não a aderir, ao menos, a refletir sobre o que foi dito pelo editorialista.

No que diz respeito aos temas abordados pelos editoriais, percebeu-se uma maior freqüência de enfoques voltados para um cenário político, administrativo e econômico do país. No que tange às funções das estratégias,

pode se concluir que a oscilação dos temas, tanto em relação às questões que se referem ao Brasil, quanto àquelas que se referiram as questões internacionais, não interferiu na escolha das estratégias e nem na contribuição desempenhada por elas. O efeito argumentativo produzido por tais estratégias foi o mesmo.

A partir deste estudo, visa-se a contribuir com o desenvolvimento de uma visão crítico-reflexiva da leitura de textos argumentativos, evitando assim uma abordagem passiva por parte dos leitores. É válido observar e examinar como, na materialidade da linguagem, os argumentos são apresentados, a fim de mover uma idéia e de gerar entendimentos. O exercício da leitura é, ou deveria ser, um exercício crítico e para fazê-lo não é possível aceitar o posto, porque aí não é argumentação. É imposição. Talvez, esta imposição do ponto de vista defendido seja a tônica maior dos editoriais.

Por essa razão, o interlocutor deve se conscientizar de que

- a) em relação aos textos de editoriais, é preciso lembrar que tais textos são de cunho opinativo e, portanto, o que for dito estará de acordo com a linha de pensamento daquele que escreve e de quem ele representa, aquilo que julgam ser o certo e que segue seu viés ideológico, político e cultural. Logo, a mensagem transmitida pelo texto é algo que permite contestação;
- b) Na construção de uma argumentação, o autor tentará sempre persuadir o interlocutor a adotar sua tese. Para tanto, o argumentador fará uso de estratégias que comprovem seu ponto de vista, de modo que o leitor se sinta convencido;
- c) No uso destas estratégias, o argumentador poderá interferir nas informações que ele apresenta no texto, em prol da sua tese. Cabe ao leitor saber identificar se o que foi exposto pelo autor sofreu interferências do mesmo ou se, ainda, dados foram omitidos.

Por outro lado, espera-se, aqui, ter fornecido informações que auxiliem aqueles que se prestarão a desenvolver textos argumentativos a transformar seus textos em algo que ofereça mais confiabilidade ao leitor sobre o que foi discutido, de maneira a atingir uma maior persuasão no texto produzido.

A partir deste estudo, lança-se uma questão para futuras análises: a recorrência das estratégias apontadas neste trabalho constitui uma característica de editoriais, um estilo adotado por um jornal ou pode-se dizer que o uso estas estratégias é uma marca em textos argumentativos de qualquer ordem?

Enfim, a análise realizada nos textos apresentados é somente uma possibilidade de leitura: é uma produção, portanto, que não se finaliza e pode ser alvo de inúmeras discussões. Todas as questões aqui levantadas foram uma contribuição para os estudos de nossa língua. Considera-se que esta análise representa, apenas, uma parte das possibilidades que o tema escolhido oferece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. 12 ed. São Paulo: Ática, 2006.
- ADAMZIK, K. *Textsorten - Texttypologie*. Eine Kommentierte Bibliographie. Münster: Nodus Publikationen, 1997.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1958. (Clássicos de bolso).
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica : História da Imprensa Brasileira*. V. 1, 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Jornal, História e Técnica: As Técnicas do Jornalismo*. V. 2, 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Michail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CÂMARA JR., J. Matoso. *Manual de Expressão oral e escrita*. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1961.
- _____. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CASTILHO, Ataliba T.; CASTILHO, Célia M. M. Advérbio Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado*. V. 2, 4 ed (rev) Campinas: UNICAMP, 2002. p. 199-243.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____.; TODOROV, T. *Dicionário Enciclopédico das ciências da linguagem*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva. 1998.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

GARCIA, Luiz. *Manual de Redação e Estilo*. 9 ed. São Paulo: Globo, 1992.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 11 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

GUIMARÃES, E. R. J. Algumas considerações sobre a conjunção embora. In: *Português: estudos lingüísticos*. Minas Gerais, Revista das Faculdades Integradas Uberaba, p. 86-94.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

KOCH, Ingedore. *A inter-ação pela linguagem*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. *Argumentação e Linguagem*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Desvendando os Segredos do Texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOCKE, Jonh. *Essay Concerning Human Understanding*. Londres: Routledge, 1894.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos da Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Fenômenos da Linguagem: Reflexões Semânticas e Discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora (org). *Gêneros Textuais & Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.19-36.

MÁXIMO, João et al. *O Globo: 70 de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. 5. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991, (Série Os Pensadores, V. 18).

NEVES, Maria Helena de Moura. A Modalidade. In: KOCH, Ingedore V. (org.). *Gramática do português falado*. V. 6. 2 ed. (rev) Campinas: UNICAMP, 2002. p. 199-243.

NOBRE, Mônica Maria Rio & RODRIGUES, Violeta Virgínia. Minha mãe, quando eu era criança: dissertação? In: ANDRADE, Gisele Gama & RABELO, Mauro Luiz (org). *A produção de textos no ENEM: desafios e conquistas*. V. 1. Brasília: UNB. 2007. p. 131-144.

OLIVEIRA Helênio Fonseca de. Concessão e produção de textos. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita & MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Espaços e interfaces da lingüística e da lingüística aplicada*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 89-96. (*Cadernos Didáticos/UFRJ*; 17)

_____. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard *et alii*, Eds. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt, TFM, 2000. p. 173-190.

REALE, Giovanni. *O Saber dos Antigos: terapia para os dias atuais*. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 1999.

TEDESCO, Maria Teresa Vilar do Abreu. Considerações sobre o texto argumentativo. In: ANDRADE, Gisele Gama & RABELO, Mauro Luiz (org). *A produção de Textos no ENEM*. Brasília: UNB. 2007. p. 79-90. (*Desafios e conquistas*. V. 1)

_____. *O processo de referência e a construção do texto argumentativo*. 2002. 210 f. Tese de Doutorado. Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

VAN DIJK, T. A. 1990. *La Noticia como Discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Paidós Comunicacción.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PROPMARK. 2008 Propaganda & Marketing. Descreve as 40 empresas premiadas com o "Marketing Best" na Edição Especial de 20 anos. Disponível em: <http://www.propmark.com.br/publico/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=propmark&infolid=46318&query=simple&search_by_authname=all&search_by_field=tax&search_by_headline=false&search_by_keywords=any&search_by_priority=all&search_by_section=all&search_by_state=all&search_text_options=all&sid=9&text=marketing+best>. Acesso em: 24/OUT/2008.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1996.

ANEXOS

SUMÁRIO DOS TEXTOS EM ANEXO

NÚMERO	DATA	TÍTULO	Página
13	11/01/08	USO DA MÁQUINA	143
14	14/01/08	PRESENÇA DE ESTADO	146
15	13/02/08	ARMAS E PURGAÇÃO	149
16	28/02/08	BUSCAR ALTERNATIVAS	152
17	22/03/08	CAOS ANUNCIADO	155
18	07/03/08	NÃO À TIMIDEZ	158
19	11/04/08	INCÔMODA PRESSÃO	161
20	19/04/08	BOAS AÇÕES	164
21	10/05/08	UM BOM PROJETO	167
22	27/05/08	VELHO OESTE	171
23	07/06/08	REMÉDIO AMARGO	174
24	21/06/08	LIMPEZA ÉTICA	177

Texto 13

Sexta-feira, 11 Janeiro de 2008.

Uso da Máquina

A setenta e duas horas da virada do ano, o governo baixou medida provisória para garantir um substancial aumento de recursos para o Bolsa Família em 2008 e estendê-lo a 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos.

Seria apenas um ato administrativo não fosse o fato de no dia primeiro entrar em vigor uma legislação aprovada no Congresso em 2006 que tornou mais rígidas as limitações para o administrador público em ano eleitoral.

Desde 1997, eram vetadas a criação e a ampliação de programas sociais em período de eleição, mas apenas no último trimestre que antecedia as urnas. Agora, a medida vale desde o primeiro dia do ano do pleito.

A MP de 28 de dezembro tem, portanto, a óbvia intenção de contornar esse obstáculo. Por isso, atraiu críticas da oposição e um comentário incisivo de Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo:

A lei tem por princípio impedir medidas eleitoreiras, e pouco importa se elas são tomadas a três meses da eleição ou antes. (...) se houver a criação ou potencialização de programas (sociais) já existentes, deve haver punição.

Os indícios de intenções eleitoreiras estão nos números e no calendário: o orçamento do Bolsa Família foi ampliado de R\$8,6 bilhões para R\$10,4 bilhões, um acréscimo de 20,9%, parte dos quais devido à incorporação de 1,7 milhão de jovens, do ProJovem, incluído na MP porque o projeto de lei de criação de mais esse guichê assistencialista encaixara no Congresso. Os benefícios em si do Bolsa Família foram aumentados em 18,2%.

Pode-se argumentar que o reajuste é generoso apenas na aparência, pois os valores estavam congelados. Mas, então, por que fazê-lo agora, depois de o governo ter sido derrotado na CPMF e ser, por isso, forçado a executar um ajuste fiscal?

A relação com as eleições municipais é incontornável. Até porque, como os prefeitos têm relação direta com o cadastro do programa, acenar do palanque com a revisão dos benefícios e sua ampliação para jovens será um trunfo de peso.

Para agir, a Justiça Eleitoral precisa ser acionada. Mas tudo indica que, se o for, não será pela oposição, temerosa de ser acusada de “inimiga do povo”.

É muito provável que na campanha dessas eleições municipais haja, como na anterior, demonstrações explícitas de uso espúrio da máquina. Resta confiar nos juízes e no Ministério Público Eleitoral.

Texto 11/01/2008

Uso da máquina

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - substancial aumento
b) 4§ - óbvia intenção / comentário incisivo
c) 7§ - reajuste é generoso
d) 8§ - é incontornável/ será um trunfo de peso
e) 9§ - temerosa
f) 10§ - demonstrações explícitas do uso espúrio da máquina
1.2. Recategorização:
a) 4§ - a nova legislação – esse obstáculo
b) 6§ - ProJovem - guichê assistencialista
2 – Recurso de autoridade:
a) 5§ - “A lei tem por princípio impedir medidas eleitoreiras, e pouco importa se elas são tomadas a três meses da eleição ou antes (...) se houver a criação ou potencialização de programas (sociais) já existentes, deve haver punição”.
3 – Porcentagem/ estatística/ dados numéricos:
a) 1§ - 1,7 milhão de jovens.
b) 6§ - R\$ 8,6 bilhões / R\$ 10,4 bilhões / 20,9% / 1,7 milhões / 18,2%

4 – As aspas:
a) 9§ - “inimiga do povo”
5 - Concessão:
a) 3§ - “Desde 1997, eram vetadas a criação e a ampliação de programas sociais em período de eleição, mas apenas no último trimestre que antecedia as urnas.”
b) 7§ - “Pode-se argumentar que o reajuste é generoso apenas na aparência, pois os valores estavam congelados. Mas, então, porque fazê-lo agora (...)”
c) 9§ - “Para agir, a Justiça Eleitoral precisa ser acionada. Mas tudo indica que, se o for, não será pela oposição, temerosa de ser acusada de “inimiga do povo”.
6 – Modalizadores:
a) 5§ - deve haver punição – deontico
b) 7§ - Pode-se argumentar – deontico
c) 7§ - apenas na aparência – epistêmico delimitador
d) 9§ - precisa ser acionada – deontico
e) 9§ - tudo indica – é muito provável / epistêmico quase-asseverativo
f) 10§ - É muito provável – epistêmico quase-asseverativo

Segunda-feira 14 Janeiro 2008

Presença do Estado

Embora ainda não tenha um balanço conclusivo da extensão das ações adotadas pelo governo estadual para combater a criminalidade no Rio, é inegável que ao longo do ano passado importantes passos foram dados para superar a força inercial que nos últimos tempos marcou o comportamento do estado em relação à violência.

A polícia passou a fazer intervenções pontuais em favelas dominadas pelo tráfico, uma das matrizes da violência no estado, procurando resgatar da influência dos criminosos aquelas áreas onde o poder público deixou de atuar, por omissão ou por ameaças das quadrilhas nelas acantonadas.

A opção por enfrentar os bandidos é decorrência de uma situação de fato: os índices de criminalidade tornaram-se assustadores, e a violência contaminou regiões do estado até então preservadas desse mal, ao menos em níveis tão alarmantes. O governo, em boa hora, aboliu os manuais de sociologia ligeira, que mais cabem em assembleias estudantis e palanques oportunistas, e passou a agir em defesa da sociedade.

Obviamente, o enfrentamento não é a única alternativa para a repressão ao crime. O combate à violência igualmente implica o recurso à inteligência, de modo a pontuar as operações policiais e, conseqüentemente, a otimizá-las. Isso ficou evidente nas ações em que, previamente, houve esse tipo de providência.

Não menos importante é o aprofundamento da política de cortar na própria carne – ou seja, a identificação e a punição dos policiais que vivem em promiscuidade com os criminosos. É inegável que a banda podre sofreu revezes, mas ainda há muito o que fazer para escoimar a corporação.

Houve, de fato, uma substancial mudança de postura do governo em relação à criminalidade. Mas às ações de enfrentamento deve se juntar também a adoção de programas sociais (saúde e educação, por exemplo) que contraponham à marginalidade a presença do Estado.

Programas sociais devem ser parte do plano de enfrentamento.

Texto 14/01/2008

Presença do Estado

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - importantes passos / força inercial
b) 3§ - tornaram-se assustadores / níveis tão alarmantes / em boa hora / sociologia ligeira / palanques oportunistas
c) 4§ - ficou evidente
d) 5§ - Não menos importante
e) 6§ - substancial mudança de postura
1.2. Recategorização:
a) 3§ - a violência - desse mal
b) 5§ - policiais que vivem em promiscuidade com criminosos - banda podre
1.3. Termos semanticamente relacionados:
a) 3§ - Violência <u>contaminou</u> / 3§ - <u>preservadas desse mal</u>
1.4. Metáfora
a) 5§ - Cortar na própria carne
b) Violência como doença
2 – Exemplificação:
a) 6§ - (saúde e educação, por exemplo)

3 - Concessão:
a) 1§ - “Embora ainda não se tenha um balanço conclusivo da extensão das ações adotadas pelo governo estadual para combater a criminalidade no Rio, é inegável que ao longo do ano passado importantes passos foram dados para superar a força inercial que nos últimos tempos marcou o comportamento do estado em relação à violência”.
b) 5§ - “É inegável que a banda pode sofrer revezes, mas ainda há muito o que fazer para escoimar a corporação”.
c) 6§ - “Houve, de fato, uma substancial mudança de postura do governo em relação à criminalidade. Mas às ações de enfrentamento deve se juntar também a adoção de programas sociais (saúde e educação, por exemplo) que contraponham à marginalidade a presença do Estado”.
4 – Modalizadores:
a) 1§ - é inegável – epistêmico asseverativo
b) 3§ - de fato - epistêmico asseverativo
c) 4§ - Obviamente - epistêmico asseverativo
d) 5§ - É inegável - epistêmico asseverativo
e) 6§ - de fato - epistêmico asseverativo
f) 6§ - deve se juntar – deôntico
g) 7§ - devem ser parte – deôntico

Texto 15

Quarta-feira, 13 de fevereiro de 2008.

Armas e purgação

Em meio a demonstrações de insubordinação na Polícia Militar, com tentativas de emparedamento do governo do Rio, e de mais uma denúncia, feita pela TV Globo no “Fantástico” de domingo, de que policiais civis são coniventes com mordomias de um chefe de quadrilha de assaltantes de caminhões de carga preso na Polinter, a Marinha anuncia a doação de 500 fuzis à polícia fluminense.

À primeira vista, as notícias podem não guardar relação direta. Mas a indisciplina na PM e a promiscuidade de policiais com criminosos são metástases de um mesmo tumor que corrói a credibilidade dos organismos de segurança do estado.

A afronta de oficiais da PM à autoridade do governador Sérgio Cabral abre caminho para a anarquia, justamente numa corporação armada para assegurar, como pilar constitucional, a legitimidade de um governo eleito. No que respeita à corrupção que carcome as polícias, trata-se de doença grave já devidamente diagnosticada, mas contra a qual os antídotos até aqui empregados têm sido insuficientes.

São, portanto, dois vieses de um único problema – a crise moral das polícias fluminenses, potencializada pela banda podre da corporação e, mais recentemente, pelo desafio da oficialidade da PM ao princípio da hierarquia.

Diante de tal quadro, é justificável que o anúncio da doação de fuzis da Armada à polícia fluminense, conquanto deva ser vista essencialmente como um fator positivo na batalha da sociedade contra o tráfico de drogas, encerre também uma ponta de preocupação.

Os organismos de segurança precisam estar bem equipados. Adicionalmente, seus agentes devem receber remuneração condizente com a importância da missão que cumprem. Mas, paralelamente ao reforço do arsenal policial, devem ser adotadas ações ainda mais enfáticas, inequívocas e exemplares de purgação dos focos de banditismo dentro das corporações.

Sob pena de, assim como aconteceu em 1996, quando fuzis doados pelo Exército à Secretaria de Segurança foram parar nas mãos de traficantes, também as novas armas virem a ser empregadas não para preservar a segurança da sociedade, mas para reforçar o poder de fogo das quadrilhas que aterrorizam a população.

São urgentes ações duras contra o banditismo nas polícias.

13/02/08

Armas e purgação

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - demonstrações de insubordinação
b) 2§ - a indisciplina na PM / são metástases
c) 3§ - trata-se de doença grave / têm sido insuficientes
d) 4§ - banda podre da corporação
e) 5§ - é justificável
f) 6§ - bem equipados / remuneração condizente com a missão / ações mais enfáticas / inequívocas e exemplares
g) 8§ - são urgentes / ações duras
1.2. Metáfora:
a) 2§ - são metástases de um mesmo tumor / trata-se de doença grave já devidamente diagnosticada (...) os antídotos até aqui empregados têm sido insuficientes.
1.3. Termos semanticamente relacionados:
a) 2§ Metástases / 2§ tumor / 2§ corrói / 2§ organismos / 3§ doença grave / 3§ diagnosticada / 3§ antídotos / 6§ purgação.
2 – Citação
a) 1§ - (...) a Marinha anuncia a doação de 500 fuzis à polícia fluminense.

3 – Exemplificação:
a) 7§ - “(...) assim como aconteceu em 1996, quando fuzis doados pelo exército à Secretaria de Segurança foram parar nas mãos de traficantes (...)”
4 - Concessão:
a) 2§ - “À primeira vista, as notícias podem não guardar relação direta. À primeira vista, as notícias podem não guardar relação direta. Mas a indisciplina na PM e a promiscuidade de policiais (...)”
b)3§ - “No que respeita à corrupção que carcome as polícias, trata-se de doença grave já devidamente diagnosticada, mas contra qual os antídotos até aqui empregados têm sido insuficientes”.
c) 6§ - “Os organismos de segurança precisam estar bem equipados. Adicionalmente, seus agentes devem receber remuneração condizente com a importância da missão que cumprem. Adicionalmente, seus agentes devem receber remuneração condizente com a importância da missão que cumprem. Mas, paralelamente ao reforço do arsenal policial, devem ser adotadas ações ainda mais enfáticas, inequívocas e exemplares de purgação dos focos de banditismo dentro das corporações”.
d) 7§ - “(...) também as novas armas virem a ser empregadas não para preservar a segurança da sociedade, mas para reforçar o poder de fogo das quadrilhas que aterrorizam a população”.
5 – Modalizadores:
a) 2§ - podem não guardar – deôntico (no campo da autorização)
b) 6§ - precisam estar – deôntico
c) 6§ - devem receber – deôntico
d) 6§ - devem ser adotadas - deôntico
e) 7§ - são urgentes – (são necessárias, têm que ser feitas) deôntico

Texto 16

Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2008.

Buscar alternativa

Adiada da semana passada para esta, por causa de uma manifestação violenta organizada por madeireiros de Tailândia, a Operação Arco de Fogo começou segunda-feira na cidade, com uma demonstração de poderio policial e militar, como convinha. A entrada em comboio dos primeiros 300 homens da Força nacional de Segurança, da Polícia Federal e do Ibama pelas ruas empoeiradas de Tailândia, localizada a 235 quilômetros de Belém, serviu para realçar a seriedade com que o governo federal resolveu enfrentar a aceleração do desmatamento na Amazônia.

Em Brasília, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, avisou que a força ficará pelo menos um ano na região. Quebra-se, assim, a rotina de ações esporádicas, que rendem imagens para a imprensa e nada muito mais além disso.

Mesmo que a vigilância e a repressão se estendam por dois ou mais anos, o que acontecerá depois? Tudo tenderá a voltar à mesma, pois o problema central está em dar-se uma alternativa econômica à população da Amazônia, para eliminar sua dependência do desmatamento desenfreado.

Algumas reportagens do Globo publicadas nos últimos dias ajudam a dimensionar a complexidade da questão. Em Tailândia, apenas um plano de manejo florestal havia sido aprovado. O restante da atividade de derrubada de árvores e beneficiamento da madeira estava, portanto, fora da lei. De acordo com estimativa da Secretaria do Meio Ambiente do Pará, os agentes do governo encontraram nas serrarias da cidade cerca de 130 mil metros cúbicos de árvores cortadas ilegalmente, o suficiente para lotar 5 mil caminhões.

Por mais que os companheiros ligados aos movimentos de sem-terra tentem esconder, assentamentos do Incra também participam das frentes de devastação por motosserras. No Norte de Mato Grosso, por exemplo, eles são visíveis protagonistas da destruição. De 27 caminhões com madeira ilegal apreendidos pelo Ibama recentemente, 18 haviam sido carregados nos assentamentos Mercedes I, II e V.

Há toda uma economia movida a madeira cortada clandestinamente, que emprega muita gente e gera renda. Até a governadora do Pará, Ana Júlia carepa, em entrevista ao GLOBO, deixou transparecer temor com a operação do governo federal, pelo fato de os negócios com madeira pesarem 7% do PIB paraense.

Daí a ser contra a repressão precisa haver longa distância. Mas é evidente que o imperioso choque de ordem na Amazônia não pode ser resumir ao aspecto militar e policial.

28/02/08

Buscar Alternativa

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - manifestação violenta / ruas empoeiradas
b) 3§ - desmatamento desenfreado
c) 5§ - visíveis protagonistas da destruição
d) 7§ - imperioso choque
2 – Citação
a) 2§ - “(...) Luiz Fernando Corrêa, avisou que a força ficará pelo menos um ano na região”.
3 – Argumento de autoridade
a) 4§ - “De acordo com estimativas da Secretaria do Meio Ambiente do Pará, os agentes do governo encontraram nas serrarias da cidade cerca de 130 mil metros cúbicos de árvores cortadas ilegalmente, o suficiente para lotar 5 mil caminhões”.
b) 6§ - “Até a governadora do Pará, Ana Júlia Carega, em entrevista ao Globo, deixou transparecer temores com a operação do governo federal, pelo fato de os negócios com madeira pesarem em 75 do PIB paraense”.
4 – Porcentagem/estatística/dados numéricos:
a) 4§ -130 mil metros cúbicos / 5 mil caminhões

b) 5§ - De 27 caminhões (...) 18 haviam sido carregados
c) 6§ - 7% do PIB
5 – Exemplificação:
a) 5§ - “No Norte do Mato Grosso, por exemplo, eles são visíveis protagonistas da destruição”.
6 - Concessão:
a) 3§ - “Mesmo que a vigilância e a repressão se estendam por dois ou mais anos, o que acontecerá depois?”
b) 5§ - “Por mais que os companheiros ligados aos movimentos de sem-terra tentem esconder, assentamentos do Incra também participam das frentes de devastação por motosserras”.
c) 7§ - “Daí a ser contra a repressão precisa haver longa distância. Mas é evidente que o imperioso choque de ordem da Amazônia não pode se resumir ao asparto militar e policial”.
7 – Modalizadores:
a) 3§ - Tudo tenderá – (provavelmente) epistêmico quase-asseverativo
b) 7§ - precisa haver – deôntico
c) 7§ -mas é evidente – epistêmico asseverativo
d) 7§ -não pode se resumir - deôntico

Texto 17

Sexta-feira, 7 de março de 2008.

Não à timidez

A rápida ação diplomática, através de contatos entre os chefes de Estado da América do Sul e entre os seus representantes na OEA, felizmente abafou as “trombetas da guerra” que Fidel Castro dissera escutar após o início da crise entre Colômbia, Equador e a Venezuela de Hugo Chávez.

Em acordo na OEA, a Colômbia aceitou que a ação militar que matou o número dois das Farc e outros guerrilheiros no Equador “constituiu uma violação da soberania e da integridade territorial (...) e dos princípios do direito internacional”. Ao mesmo tempo, passando ao largo de uma condenação formal a Bogotá, o documento reconheceu implicitamente as circunstâncias especiais da ação contra um grupo narcoguerrilheiro terrorista que luta contra o Estado colombiano.

O acordo deve ser saudado como um fator de redução das tensões na região, o que se verificou também da parte do presidente da Colômbia, Uribe, que pensará melhor sobre sua declarada intenção de denunciar o presidente Chávez no Tribunal Penal Internacional, e da parte do próprio Chávez, que agora se diz um “amante da paz”.

Porém, todos esses sinais positivos não ofuscam o que já se sabia e que ficou ainda mais evidente nessa crise. As Farc usam Chávez para angariar apoio num momento em que suas forças estão sendo acossadas pelo Exército colombiano. Chávez usa as Farc para reforçar seu cacife na América do Sul e para desviar a atenção dos problemas internos, como desabastecimento, inflação e criminalidade. E, principalmente, para dar curso a um movimento “bolivariano” de desestabilização do governo legítimo de Uribe. Ao mesmo tempo em que fala de paz, Chávez avisa que “um confronto futuro com os EUA é inevitável”. Leia-se, claro, com a Colômbia, que recebe apoio aberto de Washington.

Para o governo brasileiro, o desafio é manter distância dos projetos autoritários de Chávez, preservando a credibilidade do país como o único com peso para deter ameaças de desestabilização da América do Sul representadas pelo caudilho venezuelano. Se fraquejar ou atuar timidamente, Brasília corre o risco de ver o incidente restabelecer a era do big stick (política intervencionista do presidente Theodore Roosevelt, no início do século passado, para proteger os interesses dos EUA na América Latina).

Caso as fronteiras não sejam devidamente respeitadas, e as Farc contidas em território colombiano, intervenções como esta poderão se multiplicar. E terão chegado ao fim o sonho da integração latino-americana e, definitivamente, a paz na região.

07/03/08

Não à timidez

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - a rápida ação diplomática
b) 4§ - sinais positivos / mais evidente
c) 5§ - projetos autoritários / único com peso
d) 6§ - devidamente respeitadas / definitivamente
1.2. Indicador atitudinal:
a) 1§ - felizmente
2 – Citação:
a) 1§ - “constitui uma violação da soberania e da integridade territorial (...) e dos princípios do direito internacional”
b) 4§ - “um confronto futuro com os EUA é inevitável”.
3 – Aspas:
a) 1§ - “trombetas de guerra”
b) 3§ - “amante da paz”
c) 4§ - “bolivariano”

4 – Exemplificação:
a) 4§ - “(...) problemas internos, como desabastecimento, inflação e criminalidade”.
b) 5§ - “(...) era do big stick (política intervencionista do presidente Theodore Roosevelt, no início do século passado, para proteger os interesses dos EUA na América Latina)”.
5 - Concessão:
a) 4§ - “Porém, todos esses sinais positivos não ofuscam o que já se sabia e que ficou ainda mais evidente nessa crise”.
6 – Modalizadores:
a) 3§ - deve ser saudado - deôntico
b) 4§ - o que já se sabia e que ficou ainda mais evidente – epistêmico asseverativo
c) 5§ - corre o risco – é provável – epistêmico quase-asseverativo
d) 6§ -poderão se multiplicar - epistêmico quase-asseverativo
e) 6§ - terão chegado ao fim – epistêmico-asseverativo

Texto 18

Sábado, 22 de março de 2008.

Caos anunciado

Cálculos do governo de São Paulo dão conta de que os engarrafamentos na capital representam um desperdício anual de R\$ 4 bilhões – ou R\$ 11 milhões por dia. O número, impressionante por si, torna ainda mais tenebroso o panorama decorrente da falta de políticas estruturais que visem a aliviar as conseqüências dos graves problemas de trânsito nas grandes cidades do país.

A visão de ruas nas quais o movimento de veículos chegou ao limite do suportável e de cidades paradas devido ao tráfego incompatível com a estrutura viária não é exclusiva da capital paulista. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), 50% dos veículos novos vendidos em 2007 foram emplacados em apenas 20 municípios brasileiros. Tendo por base os emplacamentos por estado, 45% dos veículos estão registrados em três estados (São Paulo, Rio e Minas).

Em São Paulo, que atingiu este ano a marca de seis milhões de veículos nas ruas, são registrados cerca de 800 novos emplacamentos por dia. No Rio, a frota de dois milhões é engordada todo ano com mais cinco mil novas unidades despejadas pelas fábricas.

Belo Horizonte e Curitiba aparecem na lista da Fenabrave como a 2ª e a 3ª que mais receberam carros novos ano passado, respondendo por 10% dos emplacamentos de carros zero-quilômetro no país.

Mesmo que haja contenção do crédito, a frota continuará a crescer, mantida a expansão da economia. Junte-se a isso o dado de que ao crescimento da frota não corresponde o aumento da malha viária. No Rio, por exemplo, a última grande obra, a Linha Amarela, remota a 1997.

Sem oferecer alternativas estruturais que contemplem a demanda, os municípios lançam mão de soluções pontuais. É o caso de São Paulo, que, ao registrar, há poucos dias, o maior engarrafamento dos últimos nove anos, adotou um pacote de meias medidas, suficientes apenas para enfrentar o caos imediato.

Não se veja no aumento da malha viária a única solução para um problema que cresce inexoravelmente. Além do emprego de técnicas de engenharia de trânsito, é preciso estimular o uso de transportes coletivos. Isso se faz melhorando as alternativas, de modo a incentivar os motoristas de carro na garagem, e não impondo-lhes o ônus de, tendo investido no conforto da família, serem obrigados a dele abrir mão como expiação pela falta de planejamento dos organismos responsáveis pelo caos anunciado.

22/03/08

Caos anunciado

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ -um desperdício anual / impressionante por si / ainda mais tenebroso / graves problemas de trânsito.
b) 2§ - limite do suportável / trafego incompatível com a estrutura viária
c) 6§ - soluções pontuais / meias medidas / suficientes apenas para enfrentar o caos imediato
d) 7§ - inexoravelmente / como expiação
2 – Argumento de Autoridade:
a) 2§ - “Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), 50% dos veículos novos vendidos em 2007 foram emplacados em apenas 20 municípios brasileiros”.
3 – Porcentagem/estatísticas/dados numéricos
a) 1§ - R\$4 bilhões ou R\$11 milhões por dia
b) 2§ - 50% dos veículos / 20 municípios brasileiros / 45% dos veículos
c) 3§ - seis milhões de veículos / 800 novos emplacamentos / No Rio, a frota é de dois milhões / cinco mil nova unidades
d) 4§ - 2ª e 3ª que mais receberam / 10% dos emplacamentos

4 – Exemplificação:
a) 5§ - “No Rio, por exemplo, a última grande obra, a Linha Amarela, remonta a 1997”.
b) 6§ - É o caso de São Paulo, que, ao registrar, há poucos dias o maior engarrafamento dos últimos nove anos, adotou um pacote de meias mediads, suficientes apenas para enfrentar o caos imediato”.
5 - Concessão:
a) 5§ - “Mesmo que haja contenção do crédito, a frota continuará a crescer, mantida a expansão da economia”
6 – Modalizadores:
a) 7§ - É preciso estimular - deôntico

Texto 19

Sexta-feira, 11 de abril de 2008.

Incômoda pressão

Os preços dos alimentos continuam pressionando os índices de inflação, embora se anuncie que o país está colhendo mais uma supersafra, que poderá ultrapassar o volume de 140 milhões de toneladas de grãos. Além de alimentos, o agronegócio brasileiro contribui no momento para ampliar a oferta de biocombustíveis, com uma crescente produção de etanol (a partir da cana) e de biodiesel. Mas, ainda que o agronegócio esteja respondendo bem ao comportamento da demanda no mercado doméstico, os preços internos sofrem o impacto das cotações internacionais, e não há como se fugir disso em uma economia globalizada.

A demanda por alimentos e energia no mundo aumentou muito com o crescimento acelerado das economias da China e da Índia, países mais populosos do planeta, e que incorporaram ao mercado milhões de novos consumidores. Mas também em outras regiões houve crescimento expressivo, como é o caso do Oriente Médio e de grande parte da África, além do Leste da Europa e da Rússia. A oferta de alimentos, por sua vez, foi afetada em escala global por problemas climáticos, que frustraram safras de importantes produtores (Austrália e Nova Zelândia, por exemplo), contribuindo para causar esse desequilíbrio e a inevitável elevação dos preços. Trata-se de um quadro que não sofrerá modificações a curto prazo, embora a agropecuária costume dar respostas muito rápidas a estímulos de mercado. Alguns especialistas chegam a projetar a continuidade desse cenário de desequilíbrio por seis anos. Ontem, ao comentar as ameaças de inflação à economia mundial, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, chegou a dizer que as autoridades monetárias estavam entre “o gelo e o fogo”, pois, de um lado, se vêem diante do risco de recessão, e por outro não podem ignorar o impacto da alta dos preços de alimentos e energia.

A variação do IPCA, calculado pelo IBGE em março, de 0,48%, elevou a inflação ao consumidor acumulada em doze meses para 4,73%. Continuamos bem próximos do centro da meta (4,5%), mas essa pressão que parte dos alimentos e da energia não pode, de fato, ser relegada.

Ainda mais quando há evidências de pressão da demanda também em outros preços, e o governo se mantém firme na ganância em custeio, um potente acelerador do consumo. Por isso, é quase unânime a previsão de que o Banco Central aumentará a taxa básica de juros na próxima semana. Pois é sua missão proteger o poder aquisitivo da moeda.

Texto 11/04/2008

Incômoda Pressão

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - respondendo bem
b) 2§ - inevitável elevação dos preços / muito rápidas
c) 3§ - bem próximos
d) 4§ - mantém firme na ganstança / potente acelerador do consumo / quase unânime
2 – Recurso de autoridade:
a) 2§ - “Alguns especialistas chegam a projetar a continuidade desse cenário de desequilíbrio por seis anos”
b) 3§ - “A variação do IPCA, calculado pelo IBGE em março, de 0,48 %, elevou a inflação ao consumidor acumulada em doze meses para 4,73 %.
3 – Citação:
a) 2§ - “Dominique Strauss-Kahn, chegou a dizer que as autoridades monetárias estavam entre “o gelo e o fogo”, pois, de um lado, se vêem diante do risco de recessão, e por outro não podem ignorar o impacto da alta dos preços de alimentos e energia”.
4 – Exemplificação:
a) 2§ - “(...) como é o caso do Oriente Médio e de grande parte da África, além do Leste da Europa e da Rússia”.
b) 2§ - “(...) Austrália e Nova Zelândia, por exemplo) (...)”

5 – Porcentagem/estatística/dados numéricos:
a) 1§ - 140 milhões
b) 3§ - 0,48% / 4,73% / 4,5%
6 – Aspas:
a) “o gelo e o fogo”
7 - Concessão:
a) 1§ - “Os preços dos alimentos continuam pressionando os índices de inflação, embora se anuncie que o país está colhendo mais uma supersafra (...)”
b) 1§ - “Mas, ainda que o agronegócio esteja respondendo bem ao comportamento da demanda no mercado doméstico, os preços internos sofrem o impacto das cotações internacionais (...)”.
c) 2§ - “Trata-se de um quadro que não sofrerá modificações a curto prazo, embora a agropecuária costume dar respostas muito rápidas a estímulos de mercado”.
d) 3§ - “Continuamos bem próximos do centro da meta (4,5%), mas essa pressão que parte dos alimentos e da energia não pode, de fato, ser relegada”.
8 – Modalizadores:
a) 1§ - que poderá – possivelmente / epistêmico quase-asseverativo
b) 1§ - não há como se fugir disso – impossível / epistêmico asseverativo
c) 2§ -inevitável elevação dos preços - epistêmico asseverativo
d) 2§ - não sofrerá - epistêmico asseverativo
e) 2§ - não podem ignorar - deôntico
f) 3§ - não pode – deôntico
g) 3§ - de fato - epistêmico asseverativo
h) 4§ - quase unânime - epistêmico quase-asseverativo

Texto 20

Sábado, 19 de abril de 2008.

Boas ações

Desde que foi lançada, em novembro do ano passado, a operação Ipanema ajudou a reduzir em 51% o número de assaltos a motoristas em Ipanema, Leblon e no Arpoador. O encolhimento dos índices de roubo em geral chegou a 26% no mesmo período, segundo o coordenador das ações de combate à desordem urbana no Rio, Rodrigo Bethlem. Por sua vez, o Copabacana, com atribuições similares para a região de Copacabana, foi responsável pela diminuição, da ordem de 9%, dos registros de roubo desde a implantação do projeto no bairro, em abril de 2007.

São números que confirmam uma obviedade física: quando o poder público ocupa seu espaço na sociedade, o poder paralelo se retrai. Com ações ostensivas diárias em ruas a áreas de maior incidência de crimes e irregularidades urbanas, que contam com a participação de diversos órgãos oficiais do estado e do município, o programa da Secretaria estadual de Governo avaliza um princípio básico: a cidade não pode ser administrada somente com boas intenções. Quando o Estado age, e principalmente quando o faz por intermédio de políticas que contemplem as necessidades de cada região, os bons resultados aparecem. E eles se multiplicam nas duas regiões beneficiadas pelo programa. Até o início deste mês, a operação Copabacana tirou das ruas de Copacabana 1.646 pessoas, acolheu 972 menores, deteve 27 criminosos com mandado de prisão, multou 2.348 veículos flagrados em desrespeito à legislação e rebocou 19 kombis que operavam ilegalmente em serviços de transporte e frete.

Em Ipanema, 303 moradores de rua foram recolhidos, 106 menores acolhidos, nove pessoas com mandado de prisão foram detidas – e por aí vai, numa sucessão de ações que ajudaram o bairro a reduzir a incidência de irregularidades e crimes.

De tão constantes e praticamente intocadas em toda a cidade, tais ilegalidades dão a falsa noção de que parte da normalidade urbana. Não fazem, e devem ser reprimidas, como foram. E que continuem sendo. Eis aí o ponto mais positivo do programa: resgatar o primado da autoridade e consolidar o pressuposto de que o Estado não pode se omitir na defesa do bem coletivo.

Quando o poder público age, os bons resultados aparecem.

Texto 19/04/2008

Boas Ações

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 2§ - obviedade física / boas intenções / bons resultados
b) 4§ - tão constantes / intocadas / falsa noção / mais positivo
c) 5§ - bons resultados
2 – Recurso de autoridade:
a) 1§ - “O encolhimento dos índices de roubo em geral chegou a 26% no mesmo período, segundo o coordenador das ações de combate à desordem urbana do Rio, Rodrigo Bethlem”.
3 – Exemplificação:
a) O programa do Estado aplicado em Ipanema e Copacabana.
4 – Porcentagem/estatística/dados numéricos:
a) 1§ - 51% o número de assaltos / chegou a 26% / da ordem de 9%
b) 2§ - Copacabana 1646 pessoas / 972 menores / 27 criminosos / 2.348 veículos / 19 kombis
c) 3§ - 303 moradores / 106 menores / nove pessoas com mandados de prisão foram detidas.

5 - Concessão:
a) 4§ - “De tão constantes e praticamente intocadas em toda a cidade, tais ilegalidades dão a falsa noção de que fazem parte da normalidade urbana. Não fazem, e devem ser reprimidas, como foram”.
6 – Modalizadores:
a) 2§ - obviedade física – epistêmico asseverativo
b) 2§ - não pode ser administrada - deôntico
c) 4§ -devem ser reprimidas - deôntico
d) 4§ - não pode de omitir - deôntico
e) 4§ -praticamente intocadas – epistêmico delimitador
f) 4§ - devem ser reprimidas - deôntico
g) 4§ - o Estado não pode se omitir - deôntico

Texto 21

Sábado, 10 de maio de 2008.

Um bom projeto

Depois de reunir-se com seus secretários, o governador Sérgio Cabral anuncia o início de uma política de contenção da expansão das favelas no Rio de Janeiro. Diz o governador que, a partir de agora, estancar o crescimento dessas comunidades em áreas florestais é uma prioridade.

Só se pode fazer os melhores votos de que essas intenções se traduzam em fatos. A dura verdade é que o relógio, neste sentido, trabalha contra o Rio. A cidade está sendo asfixiada.

Algum otimismo pode ser autorizado pelo fato de que, desta vez, Brasília e Rio de Janeiro estão trabalhando em boa sintonia. Por incrível que pareça, isso é novidade. Um dos problemas do Rio é o fato de que a cidade/estado sempre serviu de trampolim para ambições presidenciais. Leonel Brizola foi um caso típico; Anthony Garotinho, outro. Nos dois casos, fazer oposição ao governo central era parte de ambiciosos programas pessoais. O Rio de Janeiro pagava o preço daí decorrente.

Por esse e por outros fatores, a questão das favelas foi tratada com uma quase indiferença, beirando a abulia. Exceções heróicas, mas já antigas, foram as remoções de favelas como a da Praia do Pinto, a da Catacumba, a do Morro do Pasmado.

Para alguns políticos, as favelas foram currais eleitorais; por aí, não havia muito interesse em mudanças. A idéia de remoção, por exemplo, virou tabu.

Ela ainda se recomenda, em alguns casos. Como urbanizar, por exemplo, uma favela como a do Morro Santa Marta, que só por milagre não vem abaixo numa chuva mais forte? Mas, com as dimensões que tomou, o problema tem de ser enfrentado em vários planos ao mesmo tempo.

A contenção é um primeiro passo. Sem isso, não se pode, por exemplo, pensar em regularizar os lotes agora existentes. Regularização sem contenção equivale a chamar hordas de invasores.

Limitar o crescimento também é essencial para salvar o que resta de cobertura vegetal na cidade - sob ameaça direta, como se vê pelo avanço da Rocinha na direção do Parque da Cidade. Propõe o secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc, barreiras de contenção mais fortes do que os atuais ecolimites de madeira e cabo de aço, implantados pela prefeitura. É óbvio que isto é necessário, dada a frequência com que esses limites são ignorados.

Outra providência - mais fácil de dizer do que de fazer - é retirar a favela do domínio dos sem-lei; não só porque isso é um direito dos favelados, mas porque a lei da bandagem dificulta a presença do Estado com os serviços básicos que também são direito dos cidadãos que ali vivem.

E ainda outra é mudar o próprio mecanismo que produz favelados através de programas efetivos de moradia popular e transporte subsidiado.

Tudo isso ficou menos difícil com a melhoria da situação econômica e com a parceria estado/governo central. As verbas do PAC, que já começam a chegar, podem fazer esses sonhos ficarem menos distantes.

O tempo é curto para salvar a cidade da asfixia.

Texto 10/05/2008

Um bom projeto

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 2§ - dura verdade / sendo asfixiada
b) 3§ - boa sintonia / por incrível que pareça / isso é novidade / caso típico / ambiciosos programas pessoais
c) 4§ - indiferença / abulia / exceções heróicas / já antigas
d) 5§ - currais eleitorais / muito interesse / virou tabu
e) 6§ - só por milagre
f) 7§ - hordas de invasores
g) 8§ - é essencial
h) 9§ - mais fácil de dizer do que fazer
i) 11§ - menos difícil / menos distantes
j) 12§ - o tempo é curto
2 – Citação:
a) 1§ - “(...) Sérgio Cabral anuncia o início de uma política de contenção da expansão das favelas no Rio de Janeiro”.
b) 1§ - “Diz o governador que, a partir de agora, estancar o crescimento dessas comunidades em áreas florestais é uma prioridade”.
c) 8§ - “Propõe o secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc, barreiras de contenção mais fortes do que os atuais ecolimites de madeira e cabo de aço, implantados pela prefeitura”.

3 – Exemplificação:
a) 3§ - “Leonel Brizola foi um caso típico; Antony Garotinho, outro”.
b) 4§ - “(...) foram as remoções das favelas como a da Praia do Pinto, a da Catacumba, a do Morro do Pasmado”
c) 5§ - “A idéia de remoção, por exemplo, virou tabu”.
d) 6§ - “Como urbanizar, por exemplo, uma favela como a do Morro Santa Marta (...)”
e) 7§ - “Sem isso, não se pode, por exemplo, pensar em regularizar os lotes agora existentes”.
f) 8§ - “(...) como se vê pelo avanço da Rocinha na direção do Parque da Cidade”
3 - Concessão:
a) 6§ - “Como urbanizar, por exemplo, uma favela como a do Morro Santa Marta, que só por milagre não vem abaixo numa chuva mais forte? Mas, com as dimensões que tomou, o problema tem de ser enfrentado em vários planos ao mesmo tempo”.
4 – Modalizadores:
a) 2§ - A dura verdade é que – epistêmico asseverativo
b) 3§ - pode ser autorizado - deontico
c) 4§ - quase indiferença - epistêmico delimitador
d) 6§ - tem de ser enfrentado - deontico
e) 7§ - não se pode – deontico
f) 8§ - é essencial – deontico
g) 8§ - é óbvio - epistêmico asseverativo
h) 8§ - é necessário – deontico
i) 11§ - podem fazer esse sonhos - epistêmico quase-asseverativo

Texto 22

Terça-feira, 27 de maio de 2008.

Velho Oeste

É compreensível que o presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, ao acabar com 61 anos de domínio do Partido Colorado no país, anuncie planos para a melhoria de vida de seus concidadãos. Mas precisa ser muito cauteloso sobre temas explosivos, até porque só tomará posse a 15 de agosto.

Um desses temas é a reforma agrária, promessa de campanha. No feriado de Corpus Christi, Lugo disse que é chegado "o momento de buscar uma reforma agrária possível, ser realista e ver que é possível no Paraguai uma reforma agrária sem traumas, sem violência, que se faça de modo racional, de maneira serena".

Não é o que se vê no campo. O primeiro alvo de ataques armados e invasões de terra foram os chamados brasiguaios, fazendeiros brasileiros que cultivam terras no Paraguai e são responsáveis por cerca de 80% dos grãos exportados pelo país. O discurso do ex-bispo Lugo, misturando elementos da Teologia da Libertação com o bolivarianismo, encontrou ressonância nos movimentos organizados de sem-terra do Paraguai. Várias propriedades de brasiguaios foram invadidas e os donos ameaçados e até mantidos como reféns pelos camponeses. Acampados nos arredores de outras fazendas, o movimento anunciou pelo menos mais 20 ocupações até o dia 15 de agosto, quando Lugo assume.

O atual presidente, Nicanor Duarte, aplicou uma lei já existente criando a denominada fronteira interna - uma faixa de 50 quilômetros de distância da fronteira real, na qual é proibida a estrangeiros a posse irregular de terras. Tudo isso tornou a situação explosiva no campo. Os sem-terra estão armados. Os fazendeiros também se armam ou contratam milícias. Brasiguaios tratam de equipar a polícia local para serem protegidos.

O Brasil precisa estar pronto para agir diante de uma situação que pode fugir ao controle das autoridades paraguaias, não só para proteger seus cidadãos que produzem no país vizinho como para manter a segurança na fronteira. O Paraguai tem o direito de escolher que modelo fundiário deseja, mas não deve apenas debatê-lo em gabinetes, fingindo não ver que o interior do país vive uma situação típica do Velho Oeste, na qual predomina a lei do mais forte e mais armado.

Lugo precisa agir para baixar tensão no campo no Paraguai.

Texto 27/05/2008

Velho Oeste

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - É compreensível / muito cauteloso / temas explosivos.
b) 5§ - tornou a situação explosiva.
c) 6§ - situação típica do Velho Oeste.
2 – Citação:
a) 2§ - “Lugo disse que é chegado “o momento de buscar uma reforma agrária possível, ser realista e ver que é possível no Paraguai uma reforma agrária sem traumas, sem violência, que se faça de modo racional, de maneira serena”.
3 - Porcentagem/ estatísticas / dados numéricos
a) 1§ - 61 anos de domínio
b) 3§ - cerca de 80% dos grãos / mais de 20 ocupações
4 – Exemplificação:
a) 6§- “(...)situação típica do Velho Oeste”.
5 - Concessão:
a) 1§ - “É compreensível que o presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, ao acabar com 61 anos de domínio do Partido Colorado no país, anuncie planos para melhoria de vida de seus concidadãos. Mas precisa ser muito cauteloso sobre temas explosivos, até porque só tomará posse a 15 de agosto”.

b) 5§ - “O Paraguai tem o direito de escolher que modelo fundiário deseja, mas não deve apenas debatê-lo em gabinetes, fingindo não ver que o interior do país vive uma situação típica do Velho Oeste, na qual, predomina a lei do mais forte e mais armado”.
6 – Modalizadores:
a) 1§ - precisa ser - deôntico
b) 5§ - precisa estar pronto - deôntico
c) 5§ -pode fugir – epistêmico quase-asseverativo
d) 5§ - O Paraguai tem o direito - deôntico
e) 5§ - não deve - deôntico
f) 6§ - Lugo precisa agir - deôntico

Texto 23

Sábado, 7 de junho de 2008.

Remédio amargo

São preocupantes os sinais de contaminação do tecido institucional do Estado do Rio pelo crime organizado. Ao denunciar a existência de uma quadrilha armada que tinha a proteção política do então secretário de Segurança, o ex-governador Anthony Garotinho, e operava sob as ordens executivas do seu chefe de Polícia, Álvaro Lins, a Polícia Federal revelou, enfim, o nocivo elo entre funcionários graduados do Executivo estadual e instituições que, negando a sua natureza de bastiões da legalidade, são usadas como anteparos legais para atividades criminosas.

Não se conhece ainda a dimensão da metástase, o que só será possível quando se levar a fundo, custe o que custar, o processo de depuração que há de ser feita nas instituições. A sociedade não aceita mais postergações, diante de sinais tão evidentes de que a doença se espalha, ameaçando a sanidade de órgãos que deveriam estar acima de qualquer suspeita.

No Legislativo, deputados e vereadores fazem de mandatos obtidos à custa dos eleitores salvo-condutos para ações ligadas ao crime. Casos como o do vereador Jerominho, em prisão preventiva sob acusação de estar ligado a um grupo paramilitar, precisam ser investigados até o fim, bem como as denúncias, apoiadas em fortes evidências, de que deputados estaduais vivem em promiscuidade com milícias e outros grupos do crime organizado. Configuradas culpas, não há outro caminho que não seja a punição exemplar.

Exemplar também há de ser a purgação nas polícias do Rio. Reside nessas corporações o fator de maior desalento dos cidadãos com a capacidade do poder público de lhes assegurar segurança. Há provas cabais de que grande parte do organismo policial está tomado pela banda podre, e nada justifica que a existência desses maus policiais seja contemplada com uma leniência que serve de sinal verde para a expansão de suas atividades.

O momento exige compromisso do poder público com a segurança da sociedade. Se o organismo institucional do estado está doente, o remédio para evitar que o mal se espalhe irreversivelmente há de ser necessariamente amargo. Prescrevê-lo requer coragem. É o que se espera das autoridades neste momento em que as próprias instituições estaduais estão sob risco.

Texto 07/06/08

Remédio Amargo

1 - Seleção lexical:		
1.1. Índices de avaliação:		
a) 1§ - São preocupantes / nocivo elo		
b) 2§ - sinais tão evidentes		
c) 3§ -fortes evidências / punição exemplar		
d) 4§ - fator de maior desalento / banda podre / maus policiais / uma leniência/ serve de sinal verde		
e) 5§ -organismo institucional estadual está doente/ remédio amargo / instituições estaduais estão sob risco		
1.2. Termos semanticamente relacionados:		
Doença	crime	Órgãos institucionais
Sinais de contaminação do tecido	Crime organizado Quadrilha armada	Proteção política Ex governador
Nocivo	Atividades criminosas	Secretário de segurança
Metástase	Acima de qualquer	Polícia
Doença se espalha	suspeita	Polícia federal
Sanidade	Crime	Executivo
Purgação	Prisão preventiva	Legislativo
Organismo (...) está doente	Investigados	Deputados
Remédio amargo	Evidências	Vereadores
Mal se espalhe	Provas cabais	Mandatos Vereador
Prescrevê-lo		Deputados estaduais
Sob risco		Polícias do Rio Maus policiais Poder público Organismo institucional do Estado Autoridades

1.3. Metáfora:
a) 2§ -Dimensão da metástase
b) 2§ -doença se espalha
c) 4§ -sinal verde
d) 5§ -está doente
e) 5§ -remédio amargo
1.4. Oposição
a) 2§ Doença x 5§ remédio
2 – Exemplificação:
a) 3§ - “(...) casos como o do vereador Jerominho (...)”
3 – Modalizadores:
a) 2§ - só será possível (campo da possibilidade) - epistêmico quase-asseverativo
b) 2§ - há de ser feita (será feita) – epistêmico asseverativo
c) 2§ - deveriam estar - deôntico
d) 3§ -precisam ser investigados - deôntico
e) 3§ -não há outro caminho – epistêmico asseverativo
f) 4§ -há de ser a purgação (deôntico - tem/ deve que ser)
g) 5§ -O momento exige compromisso - deôntico
h) 5§ -Há de ser necessariamente – (deve ser) deôntico

Texto 24

Quarta-feira, 11 de junho de 2008.

Limite da lei

O presidente Lula é conhecido por avançar sinais quando se deixa levar pelo imprevisto. Na sexta-feira passada passou mais um no vermelho, em discurso no Planalto, numa das solenidades de assinatura de contratos obras previstas pelo PAC, ocasião em que o Presidente costuma usar timbres mais adequados a palanques eleitorais. E foi ao comentar os limites que muito acertadamente a legislação estabelece ao exercício do poder em período de campanha que Luiz Inácio Lula da Silva invadiu área sensível.

Como, a partir de julho, qualquer agente público está impedido de assinar contratos de obras, conceder promoções, etc., uma série de métodos clássicos de ajuda a aliados políticos, o presidente achou por bem aproveitar a oportunidade para considerar a lei contaminada de “falso moralismo”, fruto do “lado pobre da hipocrisia brasileira”.

Grande e preocupante engano. Como respondeu no mesmo dia o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo, “não há falso moralismo na lei (9.504), especialmente no seu artigo 73, elaborado cuidadosamente com propósito de coibir condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos”.

O ponto-chave é este. Se não houvesse moratória no ativismo governamental, candidatos de oposição enfrentariam uma desvantagem maior do que já padecem — , pois há sempre brechas pelas quais os grupos no poder conseguem ajudar seus aliados com dinheiro do contribuinte. Talvez por isso o presidente tenha se referido à “hipocrisia”. Mas existe a lei, e os deslizos têm de ser reprimidos, com as devidas punições.

Não é admissível que o chefe da nação faça críticas abertas a leis. Cabe-lhe cumpri-las. Caso discorde, envie ao Congresso projeto para revogá-las.

Nos tempos de baixa, os índices de popularidade do político não o tornam menor perante a lei, nem no apogeu lhe concedem poderes especiais, colocando-o sobre o próprio estado de direito.

Uma das mais graves distorções da vida pública brasileira é o patrimonialismo entranhado na cultura política pelo qual os poderosos de ocasião manipulam os instrumentos de Estado com finalidades privadas. Contra isso existe a legislação que desagrada ao presidente.

Segunda-feira, o presidente promoveu uma reunião ministerial para discutir a participação de ministros na campanha. Estava presente o advogado-geral da União, José Antônio Tofolli, para tirar as dúvidas sobre o que é legal e ilegal. Melhor assim.

Texto 11/06/2008

Limite da lei

1 - Seleção lexical:
1.1. Índices de avaliação:
a) 1§ - mais adequados / muito acertadamente / área sensível
b) 2§ - métodos clássicos
c) 3§ - grande e preocupante engano
d) 4§ - desvantagem maior do que já padecem
e) 5§ - não é admissível
f) 6§ - poderes especiais
g) 7§ - mais graves distorções/ poderosos de ocasião
h) 8§ - melhor assim
1.2. Termos semanticamente relacionados
a) 1§ Avançar sinais / 1§ passou mais um no vermelho
2 – Citação:
a) 2§ - “O presidente achou por bem aproveitar a oportunidade para considerar a lei contaminada de “falso moralismo”, fruto do “lado podre da hipocrisia brasileira”
3 – Recurso de autoridade:
a) 3§ - “Como respondeu no mesmo dia o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo, “não há falso moralismo na lei (9.504), especialmente no seu artigo 73, elaborado cuidadosamente com o propósito de coibir condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos”

4 – Aspas:
a) 2§ - “falso moralismo” / “lado podre da hipocrisia”
b) 4§ - “hipocrisia”
5 - Concessão:
a) 4§ - “Pois há sempre brechas pelas quais os grupos no poder conseguem ajudar seus aliados com dinheiro do contribuinte. Talvez por isso, o presidente tenha se referido á ‘hipocrisia’. Mas existe a lei, e os deslizes têm de ser reprimidos, com as devidas punições.”
6 – Modalizadores:
a) 4§ - Enfrentariam - (possibilidade) epistêmico quase-asseverativo
b) 4§ - Há sempre brechas (é certo) epistêmico asseverativo
c) 4§ - Talvez –(formulando hipótese em relação aos discursos de Lula) epistêmico quase-asseverativo
d) 4§ - Têm de ser reprimidos (campo da obrigação) deôntico
e) 5§ - Não é admissível – (não é permitido) deôntico
f) 5§ - Cabe-lhe cumpri-las – (Imperativo)(no campo do que se deve fazer, da conduta) deôntico
g) 5§ - Envie a congresso - deôntico